



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – UFAL
FACULDADE DE LETRAS – FALE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA – PPGLL

ALEXANDRE RIBEIRO EMILIANO

**CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CAMPO
RELIGIOSO CATÓLICO: ANÁLISE INTERPRETATIVISTA DOS DISCURSOS
ENVOLVENTES DE DOIS PAPAS DO SÉCULO XXI**

MACEIÓ - AL

2024

ALEXANDRE RIBEIRO EMILIANO

**CONSTITUIÇÃO DISCURSIVA SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO CAMPO
RELIGIOSO CATÓLICO: ANÁLISE INTERPRETATIVISTA DOS DISCURSOS
ENVOLVENTES DE DOIS PAPAS DO SÉCULO XXI**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Linguística e Literatura (PPGLL), da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Área: Linguística.

Linha de pesquisa: Linguística Aplicada.

Orientadora: Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior.

MACEIÓ - AL

2024

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária: Helena Cristina Pimentel do Vale CRB-4/ 661

E53c

Emiliano, Alexandre Ribeiro.

Constituição discursiva sobre gênero e sexualidade no campo religioso católico :
análise interpretativista dos discursos envolventes de dois Papas do século XXI /
Alexandre Ribeiro Emiliano. – 2024.

140 f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Souto Maior.

Dissertação (mestrado em Letras: Linguística) – Universidade Federal de Alagoas,
Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras e Literatura. Maceió, 2024.

Bibliografia: f. 117-124.

Apêndices: f. 125-140.

1. Gênero. 2. Análise do discurso. 3. Papas (Séc. XX) – Discurso envolvente.
4. Homossexualidade. 5. Família. 6. Linguística aplicada. I. Título.

CDU: 81'322.5



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA E LITERATURA



TERMO DE APROVAÇÃO

ALEXANDRE RIBEIRO EMILIANO

Título do trabalho: "Constituição discursiva sobre Gênero e Sexualidade no campo religioso católico: análise interpretativista dos discursos envolventes de dois Papas do século XXI"

DISSERTAÇÃO aprovada como requisito para obtenção do grau de MESTRE em LINGUÍSTICA, pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da Universidade Federal de Alagoas, pela seguinte banca examinadora:

Orientadora:

Documento assinado digitalmente
gov.br RITA DE CÁSSIA SOUTO MAIOR SIQUEIRA LIMA
Data: 18/09/2024 21:33:59-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Rita de Cássia Souto Maior Siqueira Lima (PPGLL/Ufal)

Examinadores:

Documento assinado digitalmente
gov.br DORIS CRISTINA VICENTE DA SILVA MATOS
Data: 19/09/2024 19:20:09-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Doris Cristina Vicente da Silva Matos (UFS)

Documento assinado digitalmente
gov.br FLÁVIA COLÉN MENICONI
Data: 19/09/2024 19:33:02-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Flávia Colen Meniconi (PPGLL/Ufal)

Documento assinado digitalmente
gov.br DEBORA RAQUEL HETTWER MASSMANN
Data: 19/09/2024 20:56:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Débora Raquel Hettwer Massmann (PPGLL/Ufal)

Maceió, 18 de setembro de 2024.

Campus A.C. Simões - Av. Lourival Melo Mota, s/n - Tabuleiro do Martins - CEP: 57072-900
Maceió/AL - Tel.(82) 3214-1640 / 3214-1463 / 3214-1707 E-mail: ppgll.letras@gmail.com

Aos meus avós Carlos e Danda (*in memoriam*),
e à minha mãe, Maria Aparecida, cepa e raiz das
quais sou rama.

AGRADECIMENTOS

A intérprete Maria Bethânia, por ocasião dos cinquenta anos de sua carreira, lançou em 2015 o álbum comemorativo *Abraçar e agradecer*. Tomando por empréstimo o título do disco que embalou a tessitura deste texto, e imbuído dos mesmos sentimentos, também quero “abraçar, agradecer e louvar”:

Ao Deus, que me chamou à vida e me mantém.

À Nossa Senhora do Bom Parto, que dá nome ao bairro onde vivi grande parte da minha vida e que me ajudou a “parir” esta escrita.

Àquela que me gerou, pariu, criou e fez de mim o homem honrado que sou – minha mãe, Maria Aparecida. Privada de ler pela falta de políticas públicas e pelas condições sociais de sua época e de nossa família, nunca me negou um livro, embora muitas vezes não soubesse onde eu iria “arrumar lugar pra botar tantos”. Repetidas vezes, madrugada adentro, fui surpreendido por sua voz que dizia: “eita, meu filho, estudando, né? Deus te abençoe, você é o orgulho da minha vida”. À senhora, mãe, minha mãe, expressão máxima do amor e do cuidado de Deus para comigo, meu respeito e minha reverência profunda, semelhante à que faço diante do Sagrado. Estrela da minha vida inteira (parafraçando o poeta), pudesse vir ao mundo mil vezes, queria nascer mil vezes das tuas entranhas e ser embalado em teu colo feito amor.

Aos meus avós, Seu Carlos e Dona Danda (*in memoriam*), com quem tive o primeiro contato com a arte/força da palavra dita. Analfabetos, eles reuniam os netos no terreiro da casa de taipa, à luz da lua ou do candeeiro alimentado por querosene, embaixo do cajueiro, e contavam “Histórias de Trancoso”. A maneira como diziam as palavras, os gestos que as acompanhavam, bem como as entonações, faziam-me embarcar naquilo que mais tarde descobri ser literatura. Sem dúvida alguma, surgiu dessas memórias afetivas meu interesse pelas letras/palavras. Pai Carlos e Mãe Danda, os senhores são parte de mim.

Aos meus filhos-irmãos, Carla Beatriz e Carlos Eduardo, por me tomarem por pai.

Ao querido amigo-irmão, Pe. Francisco Teixeira de Assunção, sempre disposto a me ouvir sem julgar. Ele, que quando soube da minha aprovação no vestibular, chamou-me ao final da Missa, abraçou-me afetuosamente, entregou um envelope e disse: “isso aqui é para você comprar seu primeiro livro”. Ainda guardo com muito carinho os exemplares de *A República*, de Platão, utilizado nas aulas de Teoria Literária, bem como de *A Coesão Textual* e *A Coerência Textual*, de Ingedore Villaça Koch, utilizados nas aulas de Leitura e Produção de Texto, ministradas pela Profa. Dra. Lúcia de Fátima, por quem tenho carinho e apreço. Mais tarde, ele

me presenteou com uma caneta-tinteiro e disse: “para você assinar sua ata de dissertação”, maneira que encontrou para dizer que continuasse estudando. Passaram-se alguns anos, a caneta extraviou-se, mas, para além de tudo isso, ganhei um amigo, irmão, pai, confidente e confessor. Obrigado! Muito obrigado!

Aos amigos-irmãos, Cecília de Aguiar (Ceci) e Arenato Santos (Camelo). A primeira, sorriso largo, farto, braços abertos, dona da risada e do abraço mais gostosos do mundo. O segundo, amigo de jornada acadêmica, presente das letras transmutadas em vida-verso. A alcunha “Camelo”, com a qual nos tratamos, veio do conto *O enfermeiro*, de Machado de Assis, que lemos praticamente juntos. Camelo, obrigado por ser o primeiro leitor/crítico dos textos que me atrevo a escrever. Tuas contribuições são valiosas, ou, como diria José Dias, outra personagem do grande Machado de Assis, “valiosíssimas!”.

Às/aos cantoras/es Maria Bethânia, Gal Costa, Elza Soares, Nana Caymmi, Chico Buarque, Ney Matogrosso, Tim Bernardes e tantas/os outras/os. Seu canto e sua arte tornaram esta escrita mais leve.

Em 2009, ano em que ingressei no curso de Letras da Universidade Federal de Alagoas (UFAL), cursei, no segundo período, a disciplina Teoria Linguística II. Numa das aulas, a professora falou da existência de um grupo de estudos, o então “Ensino e Aprendizagem de Línguas”, e nos convidou para fazermos uma visita na semana seguinte. Foi lá que entrei em contato pela primeira vez com a noção de “Ethos discursivo”. Meses depois, solicitei à mesma professora alguns textos que abordassem o assunto. Ela trouxe vários, todos marcados, grifados, com anotações nas margens, e me levou até à reprografia do Bloco João de Deus para que pudéssemos reproduzi-los. Gelei! Não tinha dinheiro para pagar pelas cópias e me senti envergonhado para dizer. Percebendo o que estava acontecendo, ainda com as mãos cheias de livros, ela falou: “vamos fazer as cópias, depois você me dá, certo?”, enquanto sorria para me deixar à vontade. Esse gesto salvou minha vida acadêmica. Li todos os textos, discutimos, elaboramos um projeto, inseri-me na iniciação científica. Um pesquisador estava sendo gestado. Esse projeto se desdobrou em outros, transformou-se em Trabalho de Conclusão de Curso (TCC); depois, em artigo (meu primeiro), publicado numa revista eletrônica em parceria com a mesma docente. A professora à qual me refiro é orientadora deste estudo. Trata-se da Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior.

Durante o desenvolvimento desta pesquisa, mas não por causa dela, passei por um momento de adoecimento. Vi-me, “de repente não mais que de repente”, padecendo de um mal que me deixou prostrado, sem conseguir produzir nada, sem gosto para viver. Estava com

depressão. Esse fato me obrigou a me afastar temporariamente das atividades acadêmicas. Se não fosse seu olhar atento e sensível, Profa. Rita Souto Maior, sua empatia e sensibilidade, esse estudo não teria sido possível. Por estas e tantas outras razões, obrigado! Muito Obrigado! A senhora é uma grande referência para mim!

Às Profas. Dras. Doris Matos, Débora Massmann e Flavia Meniconi, pela leitura atenta desse texto, bem como pelas intervenções propostas. Muito Obrigado!

A todas/os as professoras/es que passaram pela minha vida, sobretudo a Margarida Viturino, Maria das Virgens e D. Elena Viturino, docentes das séries iniciais com as quais aprendi a ler e escrever “pra ensinar meus camaradas”.

Por fim, parafraseando a poeta Orides Fontela, agradeço a tudo que vibra e faz cantar.

Muitos de meus predecessores foram mortos e morrem ainda hoje assassinados, violados, espancados, encarcerados, medicalizados... ou viveram ou vivem sua diferença em segredo. Essa é a minha herança, e é com essa força que retiro do silêncio todas as vozes antes caladas, ainda que seja apenas em meu nome que me dirija hoje às senhoras e aos senhores
(Preciado, 2022, p. 69)

Mas há a vida que é para ser intensamente vivida, há o amor. Há o amor que tem que ser vivido até a última gota.
Sem nenhum medo.
Não mata.
(Clarice Lispector, 2018, p. 405)

Continuo a pensar que quando tudo parece sem saída, sempre se pode cantar. Por essa razão escrevo.
(Caio Fernando Abreu, 2012, p. 17)

RESUMO

Desde o século passado, os debates sobre gênero e sexualidade vêm se tornando cada vez mais presentes nos meios acadêmicos e na sociedade de um modo geral. Por entender que as discussões acerca desses temas são importantes para os deslocamentos de sentidos que hoje se inscrevem em ações de preconceito e violência, a presente pesquisa inscreve-se na área da Linguística Aplicada (Fabrício, 2006; Moita Lopes, 2006), numa perspectiva de implicação (Souto Maior, 2022, 2023a, 2023b), considerando os estudos de gênero (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019) e os estudos discursivos bakhtinianos (2010a, 2010b, 2011). Nesse sentido, procuro observar que Discursos Envolventes (Souto Maior, 2009, 2022, 2023a, 2023b) basilam as tensões discursivas do campo discursivo cristão católico, entendendo que esse é um dos mais tradicionais espaços que produzem e reproduzem sentidos nas práticas sociais. Assim, esses vastos conjuntos de espaços e instâncias “exercitam pedagogias” socialmente (Meyer, 2002) e ensinam forma de ser, estar no mundo e de se comportar. O *corpus* da pesquisa é composto por dois discursos do Papa Bento XVI (um direcionado ao corpo diplomático e outro à Cúria Romana na Cidade do Vaticano) e pela Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco, a fim de observar os Discursos Envolventes, a partir do emprego dos termos “família” e “homossexualidade”, construídos pelas interações entre o dizer daquele que fala em nome da Igreja e a sociedade, que também constituem esse discurso. Em vista disso, este estudo tem como objetivo geral refletir acerca das noções de “família” e “homossexualidade” presentes nos discursos dos Papas Bento XVI e Francisco, bem como das suas implicações na sociedade. Em relação à metodologia, desenvolvo um estudo de base qualitativa (Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009) de cunho interpretativista (Oliveira, 2008; Moita Lopes, 2006). As questões de pesquisa que deram suporte à análise são: a) quais discursos são encontrados nos pronunciamentos oficiais dos referidos Papas acerca dos termos “família” e “homossexualidade”?; b) quais Discursos Envolventes encontramos no recorte proposto e o que eles significam dentro dos discursos sobre gênero e sexualidade?; c) quais as possíveis implicações dos sentidos formulados por esses Discursos Envolventes para a construção das vivências das pessoas na contemporaneidade? Desse modo, considerando que os discursos formulados pelos referidos Papas repercutem na maioria das sociedades do mundo, no que se refere às possíveis implicações de sentidos formulados por esses Discursos Envolventes para a construção das vivências das pessoas ou das práticas sociais de interação na contemporaneidade, é possível dizer que esses discursos, além de preconceituosos, fomentam violência e morte.

Palavras-chave: Gênero. Discurso. Discurso Envolvente. Família. Homossexualidade. Linguística Aplicada.

ABSTRACT

Since the last century, debates on gender and sexuality have become increasingly present in academic circles and in society in general. Since discussions on these topics are important for the shift in meanings that are nowadays inscribed in actions of prejudice and violence, this research is inserted in the area of Applied Linguistics (Fabrício, 2006; Moita Lopes, 2006), from a perspective of implication (Souto Maior, 2022, 2023a, 2023b), considering studies on gender (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019) and Bakhtinian discursive studies (2010a, 2010b, 2011). In this sense, I seek to observe that Engaging Discourses (Souto Maior, 2009, 2022, 2023a, 2023b) underpin the tensions of the Catholic Christian discursive field, understanding that this is one of the most traditional spaces that produce and reproduce meanings in social practices. Thus, these vast sets of spaces and instances socially “exercise pedagogies” (Meyer, 2002) and teach ways of being, being in the world, and behaving. The corpus of the research is composed of two speeches by Pope Benedict XVI (one addressed to the diplomatic corps and the other to the Roman Curia in Vatican City) and the post-synodal apostolic exhortation *Amoris Laetitia*, by Pope Francis, in order to observe the Engaging Discourses based on the use of the terms “family” and “homosexuality”, constructed by the interactions between the words of the one who speaks on behalf of the Church and society, which also constitutes this discourse. Therefore, this study has the general objective of reflecting on the notions of “family” and “homosexuality” present in the speeches of Popes Benedict XVI and Francis, as well as their implications for society. Regarding the methodology, I developed a qualitative study (Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009) with an interpretative approach (Oliveira, 2008; Moita Lopes, 2006). The research questions that supported the analysis were: a) what discourses are found in the official statements of the aforementioned popes regarding the terms “family” and “homosexuality”?; b) what Engaging Discourses do we find in the proposed excerpt and what do they mean within the discourses on gender and sexuality?; c) what are the possible implications of the meanings formulated by these Engaging Discourses for the construction of people’s experiences in contemporary times? Thus, considering that the speeches formulated by the popes have repercussions in most societies worldwide, with regard to the possible implications of the meanings formulated by these Engaging Discourses for the construction of people’s experiences or social practices of interaction in contemporary times, it is possible to say that these speeches are not only prejudiced but also encourage violence and death.

Keywords: Gender. Discourse. Engaging Discourse. Family. Homosexuality. Applied Linguistics.

RESUMEN

Desde el siglo pasado, los debates sobre género y sexualidad están cada vez más presentes en los ámbitos académicos y en la sociedad en general. Entendiendo que las discusiones sobre estos temas son importantes para desplazar sentidos que hoy se encuadran en acciones de prejuicio y violencia, la presente investigación se circunscribe al campo de la Lingüística Aplicada (Fabrício, 2006; Moita Lopes, 2006), desde una perspectiva de implicación (Souto Maior, 2022, 2023a, 2023b), considerando los estudios de género (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019) y los estudios discursivos bajtinianos (2010a, 2010b, 2011). En este sentido, busco observar qué Discursos Envolventes (Souto Maior, 2009, 2022, 2023a, 2023b) sostienen las tensiones discursivas del campo discursivo cristiano católico, entendiendo que este es uno de los espacios más tradicionales que producen y reproducen sentidos en las prácticas sociales. Así, estos vastos conjuntos de espacios e instancias “ejercen pedagogías” socialmente (Meyer, 2002) y enseñan formas de ser, de estar en el mundo y de comportarse. El corpus de la investigación está compuesto por dos discursos del Papa Benedicto XVI (uno dirigido al cuerpo diplomático y otro a la Curia Romana en la Ciudad del Vaticano) y por la exhortación apostólica postsinodal *Amoris Laetitia* del Papa Francisco, con el objetivo de observar los Discursos Envolventes, a partir del uso de los términos “familia” y “homosexualidad”, contruidos por las interacciones entre el decir de aquel que habla en nombre de la Iglesia y la sociedad, que también constituye ese discurso. En vista de eso, este estudio tiene como objetivo general hacer una reflexión sobre las nociones de “familia” y “homosexualidad” presentes en los discursos de los Papas Benedicto XVI y Francisco, así como sus implicaciones en la sociedad. En cuanto a la metodología, desarrollo un estudio de base cualitativa (Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009) de enfoque interpretativista (Oliveira, 2008; Moita Lopes, 2006). Las preguntas de investigación que sustentaron el análisis fueron: a) ¿Qué discursos se encuentran en los pronunciamientos oficiales de los mencionados Papas sobre los términos "familia" y "homosexualidad"?; b) ¿Qué Discursos Envolventes encontramos en el recorte propuesto y qué significan dentro de los discursos sobre género y sexualidad?; c) ¿Cuáles son las posibles implicaciones de los sentidos formulados por estos Discursos Envolventes en la construcción de las vivencias de las personas en la contemporaneidad? De esa manera, considerando que los discursos formulados por los referidos Papas repercuten en la mayoría de las sociedades del mundo, en lo que se refiere a las posibles implicaciones de sentidos formulados por esos Discurso Envolventes para la construcción de las vivencias de las personas o de las prácticas sociales de interacción en la contemporaneidad, es posible decir que esos discursos, además de prejuiciosos, fomentan violencia y muerte.

Palabras clave: Género. Discurso. Discurso Envolvente. Familia. Homosexualidad. Lingüística Aplicada.

RÉSUMÉ

Depuis le siècle dernier, les débats sur le genre et la sexualité deviennent de plus en plus présents dans les milieux académiques et dans la société en général. En comprenant que les discussions autour de ces sujets sont importants pour le déplacement des sens qui, aujourd'hui, s'inscrivent dans des actions de préjugé et de violence, cette recherche s'inscrit dans le domaine de la Linguistique Appliquée (Fabrício, 2006; Moita Lopes, 2006), dans une perspective d'implication (Souto Maior, 2022, 2023a, 2023b), tout en prenant en compte les études de genre (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019) et les études discursives bakhtiniennes (2010, 2011). Dans ce sens, je cherche à observer quels Discours englobants (Souto Maior, 2009, 2022, 2023a, 2023b) fondent les tensions discursives du champ discursif chrétien catholique, en comprenant que c'est l'un des espaces les plus traditionnels qui produisent et reproduisent des sens dans les pratiques sociales. De cette façon, ces vastes ensembles d'espaces et d'instances « exercent des pédagogies » socialement (Meyer, 2002) et transmettent des façons d'être, d'agir en société et de se comporter. Le corpus de la recherche est composé de deux discours du pape Benoît XVI (l'un adressé au corps diplomatique et l'autre à la Curie romaine dans la Cité du Vatican) et de l'exhortation apostolique post-synodale *Amoris Laetitia*, du Pape François, afin d'observer les Discours englobants, à partir de l'emploi des termes « famille » et « homosexualité », établi par les interactions entre la parole de celui qui parle au nom de l'Église, et la société qui constitue également ce discours. À cet égard, cette étude vise à réfléchir sur les notions de « famille » et d'« homosexualité » présentes dans les discours des papes Benoît XVI et François, ainsi que sur leurs implications dans la société. En ce que concerne la méthodologie, je développe une étude à base qualitative (Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009) de caractère interprétativiste (Oliveira, 2008; Moita Lopes, 2006). Les questions de recherche qui ont soutenu l'analyse étaient les suivantes : a) quels discours sont-ils trouvés dans les déclarations officielles des papes susmentionnés concernant les termes "famille" et "homosexualité" ? ; b) Quels Discours englobants trouvons-nous dans le cadre proposé et que signifient-ils dans les discours sur le genre et sexualité ? ; c) Quelles sont les implications possibles de sens formulés par ces Discours englobants pour la construction des expériences des personnes dans la contemporanéité ? Ainsi, étant donné que les discours formulés par les papes mentionnés ont des répercussions dans la plupart des sociétés du monde, en ce qui concerne les implications possibles des significations formulées par ces Discours englobants pour la construction des expériences des personnes ou des pratiques sociales d'interaction dans la contemporanéité, il est possible de dire que ces discours, en plus d'être empreints de préjugés, encouragent la violence et la mort."

Mots-clés: Genre. Discours. Discours englobant. Famille. Homosexualité. Linguistique Appliquée.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Repositório da UFAL	21
Quadro 2 – Catálogo da CAPES	22
Quadro 3 – Argumentos bíblicos para justificar misoginia e a violência	58
Quadro 4 – Teses do <i>Malleus Maleficarum</i>	59
Quadro 5 – Cronologia dos principais casos relacionados à LGBTfobia no Brasil durante a presença da Inquisição	65
Quadro 6 – Conceitos relacionado à família a partir da perspectiva cristã católica	76
Quadro 7 – Exortações Apostólicas escritas pelo Papa Bento XVI	90
Quadro 8 – Cartas Encíclicas escritas pelo Papa Bento XVI	91
Quadro 9 – Exortações Apostólicas escritas pelo Papa Francisco	91
Quadro 10 – Cartas Encíclicas escritas pelo Papa Francisco	92
Quadro 11 – Bula escrita pelo Papa Francisco	92

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIC	Catecismo da Igreja Católica
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DE	Discurso(s) Envolvente(s)
DGP	Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil
FALE	Faculdade de Letras
GEDEALL	Grupo de Estudos Discurso, Ensino e aprendizagem de Línguas e Literaturas
ICR	Igreja Católica Romana
LA	Linguística Aplicada
LGBTQIAPN ⁺	Lésbicas, Gays, Bi, Trans, Queer/Questionando, Intersexo, Assexuais/Arromânticas/Agênero, Pan/Poli, Não-binárias e mais
PPGLL	Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UNEAL	Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1 PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES: ENCONTRO COM AS QUESTÕES DE GÊNERO	15
1.1 “DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”: CHEGADA À UNIVERSIDADE, CONTATO COM A LINGUÍSTICA APLICADA E CONSTRUÇÃO DO PESQUISADOR	19
2 CARACTERIZAÇÃO, TENDÊNCIAS DA LA CONTEMPORÂNEA E NOÇÃO DE DISCURSO BAKHTINIANO	26
2.1 SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA APLICADA.....	28
2.2 LINGUÍSTICA APLICADA CONTEMPORÂNEA E SUA AGENDA DE ATUAÇÃO POLÍTICA	28
2.3 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM.....	32
2.4 LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO	37
2.4.1 DISCURSOS ENVOLVENTES	43
3 PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO CONTROLE DE CORPOS	48
3.1 MULHERES E HISTÓRIAS SOBRE ELAS	48
3.2 LGBTQIAPN+ E SUAS HISTÓRIAS	60
3.3 SOCIEDADE PARA A FAMÍLIA	72
3.4 GÊNERO	77
4 METODOLOGIA	83
4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA E ESTUDOS NO CAMPO DA LINGUÍSTICA APLICADA.....	83
4.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA DE PESQUISA E DE ANÁLISE EM LINGUÍSTICA APLICADA	86
4.3 INSTRUMENTOS E CONTEXTO DA PESQUISA	90
5 ANÁLISE: A FAMÍLIA SOB ATAQUE	94
5.1 SOBRE O CONCEITO FAMÍLIA E ACARRETAMENTOS DO SILÊNCIO	94
5.2 FAMÍLIA AUTÊNTICA E SEXUALIDADE AUTÊNTICA: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?.....	101
5.3 FAMÍLIA SOB OFENSAS E AMEAÇAS	104
6 À GUIA DE CONCLUSÃO	114
REFERÊNCIAS	117
ANEXOS	125

ANEXO A – DISCURSO DO PAPA BENTO XVI À CÚRIA ROMANA NA APRESENTAÇÃO DE VOTOS NATALÍCIOS	125
ANEXO B – DISCURSO DO PAPA BENTO XVI AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO À SANTA SÉ PARA A APRESENTAÇÃO DOS BONS VOTOS DE ANO NOVO.....	132

1 PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES: ENCONTRO COM AS QUESTÕES DE GÊNERO

É preciso sair da ilha para ver a ilha.
Não nos vemos se não saímos de nós.
(José Saramago, 1998, p. 41)

Antes de tratar especificamente das teorias que embasam esta pesquisa, no que diz respeito aos Estudos de Gênero (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; Hooks, 2019); às noções de Linguagem/Discurso (Bakhtin, 2010a, 2010b, 2011), bem como de Discurso Envolvente (DE), a partir de Souto Maior (2020, 2023b), Souto Maior e Borges (2022), Moreira Jr. e Souto Maior (2020), convém apresentar, inicialmente, como se deu meu encontro com as questões de gênero e de sexualidade a partir das instituições “Família”, “Escola” e “Igreja”.

Para isso, faço um breve percurso acerca da minha vida acadêmica, desde a minha inserção na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), passando pelo encontro com a Linguística Aplicada (LA) e, conseqüentemente, com a pesquisa, a nível de iniciação científica e especialização, até meu ingresso ao Programa de Pós-Graduação em Linguística e Literatura da UFAL (PPGLL/UFAL). Além disso, apresento discussões estabelecidas a partir de algumas/uns teóricas/os que serão retomadas/os ao longo deste trabalho.

As questões de gênero sempre foram objeto do meu interesse. No entanto, como era comum em muitas famílias da minha geração, também foram reprimidas. Assim, naquele espaço não havia qualquer tipo de abertura para falarmos sobre “corpo”, “gênero” e, menos ainda, sobre “homossexualidade”. Como acontecia em muitos lares cristãos, católicos e heteronormativos, falar sobre sexo era proibido, de modo que, como bem observa Louro (2015a),

a sexualidade era um assunto privado, alguma coisa da qual deveria falar apenas com alguém muito íntimo e, preferentemente, de forma reservada. A sexualidade – o sexo, como se dizia – parecia não ter nenhuma dimensão social; era um assunto pessoal e particular que, eventualmente, se confidenciava a uma amiga próxima (Louro, 2015a, p. 9).

Na escola não era diferente. Nas aulas, as/os professoras/es abordavam questões ligadas ao que compreendiam ser “os conteúdos importantes das disciplinas”, não sobrando tempo nem espaço para problematizar, de maneira aberta e acessível, questões que estavam presentes ali, nos corredores da escola, nas salas de aula. Frequentemente, eu ouvia comentários homofóbicos e racistas direcionados a alguns colegas de turma ou a mim mesmo. Xingamentos como “viado” e “viadinho” eram comuns por parte de estudantes e aceitos com certa naturalidade, com pouca

ou nenhuma intervenção por parte das/os decentes, bem como das/os demais funcionárias/os da escola. Assim, não pode ser omitido, nem tampouco, negligenciado o fato de que

a falta de solidariedade por parte de profissionais, da instituição e da comunidade escolar diante das mais corriqueiras cenas de assédio moral contra estudantes LGBT pode produzir ulteriores efeitos nos agressores e nos seus cúmplices. Além de encorajados a continuarem agindo, aquiescendo ou omitindo-se, são aprofundados em um processo de ‘alheamento’¹ (Junqueira, 2009, p. 27).

Nesse contexto, sujeitos que, assim como eu, traziam em seus corpos traços socialmente associados à feminilidade e/ou homossexualidade tornavam-se alvos de chacota, eram expostos e ridicularizados com frequência², o que me causava dor, vergonha e certo isolamento; não queria ser notado, percebido. Era uma maneira de me proteger das ofensas e da exposição. Além disso, considero importante destacar que historicamente a escola no Brasil

estruturou-se a partir de pressupostos fortemente tributários de um conjunto dinâmico de valores, normas e crenças responsável por reduzir à figura do ‘outro’ (considerado ‘estranho’, ‘inferior’, ‘pecador’, ‘doente’, ‘pervertido’, ‘criminoso’ ou ‘contagioso’) todos aqueles e aquelas que não se sintonizassem com o único componente valorizado pela heteronormatividade e pelos arsenais multifariamente a ela ligados – centrados no adulto, masculino, branco, heterossexual, burguês, física e mentalmente ‘normal’ (Junqueira, 2009, p. 14).

Nesse sentido, ainda segundo Junqueira (2009, p. 14), a escola não apenas cumpre a função de transmitir ou construir conhecimentos, como pensa o senso comum, mas opera como um lugar de reprodução de padrões sociais, perpetuando valores e concepções, fabricando sujeitos, corpos e identidades, legitimando, assim, poderes e hierarquias. Desse modo, dá-se conta de que o campo da educação se constituiu historicamente como um espaço disciplinador e normalizador, sendo “um passo decisivo para se caminhar rumo à desestabilização de suas lógicas e compromissos” (Junqueira, 2009, p. 14).

¹ Para Costa (1997, p. 70, *apud* Junqueira, 2009, p. 27), esse termo consiste “numa atitude de distanciamento, na qual a hostilidade ou o vivido persecutório são substituídos pela desqualificação do sujeito como ser moral. [...] significa não vê-lo como um agente autônomo [...] um parceiro [...] ou, por fim, como alguém que deve ser respeitado em sua integridade física e moral. [...] No estado de alheamento, o agente da violência não tem consciência da qualidade violenta de seus atos.”

² A esse respeito, Junqueira (2009) afirma que têm sido uma constante, por parte da comunidade LGBTQIAPN+, “xingamentos, ameaças e agressões físicas ou verbais” dentro do ambiente escolar. Para ele, as pessoas que fazem parte da comunidade são vítimas da “pedagogia do insulto”, termo que designa “piadas, brincadeiras, jogos, apelidos, insinuações, expressões desqualificantes”. Tudo isso, segundo o mesmo autor, funciona como “poderoso mecanismo de silenciamento e de dominação simbólica” (Junqueira, 2009, p. 17). Corroborando com a mesma ideia, Santos Filho (2017) defende que isso ocorre porque “parece haver uma valoração e uma aceitação, ou melhor, uma posição hierárquica da heterossexualidade sobre outras práticas e desejos sexuais. Provavelmente essa valorização da heterossexualidade, os muitos preconceitos contra os não-héteros e as diversas atitudes [...] se originam na vivência dentro das relações sociais da ideia da heterossexualidade enquanto a norma/regra para a prática sexual, e social como um todo” (Santos Filho, 2017, p. 109-110).

Na Igreja, o tratamento dado às questões de gênero ocorria de outra maneira. Se por um lado eu não ouvia xingamentos feitos diretamente a mim ou a algum colega, como os que nos eram direcionados no ambiente escolar, por outro, eu aprenderia nas aulas de catequese³ que só havia um modelo de casamento e, portanto, um modelo de família, aquela “formada por um homem e uma mulher”. Aprenderia também que, expressões de “amor”, bem como as diferentes formas de afeto envolvendo erotismo, denominadas “união carnal”, só seriam possíveis de se desenvolverem dentro da dicotomia “homem x mulher”, “porque estes se complementam segundo a natureza”, e porque essa era a “vontade de Deus”. Desse modo, qualquer relacionamento amoroso e sexual que diferisse desse “modelo”, era considerado “erro” e “pecado grave contra a natureza”. Nessa ótica, alguns DE⁴ já iam tensionando os sentidos da minha vida.

Louro (2015b) aponta para o fato de que em campos geralmente normatizadores, como “Família”, “Escola” e “Igreja”, por exemplo, conviver com sujeitos que não se enquadram dentro de um padrão de sexualidade vigente, ou seja, sujeitos de sexualidades desviantes e/ou dissidentes, a exemplo de homossexuais, bissexuais, travestis, transgêneros, não binários, dentre outros, não é uma tarefa que se dá de modo pacífico e respeitoso. Outrossim, instituições como as citadas acima costumam punir os sujeitos que desafiam as normas sociais regulatórias, no que se refere aos comportamentos sexuais. Nesse sentido, aquelas/es que subvertem as normas preestabelecidas socialmente são alvos preferenciais das pedagogias que visam a corrigir, bem como das ações de recuperação ou de punição desses sujeitos, para quem a sociedade reservará penalidades e exclusões.

Retomando minha narrativa, também é importante dizer que cresci entre o final dos anos oitenta e os anos dois mil, aprendendo a me rejeitar/silenciar, a reprimir minha identidade, minha homossexualidade, e a me perceber como “estranho” e “digno do inferno⁵”, uma vez

³ “Catequese” é o termo utilizado para se referir à prática de ensinamento da doutrina católica. Através do estudo do Catecismo – texto base doutrinário – os membros da religião, sobretudo os que estão sendo iniciados na fé, estudam a “economia sacramental” e os dogmas da Igreja, também chamados de “verdades da fé”.

⁴ Esse termo [Discurso Envolvente] será explicitado adiante. Para isso, assumo com Souto Maior (2023b) que, como impressão de verdade nos sentidos compartilhados de mundo, os “Discursos Envolventes têm aspecto de “revivência” de um significado já visto/ouvido/sentido (reprodução de sentidos), ao mesmo tempo em que operam como resposta imediata a um acontecimento (de produção de sentidos). Eles nos trazem certo entendimento de verdade dada e de unanimidade quanto ao que está sendo posto. Sendo assim, além de ser verdade, falsamente constatada apenas pelo processo de repetição, é uma verdade fácil de ser ratificada, visto que não a estranhamos” (Souto Maior, 2023b, p. 18-19).

⁵ Tão antiga quanto “a humanidade consciente”, a ideia de “inferno” está presente em todas as culturas e civilizações. De acordo com o historiador francês Minois (2023), ele é definido como “lugar sinistro situado no além ou situação de angústia existencial experimentada já nesta vida”. Para ele, “o inferno é multiforme, passível de adaptação segundo os tipos de sociedade” (Minois, 2023, p. 9). Embora seja uma ideia presente em todas as culturas, “de todos aqueles que foram elaborados desde as origens, o mais completo, o mais sistemático, o mais desesperador, a ponto de ter se tornado um arquétipo, é o inferno cristão. Ele é um sofrimento absoluto, atingindo

que, segundo o discurso cristão, minha orientação sexual “contrariava a natureza e a vontade Deus”. Nessa perspectiva, comecei a observar que a escola, a sociedade na qual estou inserido e da qual faço parte, meu núcleo familiar, bem como a Igreja, compreendiam e tratavam as questões de gênero a partir dos conceitos de “certo” ou “errado”, “bonito ou feio”, “sadio ou doente”.

À época, eu ainda não havia entrado em contato com a noção de “ideologia” e também não entendia que a língua é um signo e que, como todo signo, é ideológica, conforme veremos adiante, a partir das discussões propostas por Bakhtin (2010a). Para esse autor, o discurso é entendido como dialógico e sempre orientado. Nesse sentido, considero que os discursos constituem a vida vivida. Assim sendo, interessa-me saber quais DE compõem essa realidade semântica que constroem as narrativas da família, da escola e da Igreja. Com efeito, entendo, de acordo com Souto Maior (2009), DE como acontecimentos linguístico-discursivos fossilizados de certa forma que estão em volta dos sujeitos (nas situações sociais) e na transformação dos sentidos dos contratos por eles estabelecidos nas situações de comunicação.

Esses sentidos fossilizados aconteciam e enredavam meu olhar para o mundo, construindo até hoje minhas ações languageiras. Desse modo, a partir da trindade “Família”, “Escola” e “Igreja”, minhas primeiras percepções acerca do que hoje denominamos “gênero” e “sexualidades” foram inicialmente formadas⁶.

Abaixo, faço uma breve contextualização a respeito da minha inserção na academia, em 2009, bem como do meu encontro com a LA (à medida que a defino), fatores importantes que contribuíram sobremaneira para o desenvolvimento desse estudo.

ao mesmo tempo os cinco sentidos e a mente, por meio do remorso e da consciência da eternidade das penas. Construção inteiramente racional dentro de uma lógica neoplatônica, o inferno cristão, reservado aos amaldiçoados, é a contrapartida de uma religião da salvação que deseja respeitar a liberdade humana: ele corresponde à sorte daqueles que se afastam da fonte do bem absoluto. É aqui que residem sua originalidade e sua força” (Minois, 2023, p. 9-10).

⁶ Outro dado importante que corroborou para meu encontro com as questões de gênero foi o gosto pela Literatura. A princípio, meu primeiro contato com o universo ficcional se deu através dos textos do escritor Caio Fernando Abreu (2012), especificamente com os contos presentes em “Morangos mofados”. Questões identitárias, mais especificamente a da homossexualidade, são muito caras para o escritor mencionado, e atravessam muitos dos seus escritos. Em vários contos, a temática da homossexualidade, bem como a da violência sofrida em decorrência dela, é abordada. Embora o estudo de textos literários não sejam objeto do presente trabalho, considero importante registrar meu contato com as questões de gênero a partir deles. Desse modo, destaco os contos “Aqueles dois”, “Terça-feira gorda” e “Sargento Garcia”. Neles, as personagens homossexuais são vítimas de algum tipo de violência, ora sutil, velada, ora desembocando em violência física, a exemplo do já citado “Terça-feira gorda”.

1.1 “DECIFRA-ME OU DEVORO-TE”: CHEGADA À UNIVERSIDADE, CONTATO COM A LINGUÍSTICA APLICADA E CONSTRUÇÃO DO PESQUISADOR⁷

Meu ingresso na Faculdade de Letras (FALE/UFAL)⁸ representa uma importante etapa na minha vida pessoal e profissional. Oriundo de uma família de analfabetos, sou um dos poucos a concluir o Ensino Médio, o primeiro a obter o diploma de curso superior e o único a ingressar num programa de Pós-Graduação a nível de especialização e de mestrado.

Embora leitura e escrita formais não fizessem parte do nosso dia a dia, a palavra tinha um lugar importante na nossa casa. Destaco duas práticas que faziam parte do meu cotidiano e que servem de exemplo para mostrar o lugar especial que a palavra ocupava. A primeira diz respeito às “Histórias de Trancoso”, que meus avós contavam. À noite, no “terreiro” de casa, eles reuniam os netos e, quase de maneira teatral, contavam histórias de assombração para nos entreter. A prática de contação de histórias, que mais tarde vim saber que se trata de “literatura oral”, aguçava minha imaginação e me fazia “viajar” por lugares mal-assombrados por lobisomem, monstros medonhos, palácios feitos de ouro e pedras preciosas, dentre outros. Outra prática importante que colocava a palavra em lugar de destaque era o fato de minha avó ser “benzedeira”, prática herdada de seu pai, meu bisavô.

Assim, as palavras ditas de forma balbuciada eram acompanhadas de gestos, enquanto ela “benzia” as pessoas que a procuravam com algum tipo de doença ou “mau-olhado”. Os ramos de mato verde nas mãos, com os quais traçava cruces no ar, diante da pessoa que era “benzida”, também faziam parte dos gestos e palavras que, naquele contexto, eram cercados de uma espécie de magia e de mistério operados pela fé, pelo discurso e pela palavra, dela e das pessoas a quem “benzia”. Nessa seara, a palavra oralizada ocupava, como dito, um importante lugar na minha formação, embora eu ainda não tivesse consciência disso.

A chegada ao curso de Letras me frustrou inicialmente, pois eu julgava que estudaria, além de Literatura, Gramática – Gramática Normativa para ser mais exato. Os primeiros contatos com as discussões estabelecidas nas disciplinas Leitura e Produção de Texto e Teoria Linguística I e II me fizeram compreender que o estudo da língua(gem) está para além da

⁷ Toda minha formação escolar/acadêmica se deu em instituições públicas de ensino. Por isso, sou defensor do ensino público de qualidade, no qual o acesso e a permanência sejam garantidos, de modo a formar cidadãos/ãos conscientes de seus direitos e deveres, conforme defende a Constituição Federal de 1988.

⁸ Vale pontuar que meu ingresso no curso de Letras se deu num período de abertura e acesso a esse espaço por parte do então Governo Federal, através da implementação de políticas públicas. Até 2009, por exemplo, ano do meu ingresso na UFAL, o governo de Luiz Inácio Lula da Silva havia criado 11 universidades públicas federais. Nesse período, “passaram a ser ofertadas ao todo mais de cem mil vagas gratuitas em educação superior” (Melo, 2012, p. 91).

gramática normativa. Isto é, que ela – a linguagem – “é uma atividade simbólica, o que significa dizer que as palavras criam conceitos e eles ordenam a realidade, categorizam o mundo” (Fiorin, 2013, p. 17). Desse modo, essa consciência foi se construindo ao longo do curso à medida que eu cursava as disciplinas.

Na Universidade, pude participar de várias ações que me possibilitaram desenvolver/aprofundar meus conhecimentos em torno da (lin)guagem e de seu funcionamento. Como exemplo, destaco a participação por duas vezes no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)⁹, as atividades desenvolvidas na monitoria da disciplina LA¹⁰, bem como as discussões estabelecidas no então Grupo de Estudos Ensino e Aprendizagem de Línguas (DGP/CNPQ)¹¹.

Posteriormente, desenvolvi – a nível de especialização na Universidade Estadual de Alagoas (UNEAL) – um estudo acerca dos discursos do Papa Francisco no que se refere à “homossexualidade”¹². Entendendo, inicialmente, que as discussões sobre a noção de “sexualidade” são tão antigas quanto a própria humanidade, e que os debates em torno dessa temática foram negligenciados e/ou silenciados, investiguei os pronunciamentos do atual Pontífice da Igreja Católica Romana (ICR). Nesse sentido, analisei trechos da entrevista concedida pelo Papa Francisco aos jornalistas (em julho de 2013), no mesmo ano de sua eleição. Também selecionei trechos das falas veiculadas no documentário “Francesco”, de Evgeny Afineevsky, do qual destaco para análise o trecho em que o Papa volta a abordar a temática supracitada, relacionando-os a trechos do Catecismo da Igreja Católica (CIC). Os resultados

⁹ Na primeira pesquisa, intitulada “Ethos, alteridade e discurso envolvente: o discurso midiático acerca das comunidades de Maceió”, investiguei quais marcas linguístico-discursivas operam como DE (Souto Maior, 2009) em notícias veiculadas na mídia eletrônica (7 segundos; O Tempo da Notícia e TNH1 – O portal de notícias de Alagoas) relacionando-as à noção de alteridade (Bakhtin, 2004) e de Ethos especular (Souto Maior, 2009). Também no âmbito da iniciação científica (PIBIC/UFAL), a segunda pesquisa foi desenvolvida no projeto *Práticas Discursivas de Sujeitos em Formação: produção responsiva ativa, ethos e identidade*, sob orientação da Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior. Os resultados desse estudo foram apresentados em forma de comunicações orais em congressos acadêmicos e publicados em forma artigo na Revista Diálogo das Letras, Pau dos Ferros, v. 1, n. 2, p. 237-253, em 2012, com o seguinte título: *A Sala de Aula de Leitura e Produção de Textos como Espaço Dialógico: ethos, polifonia e discurso envolvente*. Além disso, a partir desse estudo, desenvolvi o meu TCC.

¹⁰ Fato que considero muito importante no processo de constituição da minha formação enquanto professor e pesquisador. Com o objetivo de auxiliar/desenvolver atividades ligadas à disciplina, buscando articular teoria e prática em sala de aula, pude acompanhar as ações desenvolvidas pela Profa. Dra. Rita de Cássia Souto Maior, no período de 15/02/2012 a 19/12/2012. Dessa maneira, pude estudar/refletir sobre práticas de linguagens relacionadas às várias situações e contextos, inclusive aos que não estavam diretamente ligados à sala de aula.

¹¹ O referido grupo reestruturou-se e passou a chamar-se Grupo de Estudos Discurso, Ensino e Aprendizagem de Línguas e Literaturas (GEDEALL). Atualmente, está ligado ao PPGLL/FALE/UFAL.

¹² Estudo intitulado “*Quem sou eu para julgar?*”: análise das declarações do Papa Francisco acerca da homossexualidade sob a perspectiva da Linguística Aplicada. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares, 2021.

obtidos naquela pesquisa me impulsionaram a dar continuidade ao estudo do discurso religioso institucional da ICR do século XXI.

Dito isso, vale pontuar que, entre os anos 2021 e 2022, intensifiquei as leituras sobre as temáticas “gênero”, família”, e “(homo)sexualidade”, sempre procurando atrelá-las ao estudo que pretendia desenvolver dentro da LA, área na qual me situo, buscando entender como “focalizar a linguagem como prática social e observá-la em uso, imbricada em ampla amalgamação de fatores contextuais” (Fabrício, 2006, p. 48). Assim, retomando e ampliando as discussões empreendidas no TCC da especialização desenvolvida na UNEAL, optei por estudar as constituições discursivas sobre gênero e sexualidade no discurso religioso católico, uma vez que compreendo que o discurso religioso permanece sendo um importante dispositivo de formação de condutas e de orientação das interações sociais, funcionando muitas vezes como gatilho para reforçar preconceitos, estereótipos e violências (Barros, 2005).

Desse modo, fazendo um levantamento das pesquisas voltadas aos estudos de gênero, ao buscar no repositório da UFAL pelos comandos “gênero” e “sexualidade”, encontrei os seguintes dados dispostos no quadro abaixo:

Quadro 1 – Repositório da UFAL¹³

	TCC	DISSERTAÇÕES	TESES	LIVRO	MEMORIAL ACADÊMICO
Gênero e sexualidade	20	68	12	1	1

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em face das informações que dão conta das pesquisas relacionadas às referidas temáticas na UFAL, fui aos dados registrados no banco de dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), uma vez que considero necessário tomar conhecimento das pesquisas cujas temáticas se relacionam àquela que estou desenvolvendo. Assim, encontrei os seguintes dados:

¹³

https://www.repositorio.ufal.br/simplesearch?query=g%C3%AAnero+e+sexualidade&sort_by=score&order=desc&rpp=10&etal=0&start=10

Quadro 2 – Catálogo da CAPES¹⁴

	DISSERTAÇÕES	TESES
Gênero e sexualidade	3589	1195

Fonte: Elaboração própria (2024).

Os dados expostos mostram que há um número considerável de estudos sendo realizados, tanto em âmbito local quanto nacional, acerca dos estudos de gênero e de sexualidade. Isso mostra que há uma preocupação por parte das/os pesquisadoras/es em refletir acerca das temáticas e também acerca daquilo que isso significa na contemporaneidade, marcada pela fragmentação das paisagens culturais, de classe, gênero, etnia, raça etc. (Hall, 2020).

Desse modo, considerando que “as palavras são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios” (Bakhtin, 2010a, p. 42), minha pesquisa situa-se na área da LA (Fabrício, 2006; Moita Lopes, 2006; Rajagopalan, 2006; Pennycook, 2006), numa perspectiva de implicação (Souto Maior, 2022, 2023a), inscrevendo-se, assim, nos estudos de gênero (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019). Nesse sentido, esse estudo se debruça sobre os discursos oficiais da ICR no século XXI, no que se refere às noções de “família” e “homossexualidade”, mais precisamente no período que se situa desde a eleição de Bento XVI, em 19 de abril de 2005, até julho de 2023. Esse período, portanto, perpassa todo o pontificado de Bento XVI e parte do governo do Papa Francisco. A coleta de dados se deu entre agosto e setembro de 2023, conforme mencionado.

O *corpus* é constituído de três documentos oficiais de autoria dos referidos Papas, nos quais eles abordam abertamente, e de maneira oficial, as noções de “família” e/ou “homossexualidade”. Para tanto, selecionei trechos de dois discursos proferidos pelo Papa Bento XVI, sendo um direcionado ao Corpo diplomático acreditado junto à Santa Sé, em janeiro de 2007, e outro direcionado à Cúria Romana em dezembro de 2012, ambos na Cidade-Estado do Vaticano. Também selecionei trechos da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (sobre o amor na família), do Papa Francisco, publicada em março de 2016. A escolha dos referidos textos se deu pelo fato de neles os referidos Papas abordarem as temáticas citadas, “família” e “homossexualidade”, conforme visto.

¹⁴ <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>.

Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa (Flick, 2009; Oliveira, 2008; Chizzotti, 2001; Lüdke e André, 1986), de base interpretativista (Flick, 2009; Moita Lopes, 2006; Fabrício, 2006; Souto Maior, 2020) e de cunho histórico-cultural (Freitas, 2007). Em vista disso, a abordagem técnica, para realização da coleta dos dados, deu-se através de uma primeira pesquisa bibliográfica, em que houve o estudo das encíclicas, exortações apostólicas e bulas escritas pelos referidos Papas, resultando, assim, em dezoito textos no total, (sendo melhor expostos na parte reservada à metodologia). No período entre agosto e setembro de 2023, pesquisei no *Google* com entrada dos termos “família” e “homossexualidade”. Depois de uma primeira triagem, selecionei quatro textos (três do Papa Bento XVI e um do Papa Francisco), como já dito, em que os referidos termos aparecem.

Outro critério de recorte utilizado foi para que os textos encontrados no *Google*, que fazem menção aos termos “família” e “homossexualidade”, também constassem na página do site Oficial do Vaticano, na parte destinada a publicar os documentos oficiais, tais como discursos, por exemplo. Dentro da abordagem qualitativa-interpretativista de pesquisa (Oliveira, 2008; Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009), essa pesquisa tem como objetivo geral refletir acerca das noções de “família” e “homossexualidade” presentes nos discursos dos Papas Bento XVI e Francisco, bem como das suas implicações na sociedade. Para tanto, elenco três objetivos específicos, são eles:

- 1) categorizar os discursos encontrados nas declarações dos referidos Papas;
- 2) problematizar as formas como os pontífices abordam esses discursos; e
- 3) analisar quais as implicações decorridas dos discursos em questão e o que isso representa na sociedade.

A fim de alcançar os objetivos descritos, esse estudo parte das seguintes questões norteadoras:

- 1) quais discursos são encontrados nos pronunciamentos oficiais dos referidos Papas acerca dos termos “família” e “homossexualidade”?;
- 2) quais DE encontramos no recorte proposto e o que eles significam dentro dos discursos sobre gênero e sexualidade?;
- 3) quais as possíveis implicações de sentidos formulados por esses DE para a construção das vivências das pessoas ou das práticas sociais de interação na contemporaneidade?

Desse modo, considerando as discussões anteriores, vale dizer que a pesquisa em pauta está dividida em apresentação, discussão teórica, análises do *corpus* e conclusão, que se darão

ao longo de cinco seções. Considerando que somos constituídos a partir de vários discursos e, e que esses discursos são ideológicos (Bakhtin, 2010a) faço, no capítulo de abertura, denominado “Primeiras inquietações: encontro com as questões de gênero”, uma descrição de como se deu meu encontro com as questões relacionadas a “gênero” e “homossexualidade”, a partir das instituições “Família”, “Escola” e “Igreja”, respectivamente. Para tanto, trago, em nível introdutório, algumas discussões a partir de Louro (2015a) e Goellner (2013), que serão retomadas posteriormente, e relacionadas a outras discussões estabelecidas por outras/os autoras/es que estudam a temática.

Na primeira seção, denominada “Primeiras inquietações: encontro com as questões de gênero”, relato meu percurso de descobertas/tomada de consciência da existência das questões de gênero, como parte constituinte das identidades dos sujeitos e da minha própria. Dando seguimento, faço um resgate memorialístico de como se deram os primeiros contatos com as questões de gênero a partir das instituições “Família”, “Escola” e “Igreja”, respectivamente, bem como da literatura, através dos textos de Caio Fernando Abreu.

Na subseção 1.1, intitulada “Decifra-me ou devoro-te”: chegada à universidade, contato com a Linguística Aplicada e construção do pesquisador”, relato como se deu minha formação escolar/acadêmica. Porém, antes disso, faço uma breve discussão a respeito dos aspectos sociais da educação brasileira. Entremeando memória e história, situo o leitor acerca do ambiente escolar/familiar que “costuram” minha história com o fio da palavra, colocada em lugar de destaque no ambiente onde eu vivia.

Na seção 2, intitulada “Caracterização, tendências da LA contemporânea e noção de discurso Bakhtiniano”, faço uma discussão a respeito da constituição da LA enquanto área de conhecimento. Embasado em autores como Rajagopalan (2003), Almeida Filho (2005), Moita Lopes (2006), Fabrício (2006), Pennycook (2006), Rajagopalan (2003, 2006), Souto Maior (2023a) e Zozzoli (2021), apresento algumas das principais características da LA contemporânea que dialogam com este estudo. A subseção 2.1, por sua vez, descreve o surgimento da LA, a partir de Almeida Filho (2005). Já na subseção 2.2 descrevo a LA na contemporaneidade, bem como sua atuação política. A subseção 2.3 apresenta, inicialmente, um panorama das noções, mesmo que breve, de “linguagem”, “língua” e “discurso”, a partir do que propõem Bakhtin (2010a), Cunha *et al.* (2010), Petter (2011), Orlandi (2009), Fiorin (2013), dentre outras/os. A fim de situar a/o leitora/o, na seção 2.4, apresento um percurso histórico acerca do interesse humano pela linguagem, bem como acerca dos distintos modos como língua e linguagem eram compreendidas em diferentes épocas e culturas, até tornar-se

ciência autônoma. Logo mais, ainda na mesma seção, apresento as concepções de língua, linguagem e discurso, constructo teórico que embasam esse estudo, e discuto acerca da concepção dialógica de língua a partir de Bakhtin (2010a), Brait (2005), Souto Maior (2023a). Na subseção 2.4.1, discuto acerca da noção de DE, a partir de Souto Maior (2009, 2023b).

Por conseguinte, a seção 3 é dedicada à discussão acerca do papel da ICR no que diz respeito à vigilância, à punição e ao controle que ela exerce sobre os sujeitos/corpos, mais especificamente sobre as mulheres e a população LGBTQIAPN+. Para tal, amparo essa afirmação nas contribuições feitas por Adichie (2019), Muraro (2023), Delumeau (2009), Trevisan (2018), Vainfas (2014), Mott (2002, 2016), Ranke-Heinemann (2019), dentre outros/as. Ainda nessa seção, apresento as histórias sobre as mulheres e os LGBTQIAPN+. Para finalizar, apresento algumas noções sobre a família e de gênero (Louro, 2015a, 2015b, 2022; Butler, 2003, 2018; hooks, 2019).

Na quarta seção, dedicada à metodologia, apresento, inicialmente, a pesquisa qualitativa e os estudos e perspectivas no campo da LA, a partir das contribuições de Fabrício (2006), Moita Lopes (2006), Souto Maior (2022, 2023a) e posteriormente, trago os instrumentos da pesquisa, os quais serviram como suporte para realização da coleta dos dados. Também apresento as características dos estudos qualitativos de base interpretativista (Oliveira, 2008; Freitas, 2007; Amorim, 2007; Flick, 2009), na qual é inserido esse estudo.

Por fim, a quinta seção é dedicada às análises do *corpus*, como dito, composto por dois discursos do Papa Bento XVI, e de trechos da Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco, sendo seguidas das (in)conclusões.

2 CARACTERIZAÇÃO, TENDÊNCIAS DA LA CONTEMPORÂNEA E NOÇÃO DE DISCURSO BAKHTINIANO

Quando me refiro a uma linguística crítica, quero, antes de mais nada, me referir a uma linguística voltada para as questões práticas. Não é simples aplicação da teoria para fins práticos, mas pensar a própria teoria de forma diferente, nunca perdendo de vista o fato de que o nosso trabalho tem que ter alguma relevância. Relevância para as nossas vidas, para sociedade de modo geral (Rajagopalan, 2003, p. 12).

A epígrafe que abre as discussões desta seção resume bem o modo como a LA se caracteriza atualmente, e reflete o meu posicionamento acerca do modo de fazer pesquisa nesse campo de estudo. No entanto, antes de partir a uma discussão mais aprofundada acerca das atuais características do campo de estudo em questão, convém apresentar, à guisa de breve introdução, um percurso histórico acerca do seu surgimento a partir de Almeida Filho (2005) e Rajagopalan (2003). Após isso, amparado nas discussões estabelecidas por Moita Lopes (2006), Fabrício (2006), Pennycook (2006), Rajagopalan (2003, 2006), Souto Maior (2023a) e Zozzoli (2021), apresento algumas das principais características da LA contemporânea que dialogam com esse estudo. Para finalizar a seção, discuto acerca da noção de discurso bakhtiniano e discurso envolvente.

2.1 SURGIMENTO DA LINGUÍSTICA APLICADA

O movimento de refletir sobre LA pressupõe considerar que “a linguagem é um dos ingredientes fundamentais para a vida em sociedade [...]. “Ela está relacionada à maneira como interagimos com nossos semelhantes, refletindo tendências de comportamento delimitadas socialmente” (Cunha *et al.*, 2010, p. 19), ocupando um lugar central na atividade humana. É através dela que nos comunicamos, damos sentido ao mundo, reivindicamos, concordamos ou rechaçamos aquilo que não nos agrada. Ela, por exemplo, é capaz de estender pontes que nos conduzem ao outro, mas também de criar muros, impedindo diálogos e aproximações. Desse modo, constitui-se como a capacidade específica do ser humano dar sentido a si mesmo, àquilo que o rodeia, portanto, ela o constitui (Fiorin, 2013, p. 18). Em razão disso, a linguagem tem sido objeto de estudo há muito tempo. Mas foi somente na virada do século XIX para o século XX que ela se constituiu como ciência, conforme mostrarei adiante.

A LA como área de conhecimento surge atrelada ao ensino de línguas nos Estados Unidos no contexto da II Guerra Mundial. O movimento de refletir acerca do ato de ensinar/aprender línguas tem uma história de muitos séculos, mas foi somente com o pós-guerra que ele se tornou oficialmente científico. Antes disso, vai dizer Almeida Filho (2005) que “o

ensino científico das línguas havia sido proposto por diversos autores, embora de maneira vanguardista ou isolada” (Almeida Filho, 2005, p. 11).

Para além dos horrores que qualquer guerra pode causar, no contexto de ensino de línguas, a II Guerra Mundial trouxe consigo a necessidade de contato com falantes de outros idiomas. Assim, essa necessidade fez com que conquistas obtidas no campo da Psicologia e da Linguística – no que diz respeito à aprendizagem – fossem utilizadas nos métodos de ensino. Outrossim,

as questões de uso de outras línguas se transformaram a partir daí num imenso território de estudos e produção de material teórico e prático. O nome linguística aplicada ainda não se tornara convencional para distinguir o esforço de teorizar sobre os processos de ensinar e aprender línguas (Almeida Filho, 2005, p. 10).

O campo de estudos que se convencionou chamar de “Linguística Aplicada surgiu à sombra da linguística” (Rajagopalan, 2003, p. 77). Conforme pontuado, seu surgimento está atrelado a um grande acontecimento histórico: a II Guerra Mundial. Impulsionada pela necessidade de estabelecer comunicação entre falantes de diferentes línguas, a LA tinha como principal objetivo a aplicação das descobertas e técnicas de estudo científico da língua para fins práticos, especificamente a elaboração de métodos aperfeiçoados de ensino de línguas.

Sabemos que, há muito tempo, diferentes povos se ocuparam em estudar diferentes línguas, de modo que seu ensino, conforme aponta Almeida Filho (2005), “tem uma história de muitos séculos, mas foi durante e no pós-guerra que ele se assumiu oficialmente como científico pela primeira vez” (Almeida Filho, 2005, p. 11).

Nessa perspectiva, desde seu surgimento, a LA esteve ligada a outras áreas de conhecimento e fez uso delas para se desenvolver e dialogar com outros campos de estudos/conhecimentos, sendo dotada de caráter trans/interdisciplinar. Assim, com o passar do tempo, e frente às questões demandadas socialmente, tais como

a perspectiva da criação, da multiplicidade do significado e da valorização dos contextos de uso da linguagem para a compreensão do sentido instigou, na área da LA, o emprego de metodologias de análise do discurso que possibilitam a reflexão sobre essas interseções entre linguagem, cultura, sociedade e subjetividades (Fabrício, 2006, p. 58).

Desse modo, a LA tomou novos direcionamentos e precisou rever suas posturas epistemológicas, bem como sua maneira de refletir sobre seu papel no mundo e na sociedade, o que a caracteriza como uma ciência autorreflexiva e autocrítica. Atualmente, a LA apresenta algumas características que considero muito importantes, as quais serão apresentadas a seguir.

2.2 LINGUÍSTICA APLICADA CONTEMPORÂNEA E SUA AGENDA DE ATUAÇÃO POLÍTICA

É inegável que o mundo atual, impulsionado pela globalização, passa por mudanças de natureza política, social, econômica, cultural, tecnológica etc. Nesse sentido, questões postas na/pela sociedade, que sequer eram questionadas/problematizadas, exigem novos olhares sobre si, novas respostas, novos posicionamentos epistemológicos. Assim, pensando no mundo e na sociedade que estão sempre em movimento ininterrupto, e num cenário no qual os sujeitos são compreendidos como “fragmentados, incompletos e inconclusos” (Hall, 2020, p. 9), muitos são os pesquisadores que têm se debruçado sobre temas e grupos sociais que durante muito tempo, não raro, foram negligenciados pela academia, pela sociedade e, conseqüentemente, pelos campos de saberes.

Desse modo, um “novo conjunto de questões e interesses”, até então frequentemente negligenciados, “tais como identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou a reprodução de alteridade, que até então não tinham sido considerados como de interesse em LA”, vêm se tornando o centro de grandes discussões e mudando agenda do próprio campo de pesquisa, no que diz respeito ao seu fazer epistemológico (Pennycook, 2006, p. 68).

Frequentemente, na contemporaneidade, a LA vem sendo problematizada como campo teórico caracterizado pela reflexão contínua sobre si mesmo, transgressivo, que se repensa insistentemente e se refaz. Nesse sentido, pesquisadores que atuam nesse campo teórico apontam para um novo modo de teorizar que, por sua vez, mostra-se voltado à compreensão da vida social, com base em críticas à modernidade. Moita Lopes (2006), importante pesquisador da área, destaca que a LA na contemporaneidade se caracteriza por defender um “projeto epistemológico com implicações sobre a vida social” (Moita Lopes, 2006, p. 91).

A preocupação com novas epistemes, conforme visto, é uma das grandes preocupações da LA contemporânea¹⁵. Nessa ótica, quando critica a lógica epistêmica ocidentalista, que segundo o mesmo autor “destruiu outras formas de vida e outras formas de produzir conhecimento”, Moita Lopes (2006) argumenta que

¹⁵ Matos (2022) explica que o conceito “Olhares outros” propõe que se “veja para além da modernidade eurocêntrica e suas colonialidades como projeto civiliza-tório ocidental, enxergando modos de vidas outras que vivem, existem e reexistem em Abya Yala” (Matos, 2022, p. 286). Para ela, é necessário alargar/ampliar os olhares para epistemes e práticas emancipatórias, de modo que seja possível caminhar “por direções outras, mares outros, de maneira a ampliar as possibilidades de ser e estar no mundo que é diverso e plural” (Matos, 2022, p. 288)

aqueles que foram postos à margem em uma ciência que criou outridões com base em um olhar ocidentalista têm passado a lutar para emitir suas vozes como formas igualmente válidas de construir conhecimento e de organizar a vida social, desafiando o chamado conhecimento científico tradicional e sua ignorância em relação às práticas sociais vividas pelas pessoas de carne e osso no dia a dia, com seus conhecimentos entendidos como senso comum pela ciência positivista moderna (Moita Lopes, 2006, p. 88-89).

Dessa maneira, “renarrar a vida social” apresenta-se como sendo muito importante na nova agenda ética na qual a LA se situa. Assim, o/a pesquisador/a precisa situar “seu trabalho no mundo”, de modo que as questões contemporâneas sejam postas em destaque, produzindo conhecimento com implicações na sociedade, na vida dos sujeitos, a exemplo do que proponho nesse estudo. Conforme aponta Souto Maior (2024), esse modo de pensar que caracteriza a LA

busca compreender o sentido do ‘outro’, os sentidos sociais dessa compreensão da língua do outro ou ainda busca marcar essa compreensão, dialogando com seu porvir e com o que isso significa para o mundo, seja em função de propor ações e encaminhamentos, seja em função de desdobramentos de ação política, implicada (Souto Maior, 2024, p. 21).

Ao refletir acerca dos rumos dos estudos discursivos na LA, Souto Maior (2022) destaca que, com a publicação de *Por uma linguística aplicada indisciplinar* (Moita Lopes, 2006), os pesquisadores/as da área começaram a repercutir as reflexões presentes na obra em diálogo com as pesquisas que já desenvolviam nas aulas de graduação e pós-graduação. Segundo o autor, nesse contexto de atualização de percepções sobre a área por parte das/os pesquisadoras/es, algumas vozes elevaram-se no sentido de afirmar ser difícil pensar numa pesquisa em LA sem discutir questões fundamentais como: 1) as relações envolvendo pesquisador/a e seu campo de atuação na perspectiva discursiva da LA, 2) a relação do objeto de pesquisa com as teorias de estudo que já vinham sendo desenvolvidas e 3) como o viés interpretativista intermediava a autoria de um estudo mais implicado (e por que não dizer) comprometido, “com o campo histórico, político e da ação social” (Souto Maior, 2022, p. 517).

Conforme explicitado, a publicação do livro de Moita Lopes (2006) suscitou uma série de questionamentos, reflexões e indagações acerca não apenas da LA enquanto área do saber, mas também da atuação do/da pesquisador/a, dos rumos da própria pesquisa e da sua relevância na sociedade. O movimento descrito acima, que será melhor descrito ao longo dessa subseção, é característico da LA contemporânea, que está cada vez mais comprometida com um

tipo de atuação engajada de pesquisa para desdobramentos e mudanças sociais mais efetivas; principalmente quando os resultados dos estudos na Linguística Aplicada se comprometem com a necessária construção de uma sociedade mais democrática,

responsável com a coletividade e socialmente mais implicada (Souto Maior, 2022, p. 517).

Nessa mesma perspectiva, considerando as atuais características da LA, Fabrício (2006) aponta que, na agenda atual desse campo teórico, há uma preocupação com o “desenvolvimento de uma orientação crítico-reflexiva que trabalha na investigação de como a linguagem opera no mundo social e no exame das questões que afetam diretamente a sociedade” (Fabrício, 2006, p. 49). Desse modo, compreender a linguagem como prática social, bem como compreender que, ao debruçar-se sobre ela, o pesquisador em LA está, na realidade, estudando a sociedade e a cultura, é fundamental para o entendimento de como esse campo teórico se configura atualmente.

Na mesma esteira de pensamento, Pennycook (2006) propõe o conceito de LA crítica e transgressiva. Para ele, esse termo está relacionado não apenas a uma nova maneira de pensar a “antidisciplina”, mas a um modo de fazer e pensar problematizador, que intenciona transgredir os campos políticos e teóricos “os limites do pensamento e da ação tradicionais”. Desse modo, pensar o que não deveria ser pensado, bem como fazer o que não deveria ser feito, são características importantes desse modo de fazer LA que intenciona “atravessar fronteiras e quebrar regras”, o que possibilita o despertar de novos interesses para temas que até então não tinham sido de interesse da LA, por exemplo, identidade, sexualidade, acesso, ética, desigualdade, desejo ou a reprodução de alteridade, a exemplo do que proponho nesse estudo. Diante disso, defendo com o referido autor, que a LA Crítica “é bem mais do que a adição de uma dimensão crítica à LA”, já que possibilita novos rumos no que diz respeito ao modo de fazer pesquisa na área (Pennycook, 2006. p 68). Assim, a teoria transgressiva proposta pelo referido autor caracteriza-se por:

- a) atravessar fronteiras e quebrar regras, refletindo sobre “o quê e por que atravessar”;
- b) pensar-se em movimento; e
- c) caminhar em direção à mudança teórico-epistemológica.

Souto Maior (2023a), como já apresentado, e na esteira dos autores supracitados, reflete no texto *A linguística aplicada e a implicação na pesquisa – uma leitura bakhtiniana*, a partir do “ato ético” bakhtiniano, acerca de como os sujeitos ideológicos dos estudos em LA compõem os sentidos de suas ações, bem como essa mesma ação implica e é implicada nas práticas do mundo (Souto Maior, 2023a, p. 45). Desse modo, a LA é compreendida como

um campo de estudo que pesquisa as práticas de linguagem numa perspectiva social e processual, que inclui sujeitos e contexto nas dimensões de participação que questiona discussões teóricas já consolidadas e que demanda novos temas e interesses institucionais de pesquisa. Ao mesmo tempo, o campo assume construir narrativas sobre a vida nos seus estudos e propõe desnaturalizar verdades homogêneas construídas (Souto Maior, 2023a, p. 62).

Sendo assim, minha investigação se insere nessa perspectiva já que reflete acerca de verdades homogêneas e as desnaturaliza.

Para compreender o conceito de “implicação” proposto pela autora, e entendendo como se coaduna com minha pesquisa, conforme visto, é preciso considerar que, no processo de fazer pesquisa, o/a pesquisador/a está implicado/a na construção do conhecimento. Dentro dessa linha argumentativa, Souto Maior (2019) vai dizer que a preocupação do/a pesquisador/a está voltada, contemporaneamente,

para a ênfase numa discussão sobre as implicações do dizer nas interações humanas, o que denominamos de busca de uma ética do discurso. Para tal, assumimos essa posição teórico-metodológica como princípio fundamental para uma interlocução mais efetiva e harmoniosa na sociedade que, a depender do emprego pedagógico-epistemológico sistemático, pode, qualitativamente, promover mudanças na concepção do que é ser um sujeito autor implicado no seu dizer, responsável por esse e ciente de suas consequências ecológicas. Isso, a nosso ver, pode gerar mudanças significativas nas relações interpessoais contemporâneas (Souto Maior, 2019, p. 136).

Nesse sentido a “implicação” a/o leva a revisar “constantemente seu entendimento sobre a responsabilização do dizer” (Souto Maior, 2023a, p. 63), num processo teórico-epistemológico ético, e responsável, cuja implicação se dá

por meio de discussões práticas na elaboração dos projetos, na construção coletiva de critérios de recorte de pesquisa e na seleção de temas que promovem o engajamento dos estudos acadêmicos em questões sociais, que, de certa forma, não se circunscreve em categorizações de fenômenos e na busca de relações causais nas pesquisas, onde, muitas vezes, a teoria seria mais importante que a prática (Souto Maior, 2023a, p. 66).

Esse posicionamento, como visto, alinha-se com o que proponho nessa pesquisa e com a nova agenda da LA contemporânea cada vez mais questionadora de situações em que a linguagem e os sentidos produzidos nela e por ela criam e reforçam situações de opressão. Assim, quando proponho o estudo acerca da rede de sentidos que gira em todo dos conceitos “família” e “homossexualidade”, reafirmo um dos aspectos mais importantes da LA, ou seja, aquele diz respeito à pesquisa implicada na/com a vida (Souto Maior, 2022).

Zozzoli (2021), assim como os autores supracitados, também pensa sobre a agenda da LA contemporânea, bem como suas características e seu fazer epistemológico. Para ela,

outra característica dos trabalhos atuais em LA tem sido a inserção nas práticas sociais, as quais não se limitam mais, como em muitos contextos anteriores, às situações de ensino e aprendizagem e aos discursos que circundam esses contextos. O vai e vem teoria/prática faz parte das ações desenvolvidas pelo linguista aplicado, uma vez que não há prevalência de uma sobre a outra (Zozzoli, 2021, p. 39).

Uma vez que novos tempos exigem novas posturas e novas formas de fazer ciência, as pesquisas em LA, conforme pontuei, consideram a heterogeneidade dos sujeitos, bem como as demandas e mudanças nas novas identidades sociais, agora entendidas como fragmentadas e em constante formação, que podem, inclusive, ser contraditórias, conforme aponta Hall (2006). Assim, nesse processo de “fragmentação do indivíduo”, característico da nossa sociedade, *grosso modo*, no panorama de procedimentos teórico-metodológicos, a partir dos referidos autores, a LA contemporânea pode ser atualmente caracterizada como campo situado nas humanidades e nas Ciências Sociais, que tem como objetos de estudo “as relações entre a linguagem e a construção discursiva da realidade”, conforme aponta Oliveira (2021). Em função dos textos lidos, posso dizer que ela (a LA) caracteriza-se atualmente como:

- a) campo de natureza inter/transdisciplinar, uma vez que dialoga e também é atravessada por outros campos do saber;
- b) reflexiva, crítica e problematizadora acerca de si mesma e do modo como fazer pesquisa, portanto, problematizadora das suas epistememes;
- c) focalizadora da linguagem como prática social, observada em uso, imbricada em ampla amalgamação de fatores contextuais;
- d) mestiça, nômade e transgressora, cujos pesquisadores se questionam constantemente sobre seu lugar no mundo e suas práticas. É transgressiva também no sentido de transgredir “política e teoricamente com os limites do pensamento”;
- e) comprometida com “processos de descaminhos”; e implicada com/na a vida/pesquisa, preocupada com a” responsabilidade do dizer”.

Feitas essas breves considerações, apresento, na próxima subseção, um breve histórico acerca dos estudos da linguagem.

2.3 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DA LINGUAGEM

Conforme pontuei na subseção anterior, minha compreensão de LA a partir das/os autoras/es mencionadas/os refere-se a uma área de estudos situada no campo das Ciências Humanas e Sociais, de natureza inter/trans/disciplinar, implicada com a vida. Nesse sentido,

apresenta uma agenda de atuação política comprometida com a “necessária construção de uma sociedade mais democrática e responsável com a coletividade” (Souto Maior, 2022). Assim, uma vez que somos constituídos na/pela linguagem, assumo com Souto Maior (2022) que

só é possível entender o mundo, entendendo as práticas que o compõem dentro de um funcionamento em espaços específicos. Nesse ínterim, os discursos são os vetores de significados que vão sustentando ou deslocando sentidos (Souto Maior, 2022, p. 523).

Dito isso, vale ressaltar que, dentro da abordagem de LA que defendo, e em diálogo com Souto Maior (2022), a linguagem ocupa lugar central e está intimamente atrelada aos discursos vivenciados nas interações observadas e nas pesquisas, constituindo-se como “matéria prima a ser analisada” (Souto Maior, 2019, 2022).

O interesse pela linguagem é muito antigo e os primeiros estudos remontam ao século IV a. C. (Petter, 2011)¹⁶. De fato, desde há muito tempo, os povos se debruçam sobre esse aspecto que nos diferencia dos outros animais e nos particulariza. Desde sempre, ela exerce fascínio sobre a humanidade, o que pode ser observado em diferentes épocas, culturas e diferentes perspectivas (Orlandi, 2009) conforme veremos.

Na mesma linha de pensamento, Petter (2011) destaca que

o fascínio que a linguagem sempre exerceu sobre o homem vem desse poder que permite não só nomear/criar/transformar o universo real, mas também possibilita trocar experiências, falar sobre o que existiu, poderá vir a existir, e até mesmo imaginar o que não precisa nem pode existir. A linguagem verbal é, então, a matéria do pensamento e o veículo da comunicação social. Assim como não há sociedade sem linguagem, não há sociedade sem comunicação. Tudo o que se produz como linguagem ocorre em sociedade, para ser comunicado, e, como tal, constitui uma realidade material que se relaciona com o que lhe é exterior, com o que existe independentemente da linguagem (Petter, 2011, p. 11).

Considero importante destacar que, de acordo com as ideias expressas acima, o fascínio exercido pela linguagem sobre o ser humano vem justamente não só da possibilidade de nomear as coisas, mas, sobretudo, daquilo que a linguagem possibilita no sentido de trocar experiências, (re)narrar o passado, projetar possibilidades futuras. É, pois, através da linguagem que nos fazemos/construímos socialmente. Nesse estudo particularmente, entendo que os sentidos

¹⁶ Corroborando com essa ideia, Joaquim Mattoso Câmara Júnior vai dizer em “História da Linguística” que, na Antiguidade, o estudo da linguagem foi totalmente desenvolvido na Índia e na Grécia. Encontramos em ambos os países “o estudo do certo e errado”, “O estudo filosófico” e “o estudo filológico da linguagem”. Na Índia, prevaleceu o aspecto “filológico” da linguagem, porém “o estudo do certo e errado” se origina dele. A preocupação principal foi a compreensão correta dos antigos textos religiosos dos “Vedas”. Com vistas a isso, surgiu um estudo analítico sob o nome de “Vyakarana” que, em sânscrito, quer dizer “análise” (Câmara Jr., 2021, p. 11).

proferidos no campo semântico religioso podem estimular certas práticas e até preconceitos sobre as vivências das pessoas, causando violências, tristezas, (auto)abandono¹⁷.

Fiorin (2013) quando fala da função da linguagem a qual não se restringe à “capacidade específica da espécie humana de se comunicar por meio dos signos”, assumo com ele que a linguagem

não se presta somente para perceber o mundo, para categorizar a realidade, para propiciar a interação social, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser fonte e lugar de prazer **mas serve também para estabelecer uma identidade social** (Fiorin, 2013, p. 26, grifo meu).

Feitos esses comentários iniciais, e traçando um breve histórico sobre o estudo da linguagem, é visível que, entre os antigos hindus, houve um apurado estudo do sânscrito, considerado língua sagrada na Índia Antiga, para “preservar os textos sagrados reunidos no “Veda”, a fim de que os textos fossem proferidos sem haver modificações. Através de meticuloso estudo, esse povo procurava estabelecer ligação com o divino através da preservação dos textos sagrados (Petter, 2011, p. 12).

Já na Grécia Antiga¹⁸, os filósofos se perguntavam se as palavras imitavam as coisas ou se seus nomes foram dados por pura convenção (Weedwood, 2002, p. 25). Nessa perspectiva, eles “se interessavam por estudar a linguagem, entre outros motivos, porque queriam entender alguns aspectos associados à relação entre a linguagem, o pensamento e a realidade” (Martelotta, 2010, p. 45). É nesse contexto de base filosófica que surge a “gramática tradicional”. Assim, é Aristóteles que elabora uma teoria da frase, distingue as partes do discurso e enumera as categorias gramaticais, discussões, como dito, de base filosófico-estrutural da língua.

Sob a perspectiva religiosa, a linguagem também foi utilizada como objeto de estudo. No mito judaico-cristão, descrito no Antigo Testamento, encontramos algumas histórias no mínimo interessantes que envolvem o poder da linguagem. Segundo o relato descrito no primeiro livro da Torá, o mundo e tudo o que há nele teria sido feito através da força criadora

¹⁷ Processo de exclusão que se dá cotidianamente, que se reverbera no (auto)flagelo, na (auto)culpa. Essas vivências vão também, por sua vez, constituindo obviamente nossas subjetividades.

¹⁸ A Grécia Antiga é referenciada como um importante centro de reflexão acerca da linguagem. A própria organização da sociedade grega daquela época, na qual a “preocupação com o domínio da expressão verbal” era muito importante, favorecia esse tipo de debate. Nesse sentido, Citelli (1986) vai dizer que “praticando um certo conceito de democracia, e tendo de expor publicamente suas ideias, ao homem grego cabia manejar com habilidade as formas de argumentação. Daí toda larga tradição dos tribunos, dos sofistas, que iam às praças públicas, aos tribunais, aos foros, intentando inflamar multidões, alterar pontos de vista, mudar conceitos pré-formados” (Citelli, 1986, p. 7).

da palavra. “Faça-se!” (e tudo se fez). Em outro relato, segundo o mesmo livro, “todo o mundo se servia de uma mesma língua e das mesmas palavras” (Gn 11, 1).

No período compreendido como Idade Média (476 a 1453), os modistas consideraram que as línguas seguem um modelo uno e universal de estrutura gramatical e que “as regras da gramática são independentes das línguas em que se realizam” (Petter, 2011, p. 12). Vale destacar que, em todos os períodos citados, a autoridade de falar/estabelecer/dizer era reservada a um grupo minoritário, composto por homens, brancos, heterossexuais e detentores de poder político/econômico, religioso e bélico.

No século XVI, a Reforma Protestante foi um importante acontecimento que provocou a tradução dos livros sagrados para inúmeras línguas, muito embora o latim mantivesse o prestígio de ser língua universal. Nesse sentido, “viajantes, comerciantes e diplomatas trazem de suas experiências no estrangeiro o conhecimento de línguas até então desconhecidas” (Petter 2011, p. 12). Não por acaso, é nesse período que, em 1502, o italiano Ambrósio Calepsino escreve o mais antigo dicionário poliglota.

Dando, por assim dizer, continuidade às discussões dos antigos, surge no século XVI, mais precisamente em 1660, a *Grammaire générale et raisonnée de Port Royal*, ou Gramática de Port-Royal, de Lancelot e Arnauld, que, diga-se de passagem, serviu de modelo para muitas gramáticas desenvolvidas nesse período. É ela que “demonstra que a linguagem se funda na razão, é a imagem do pensamento e que, portanto, os princípios de análise estabelecidos não se prendem a uma língua particular, mas servem a toda e qualquer língua” (Petter, 2011, p. 12).

A tomada de consciência da existência de um número maior de línguas provoca, no século XIX, “o interesse pelas línguas vivas, pelo estudo comparativo dos falares, em detrimento de um raciocínio mais abstrato sobre a linguagem, observado no século anterior”. De acordo com Petter (2011, p. 12) é

nesse período que se desenvolve um método histórico, instrumento importante para o florescimento das gramáticas comparadas e da Linguística Histórica. O pensamento linguístico contemporâneo, mesmo que em novas bases, formou-se a partir dos princípios metodológicos elaborados nessa época, que preconizavam a análise dos fatos observados. O estudo comparado das línguas vai evidenciar o fato de que as línguas se transformam com tempo, independentemente da vontade dos homens, seguindo uma necessidade própria da língua e manifestando-se de forma regular (Petter, 2011, p. 12).

Diante do exposto, pode-se destacar, nesse contexto, Franz Bopp. Sua obra acerca do sistema de conjugação do sânscrito, quando comparada ao grego e ao latim, ao persa e ao germânico é considerada, sem dúvida alguma, um “marco do surgimento da Linguística

Histórica”, pois é a partir dela que se descobre a semelhança entre essas línguas e grande parte das línguas europeias, existindo assim, uma relação de parentesco, o que evidencia a existência de uma “família”, o “indo-europeu”.

Embora haja muitas maneiras de explicar/estudar o fenômeno das línguas(gens) em diferentes épocas e de diferentes modos, é só com a criação da Linguística, no começo do século XX, compreendida como “estudo científico da linguagem humana” (Carvalho, 2003), que podemos dizer que há uma ciência da linguagem propriamente dita, com objeto e método próprios. Nesse sentido, segundo as palavras de Monin (1972, p. 25), trata-se de “um saber muito antigo e uma ciência muito jovem”. É a partir do *Curso de Linguística Geral*, de Ferdinand de Saussure, que a Linguística se consolida como ciência e estabelece um objeto para seu estudo – a língua –, concebida como um “sistema de signos organizados”. A esse respeito, Petter (2011) argumenta que, antigamente,

a Linguística não era autônoma, submetia-se às exigências de outros estudos, como a lógica, a filosofia, a retórica, a história, ou a crítica literária. O século XX operou uma mudança central e total dessa atitude, que se expressa no caráter científico dos novos estudos linguísticos, que estarão centrados na observação dos fatos de linguagem (Petter, 2011, p. 13).

Em seu famoso e fundante *Curso de Linguística Geral*, Saussure (2006, p. 27), quando trata do objeto da Linguística, estabelece que a língua é o objeto da linguística. Para ele: “o estudo da linguagem comporta, portanto, duas partes: uma essencial, que tem por objeto a língua, que é social em sua essência; outra, secundária tem por objetivo a parte individual da linguagem, vale dizer, a fala”. Nesse sentido, a língua é um fato social; a fala, por sua vez, é a realização concreta da língua pelo falante, o que é variável.

Todas essas ideias e caracterizações da concepção de língua estabelecem um panorama, mesmo que rápido, sobre como o próprio sentido de língua se desloca em função de um contexto histórico, político e social, bem como também respondem a arcabouços de temas que vão instituindo verdades nas ciências. Embora se considerem importantes as formulações feitas em torno dos conceitos língua(gem) apresentados pelos autores supracitados, para que sejam compreendidas as relações de poder advindas das instâncias apresentadas, convém dizer que, para presente estudo, será adotada a concepção defendida por Bakhtin (2010a, 2011), para quem a linguagem é dialógica e ideológica.

A seguir, trato acerca dos estudos discursivos bakhtinianos, bem como da sua relevância para a LA e para esse estudo.

2.4 LINGUAGEM, LÍNGUA E DISCURSO

Entendendo a língua como fenômeno dinâmico, dialógico e ideológico, “que se realiza através da interação verbal social dos locutores” (Bakhtin, 2010a, p. 132), as concepções teóricas que subsidiarão essas reflexões encontram-se Bakhtin (2010a, 2010b, 2011), Brait (2005), Souto Maior (2022), Souto Maior e Luz (2019), Barros (2005) e Machado (2012). Partindo do pressuposto de que o “discurso proferido é atravessado/interpelado por vários outros discursos em determinada época ou lugar” (Bakhtin, 2011) e que “cada palavra se apresenta como uma arena em miniatura onde se entrecruzam e lutam os valores sociais de orientação contraditória” (Bakhtin, 2010a), discorro acerca da concepção dialógica de língua a partir dos autores supramencionados.

Sem dúvida, somos seres constituídos na/pela linguagem. Sua utilização, tão comum e corriqueira, vai desde uma conversa informal entre amigos sentados à mesa de um bar, até um discurso proferido por um importante chefe religioso, de estado ou de uma grande corporação, por exemplo. A depender do contexto e do falante, a linguagem pode ser utilizada para elogiar, destacar qualidades. Mas o contrário também é verdadeiro. Ela pode ser utilizada para desqualificar uma pessoa, humilhá-la, excluí-la de determinados espaços ou ações.

Além disso, ela também pode criar realidades. A fórmula “eu te batizo em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo”, utilizada, por exemplo, numa cerimônia de batismo cristão católico, faz com que o sujeito seja, a partir daquele momento, daquele “ato perlocutório”, considerado “membro da igreja/comunidade”, e “filho de Deus”. Desse modo, ela é tão necessária que, se não proferida pelo sacerdote ou diácono, a pessoa não é considerada batizada, ou seja, naquele contexto é um “pagão”.

O mesmo se diga da fórmula utilizada para o “sacramento do matrimônio”. Se, no contexto religioso, o sacerdote ou diácono não disser: “eu vos declaro marido e mulher”, o casamento não tem validade. Nesse caso, a pronúncia da fórmula “torna” esposos aqueles que, até então, eram nubentes. Assim, o casal tem nova configuração, novo status perante sociedade. No entanto, fora desses contextos, as mesmas expressões podem ser utilizadas e não gerarem nenhuma ação, a não ser no caso do segundo exemplo, quando um/a juiz/a de paz, no contexto do casamento civil, oficializa contrato perante o Estado e a sociedade.

Nessa ótica, compreendendo “a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem”, Bakhtin vai mais longe do que os linguistas saussurianos, pois não apenas considera a linguagem fundamental para a comunicação, mas defende a interação entre os interlocutores como elemento fundante da linguagem” (Barros, 2005, p. 29).

Brait (2005) propõe que Bakhtin, no anseio de compreender as formas de produção de sentido, a significação e os diferentes modos de surpreender o funcionamento discursivo, foi impelido na direção e uma estética da linguagem que, mesmo tendo se debruçado sobre os estudos literários (de romances de escritores como Rebelais e Dostoiévski, por exemplo), suas discussões não deixaram de examinar também a sistematicidade do discurso e das relações estabelecidas no cotidiano, contribuindo, portanto, para uma nova perspectiva a respeito da linguagem humana e de seus estudos (Brait, 2005, p. 87), posição com a qual concordo. Desse modo,

o conceito de linguagem que emana dos trabalhos desse pensador russo está comprometido não com uma tendência linguística ou uma teoria literária, mas com uma visão de mundo que, justamente na busca das formas de construção e instauração do sentido, resvala pela abordagem linguístico-discursiva, pela teoria da literatura, pela filosofia, pela teologia, por uma semiótica da cultura, por um conjunto de dimensões entretecidas e ainda não inteiramente decifradas (Brait, 2005, p. 88).

Assim, de acordo Brait (2005), Bakhtin não demonstra apenas interesse específico pela produção estético-literária, mas, ao longo do seu percurso, mantém importantes diálogos filosóficos com várias tendências contemporâneas suas, a exemplo do neokantismo, da fenomenologia, do marxismo, do freudismo e de outras tantas áreas de conhecimento de sua época, como a linguística, estilística e a matemática. “Todo esse universo científico e cultural” vai dizer Brait,

deixa marcas tanto no que diz respeito ao vocabulário incorporado e adaptado a seus estudos quanto à possibilidade de tentativas de decifrar o projeto que está por trás de seus escritos, incluindo produção de sentido, significação, autoria, discurso, enunciação, gêneros, atividade interativa etc. (Brait, 2005, p. 88).

É preciso, pois, afirmar que no bojo do pensamento do teórico russo em questão, “a natureza dialógica da linguagem¹⁹ é um conceito que desempenha papel fundamental no conjunto da obra bakhtiniana, constituindo-se, dessa forma, como “célula geradora dos diversos aspectos que singularizam e mantêm vivo o pensamento desse produtivo teórico”. Assim, o dialogismo instaura aquilo que Brait (2005, p. 95) vai chamar de “natureza interdiscursiva da linguagem”.

¹⁹ Brait (2005) chama a atenção para o fato de que “por um outro lado, o dialogismo diz respeito às relações que se estabelecem entre o eu e o outro nos processos discursivos instaurados historicamente pelos sujeitos, que, por sua vez, se instauram e são instaurados por esses discursos”. Aqui, dialógico e dialético aproximam-se, ainda que não possam ser confundidos, uma vez que Bakhtin vai falar do eu que se realiza no nós, insistindo não na síntese, mas no caráter polifônico dessa relação exibida pela linguagem” Brait (2005, p. 95).

Em *Marxismo e filosofia da linguagem*, no capítulo que versa sobre a “Interação Verbal”, Bakhtin (2010a) defende a ideia de que a segunda orientação do pensamento filosófico-linguístico está ligada ao Racionalismo e ao Neoclassicismo. Para ele, a primeira orientação – que se refere ao subjetivismo individualista²⁰ – está ligada ao Romantismo, que tem como característica a oposição contra a palavra estrangeira e o domínio exercido por ela sobre as categorias do pensamento. Segundo esse autor, o Romantismo se opunha ao poder cultural da palavra estrangeira, de modo particular contra o que reincidia do Renascimento e do Classicismo. Conforme ele, estava para além dos esforços exercidos pelos românticos reestabelecer um pensamento sobre a língua uma vez que ela fora formada e mantida durante séculos. No entanto, a partir dessa reflexão, foram introduzidas novas categorias que deram à primeira orientação suas características particulares.

Bakhtin (2010a) defende que o subjetivismo individualista se apoia, dentre outros, sobre a enunciação monológica que serve de ponto de partida para sua reflexão sobre a língua. Assim, questiona o autor,

como se apresenta a enunciação monológica do ponto de vista do subjetivismo individualista? Vimos que ela se apresenta como um ato puramente individual, como uma expressão da consciência individual, de seus desejos, suas intenções, seus impulsos criadores, seus gestos etc. (Bakhtin, 2010a, p. 115).

Opondo-se à teoria da expressão que serve de fundamento para a primeira orientação do pensamento filosófico-linguístico, Bakhtin argumenta que o centro organizador e formador não se situa no interior, mas no exterior. Além disso, não é a atividade mental que organiza a expressão, mas, ao contrário, é a expressão que organiza a atividade mental, que a modela e determina sua orientação. Dessa forma, a enunciação é o produto da interação de dois indivíduos organizados socialmente e, mesmo que não haja um interlocutor real, esse pode ser substituído pelo representante médio do grupo social ao qual pertence o locutor. Nesse sentido,

a palavra dirige-se a um interlocutor: ela é função da pessoa desse interlocutor: variará se se tratar de uma pessoa do mesmo grupo social ou não, se esta for inferior ou superior na hierarquia social, se estiver ligada ao locutor por laços sociais mais ou menos estreitos (pai, mãe, marido, etc.). Não pode haver interlocutor abstrato; não

²⁰ Vale salientar que “ao contrário do que admiradores e detratores de Bakhtin tentam enfatizar a partir de leituras datadas e teoricamente comprometidas, as críticas às duas tendências não têm por função demolir a perspectiva dos estudos linguísticos e estilísticos longa e criteriosamente desenvolvidos por essas duas grandes tendências. O que se observa é que, ao assinalar determinados aspectos marcantes dessas duas vertentes, Bakhtin tem em mira uma terceira via de enfrentamento das questões da linguagem, que não se restringiria à formalização abstrata nem às especificidades dos talentos individuais. Mas em nenhum momento ele despreza a contribuição desse conjunto de estudos, reconhecendo, como demonstra o conjunto de suas obras, o papel da língua na constituição do universo significativo e o papel da literatura enquanto gênero discursivo privilegiado no que diz respeito à representação da complexa natureza dialógica da linguagem” (Brait, 2005, p. 65-96).

teríamos linguagem comum com tal interlocutor, nem no sentido próprio nem no figurado. Se algumas vezes temos a pretensão de pensar e de exprimir-nos *urbi et orbi*, na realidade é claro que vemos ‘a cidade e o mundo’ através do prisma do meio social concreto que nos engloba. Na maior parte dos casos, é preciso supor além disso um certo horizonte social definido e estabelecido que determina a criação ideológica do grupo social e da época a que pertencemos, um horizonte contemporâneo da nossa literatura, da nossa ciência, da nossa moral, do nosso direito (Bakhtin, 2010a, p. 116).

A partir da ideia de que “todos os diversos campos da atividade humana estão ligados ao uso da linguagem” (Bakhtin, 2011, p. 261), o princípio do pensamento bakhtiniano é especialmente marcado pela defesa das relações interativas do “eu” com “o outro”, ou seja, pelo princípio dialógico constitutivo da linguagem, conforme pontuei. Assim, nessa relação que me constitui em relação ao outro, Bakhtin (2011) postula que a comunicação humana se dá através dos gêneros discursivos. Classificados como “primários” e “secundários”, os gêneros discursivos são apresentados pelo referido autor como “tipos relativamente estáveis de enunciados”, nos quais a riqueza e a diversidade

são infinitas porque são inesgotáveis as possibilidades da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso, que cresce e se diferencia à medida que se desenvolve e se complexifica um determinado campo. Cabe salientar em especial a extrema heterogeneidade dos gêneros do discurso (orais e escritos), nos quais devemos incluir as breves réplicas do diálogo do cotidiano (saliente-se que a diversidade das modalidades de diálogo cotidiano é extraordinariamente grande em função do seu tema, da situação e da composição dos participantes), o relato do dia a dia, a carta (em todas as suas diversas formas), o comando militar lacônico padronizado, a ordem desdobrada e detalhada, o repertório bastante vário (padronizado na maioria dos casos) dos documentos oficiais e o diversificado universo das manifestações publicísticas (no amplo sentido do termo: sociais, políticas); mas aí também devemos incluir as variadas formas das manifestações científicas e todos os gêneros literários (do provérbio ao romance de muitos volumes) (Bakhtin, 2011, p. 262).

As discussões em torno do que se compreende por “gêneros” dentro, dos estudos da linguagem, não são uma novidade. Tanto Platão quanto Aristóteles abordaram essa questão na Antiguidade. O primeiro, por exemplo, em sua obra *Poética*, faz a seguinte classificação, quando trata dos gêneros poéticos:

- a) lírica (poesia de primeira voz);
- b) épica (poesia de segunda voz); e
- c) drama (poesia de terceira voz).

Anterior às discussões apresentadas por Aristóteles, Platão já havia proposto uma classificação dos gêneros baseados num juízo de valor, numa espécie de escala de importância.

Assim, segundo ele, a epopeia e a tragédia pertencem aos gêneros sérios, já a comédia e a sátira pertenceriam ao burlesco (Machado, 2012).

Embora Platão e Aristóteles já tenham – quando tratam dos gêneros poéticos – lançado as bases para as futuras discussões a respeito do assunto em questão, a importância de Bakhtin para os estudos da linguagem reside justamente no fato de ter abordado os gêneros discursivos “considerando não a classificação das espécies, mas o dialogismo do processo comunicativo” (Machado, 2012). Nesse sentido, “as relações interativas são processos produtivos de linguagem. Consequentemente, gêneros e discursos passam a ser focalizados como esferas de uso da linguagem verbal ou da comunicação fundada na palavra” (Machado, 2012, p. 153).

Ainda segundo Machado (2012), nessa linha de pensamento, a teoria bakhtiniana considera que:

- a) a língua passa a integrar a vida através de enunciados concretos;
- b) os enunciados são elos “na cadeia de comunicação discursiva”, ou seja, ressoam outros enunciados e são plenos de atitudes responsivas;
- c) a presença do outro é parte constitutiva do sentido;
- d) os sujeitos e a língua são sempre ideologicamente marcados.

Amparadas em Bakhtin (2010a) e corroborando com Brait (2005), Souto Maior e Luz (2019) defendem que

o trabalho com linguagem e a consciência de como ela estabelece contornos e cores para as relações humanas torna-se também elemento fundamental de estudo e de atuação, visando à promoção de uma integração maior entre conhecimento e criticidade do sujeito e entre os interactantes do contexto de ensino e comunidade em geral (Souto Maior; Luz, 2019, p. 400).

Nessa perspectiva, as autoras mencionadas apontam para o fato de a língua, segundo Bakhtin, ser constituída a partir de três aspectos da comunicação verbal:

- a) contexto real;
- b) fenômeno social; e
- c) interação verbal.

Além disso, as autoras apontam que Bakhtin defende que a língua é vivenciada por meio de enunciados, concretos e únicos, e esses refletem condições específicas e esferas de utilização que, por sua vez, elabora seus tipos relativamente estáveis de enunciados, denominados gêneros do discurso Bakhtin (Souto Maior; Luz, 2019, p. 400). Assim, todo enunciado estabelece uma

relação dialógica com o que foi dito, uma vez que, como diz o próprio Bakhtin, “toda compreensão da fala viva, do enunciado vivo é de natureza ativamente responsiva (...) toda compreensão é prenhe de resposta” (Bakhtin, 2011, p. 271).

Partindo desse ponto de vista, entendo que, para haver relações dialógicas, é preciso que qualquer material linguístico faça parte da esfera do discurso, tenha sido transformado num enunciado “tenha fixado a posição de um sujeito”. Nessa ótica, é apenas dessa forma que é possível responder, se posicionar, fazer réplica ao dito, acolher a palavra do outro ou refutá-la. Nesse movimento, afirma Bakhtin (2011): “tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo” (Bakhtin, 2011, p. 373-374).

Em outras palavras, para Bakhtin, somente na comunicação, na interação verbal do homem com o homem, ele se revela para os outros ou para si mesmo.

No que diz respeito ao diálogo entre discursos, Barros (2005) destaca que na obra de Bakhtin:

- 1) as relações do discurso com a enunciação, o contexto socio-histórico ou com o “outro” são relações entre discursos-enunciados;
- 2) o dialogismo define o texto como um “tecido de vozes” que se completam, respondem umas às outras ou polemizam entre si no interior do texto;
- 3) o discurso caráter dialógico, conforme já mencionado.

Ainda tratando da linguagem a partir dos pressupostos bakhtinianos, de acordo com Faraco (2009), é com Bakhtin que se encontram os princípios teóricos que se dedicam ao evento do diálogo face a face. Isso se dá porque, segundo o mesmo autor, é aí – no diálogo entre os sujeitos – que se pode encontrar a chave para o entendimento daquilo que ocorre nos enunciados das esferas mais elaboradas da criação ideológica, como, por exemplo, nos enunciados literários, aos quais Bakhtin dedica boa parte dos seus estudos.

Desse modo, conforme o próprio Bakhtin defende, a interação face a face só pode ser analisada de forma adequada a partir da interação social efetiva. É preciso considerar que, para esse autor, ela – a interação social – carece ser vista como um evento do “colóquio ideológico em grande escala”, portanto, é necessário dimensioná-la como estrutura social e ideológica, na qual os integrantes são seres organizados que agem num complexo quadro de relações socioculturais. Assim, Faraco (2009) defende que as relações dialógicas são “relações de sentidos que se estabelecem entre enunciados”, tendo como referência o todo da interação verbal e não apenas o evento da interação face a face (Faraco, 2009, p. 65). Dessa forma, todo

enunciado estabelece uma relação dialógica com o que foi dito, uma vez que, como diz o próprio Bakhtin, “todo enunciado é prenhe de resposta”.

A partir da perspectiva apresentada acerca da língua, linguagem que, por sua vez, está atrelada ao discurso (que se constitui, no processo de interação verbal, na alteridade e na ideologia), apresento, na subseção seguinte um percurso histórico acerca da construção discursiva acerca da mulher e da população LGBTQIAPN+. Abaixo, a partir de Souto Maior (2009, 2020, 2023b), faço uma discussão acerca de DE.

2.4.1 Discursos Envolventes

Antes de tratar especificamente de DE, a partir de Souto Maior (2009, 2020, 2023b) e Souto Maior e Borges (2022), é necessário, pois, compreender e relacionar as concepções de discurso que caracterizam o pensamento bakhtiniano, para quem a linguagem a língua se constitui dialógica e ideologicamente (Bakhtin, 2010a, p. 36), posicionamento esse adotado no presente estudo. Para tanto, retomo as discussões feitas na subseção anterior, a fim de embasar/contextualizar o surgimento da noção de DE, de fundamental importância para essa pesquisa.

Conforme explicitarei na subseção “Linguagem, língua e discurso”, o dialogismo é, para Bakhtin, o princípio constitutivo da linguagem (Brait, 2005; Faraco, 2009; Fiorin, 2013; Souto Maior, 2009, 2020). Uma vez que considera que nas Ciências Humanas, tanto objeto quanto método são de natureza dialógica (Barros 2005, p. 26), Bakhtin aponta para as duas diferentes concepções do princípio dialógico que são: 1) a que se refere ao diálogo entre interlocutores e 2) a que dá conta do diálogo entre os discursos.

Barros (2005) argumenta que, em diferentes textos, Bakhtin trata do diálogo entre interlocutores, ingressando, com essa abordagem, no campo de estudos voltados à interação verbal entre sujeitos. Desse modo, a autora propõe quatro aspectos da concepção bakhtiniana que se referem ao dialogismo, os quais serão apresentados abaixo com grifos meus. São eles:

1) **a interação entre interlocutores é o princípio fundador da linguagem** (nesse sentido, conforme já mencionado, Bakhtin vai mais longe do que os linguistas saussurianos, pois considera não apenas que a linguagem é fundamental para a comunicação, mas que a interação dos interlocutores, fundando a linguagem);

2) o sentido do texto e a significação das palavras dependem da **relação entre sujeitos**, ou seja, **constroem-se na produção e na interpretação dos textos/discurso**;

3) a intersubjetividade é anterior à subjetividade, pois **a relação entre os interlocutores não apenas funda a linguagem e dá sentido ao texto, como também constrói os próprios sujeitos produtores do texto/sentidos;**

4) as observações feitas podem conduzir a conclusões equivocadas sobre a concepção bakhtiniana de sujeito, considerando-a “individualista” ou “subjetivista”. Na verdade, **Bakhtin aponta dois tipos de sociabilidade: a relação entre sujeitos (entre os interlocutores que interagem) e a dos sujeitos com a sociedade.**

Diante disso, todos esses aspectos da concepção dialógica bakhtiniana da linguagem são relevantes para dissertação, uma vez que, como dito, assumo com Bakhtin essa mesma concepção de linguagem a fim de compreender a rede de sentidos que compõe a concepção religiosa sobre família e homossexualidade.

Corroborando com os autores mencionados, e amparada nas discussões estabelecidas por Bakhtin, Souto Maior (2009), no que diz respeito ao termo DE, explica que esse foi elaborado a partir de três considerações fundamentais das características discursivas bakhtinianas. A primeira é considerar o contexto como parte inerente ao dito. A segunda se refere ao fato de entender que todo enunciado ocorrido em determinado espaço histórico e social está repleto de ideologias que cercam o sujeito e seu enunciado (Bakhtin *apud* Souto Maior, 2009 p. 21). Já a terceira consideração leva em conta que “os discursos proferidos consideram e antecipam respostas” (Bakhtin *apud* Souto Maior, 2009).

Desse modo, os DE são caracterizados pelas “representações significativas-valorativas dos atos languageiros que envolvem no sentido de estar ao redor do sujeito e o constituindo” (Souto Maior, 2009, p. 119; Souto Maior; Borges, 2022). Nesse sentido, os DE descrevem os acontecimentos linguístico-discursivos que estão em volta dos sujeitos (nas situações sociais) e na transformação dos sentidos dos contratos por eles estabelecidos nas situações de comunicação. Assim, é possível afirmar que algumas falas estabelecem a fixação de discursos que se naturalizam e se repetem, sempre com outro significado.

Considerando que os sentidos estabelecidos ou deslocados nos situam em significados que precisam ser compreendidos na rede de sentidos das práticas sociais (Souto Maior, 2023b, p. 18), e que o que é dito funciona como indícios de subjetividade (Souto Maior, 2009, 2012), os DE podem ser compreendidos como discursos que se repetem ou que antecipam uma memória de um já dito, conforme aponta Souto Maior (2023b). Ainda no que diz respeito ao termo em questão, DE é

um termo concernente à impressão de verdade que alguns segmentos linguístico-discursivos a priori nos dão independentemente de uma busca genealógica de sua origem ou ainda independentemente de uma possível necessidade de atualização desse sentido no seio do acontecimento. Ainda podemos dizer que o discurso envolvente é um sentido dado social e historicamente aos interlocutores, como uma memória social que pode reforçar relações de poder e pode funcionar como estratégia de manutenção de poder (Moreira Jr.; Souto Maior, 2020, p. 125).

A título de exemplificação do que foi dito, trago a frase “homens são assim mesmo” – largamente repetida nas interações sociais de uma sociedade machista e fundada no patriarcado como a nossa. A frase, além de naturalizar e validar certos comportamentos violentos por parte dos homens, os exime da responsabilidade da ação, uma vez que essa prática é resultado da sua masculinidade. Basta pensar que não há um equivalente do tipo “mulheres são assim mesmo” para justificar um comportamento parecido (Bola, 2020).

Aliado a isso, é de fundamental importância compreender que DE é um dispositivo de naturalização de sentidos e funciona como uma forma de trazer uma falsa sensação de concordância com o que está sendo expresso. Essa sensação de familiaridade se dá pela linguagem que, dentre os múltiplos espaços e instâncias as quais se observam desigualdades e distinções, é o espaço mais eficaz e persistente. Outrossim, uma vez que os discursos são constitutivos das relações sociais e dialógicas, elementos da dimensão social (tais como: situações de comunicação, papel social, padrões interacionais etc.), “podem ser considerados padrões das práticas a serem analisadas” (Souto Maior, 2018, p. 137). Assim, “envolver” significa que

- a) o enunciado está envolvido em outros enunciados num *continuum* discursivo; e
- b) opera como resposta ativa “numa lógica social macro fundamentada que também precisa ser revista” (Souto Maior, 2018, p. 137).

Ainda sobre DE, Souto Maior (2018) defende que eles designam

os dizeres que são construídos em contextos específicos e soam como regras ou verdades instituídas, as quais muitas vezes perderam sua justificativa inicial de existência, e trazem conceitos preconcebidos que podem oprimir, muitas vezes, as minorias socialmente destituídas de representação e/ou exploradas num contexto mercadológico perverso (Souto Maior, 2018, p. 136).

Nessa perspectiva, esses dizeres são repetidos reiteradamente, de modo que passam a ter valor de verdade na sociedade. Expressões como “menino veste azul, menina veste rosa”, “isso não é comportamento de homem/mulher”, “homem que é homem não chora”, “ruim com

ele, pior sem ele” (no contexto em que a mulher cogita acabar o relacionamento), além de preconceituosas, instituem verdades na sociedade que operam a favor da violência.

Feitas essas considerações, pode-se dizer que, a partir da sistematização proposta por Souto Maior (2009, 2020, 2023b), Moreira Jr. e Souto Maior (2020), o termo DE se caracteriza por:

- a) possuir aspecto de “revivência” de um significado já visto/ouvido/sentido;
- b) operar como resposta imediata a um acontecimento – de produção de sentidos;
- c) proporcionar entendimento de verdade dada e de unanimidade quanto ao que está sendo posto; e
- d) adquirir valor de verdade pela reincidência discursiva.

Considerando que o DE adquire valor de verdade pela reincidência discursiva, conforme já pontuei, e que “os sentidos estabelecidos ou deslocados nos situam em significados que precisam ser compreendidos nas redes de sentido das práticas sociais” (Moreira Jr.; Souto Maior, 2020, p. 18), ele ainda possui

uma perspectiva mais discursiva, ficando no campo do sentido apreendido pelo conjunto do texto, extraído como ideia geral do que foi explicitado concretamente; ou ter uma perspectiva, digamos assim, mais concreta e situada no texto, como um segmento linguístico (um provérbio, um adágio popular, uma frase de campanha midiática etc.). [...] Em geral, há a caracterização da reincidência discursiva, um eco linguístico, por assim dizer. Essa característica é expressa naquela sensação de falante de uma língua quando ouvimos algo que parece ser comum de ser escutado, em uma aparente concordância de sentido, em uma lembrança de já ter escutado tal sentido ou a percepção de já ter ouvido aquela frase, enfim, uma sensação de familiaridade (Moreira Jr.; Souto Maior, 2020, p. 19).

Vale dizer que língua/linguagem são poderosos instrumentos de poder, atravessados por vários discursos ideológicos situados histórico-socialmente. Nesse sentido, tudo aquilo que é operado no/através do campo discursivo tem significados e interfere diretamente na sociedade, nas relações sociais entre o “eu” e o “outro”, no processo dialógico. Por essa razão, é necessário examinar “rigorosamente as formas mais sutis pelas quais a própria linguagem instrumenta esse mesmo poder” (Gnerre, 2009, p. 2).

Para Souto Maior (2023a), a importância da ênfase desses discursos em LA consiste justamente na problematização dos sentidos sociais, bem como dos efeitos desses quando se busca fazer relação entre esses mesmos sentidos e o que eles constroem discursivamente na sociedade. Desse modo, é importante questionar “quais as implicações que determinados DE “acarretam no campo social das interações humanas quando o sujeito não tem a possibilidade

de fazer uma leitura crítica do dizer do outro ou de seu próprio dizer” (Souto Maior, 2023a, p. 19).

Realizadas essas considerações, apresento na seção abaixo o modo como a ICR contribuiu para o controle dos corpos femininos.

3 PAPEL DA IGREJA CATÓLICA NO CONTROLE DE CORPOS

No tempo
em que a maçã foi inventada
Antes da pólvora, da roda e do jornal
A mulher passou a ser culpada
Pelos deslizes do pecado original.
(Joyce Moreno, na voz de Maria Bethânia, 1988)

O poder na vigilância hierarquizada das disciplinas não se
detém como uma coisa, não se transfere como uma
propriedade; funciona como uma máquina.
(Foucault, 2013, p. 170).

Pervertido, mal amado, menino malvado, muito cuidado
Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado!
(Caio Prado Ribeiro, na voz de Elza Soares, 2019)

Nesta seção, discuto acerca do papel da ICR no que diz respeito à vigilância, à punição e ao controle que ela exerce sobre os sujeitos/corpos, já traçando análise dialógica de DE de espaços históricos no Brasil.

Assim, parto da discussão da condição da mulher e da condição da população LGBTQIAPN+ histórico e contemporaneamente, em cotejo dos fatos para distinguir os sentidos. Embora essa pesquisa não esteja exclusivamente situada dentro dos estudos feministas, considero importante explicitar o modo discursivo como as mulheres foram moldadas na sociedade ocidental, uma vez que, a exemplo da comunidade LGBTQIAPN+, elas também são, frequentemente, alvos de discursos e práticas disciplinadores por parte das instituições, sobretudo da ICR. Para tanto, recorri a autoras/es do campo da História e dos estudos LGBTQIAPN+, que abordam essa questão no ocidente, para discutir o papel da ICR em temas como casamento, o amor entre as pessoas e os sentidos sobre esse amor.

3.1 MULHERES E HISTÓRIAS SOBRE ELAS

Para Adichie (2019), é impossível falar de uma única história, de único modo de narrar sem falar necessariamente de poder, compreendido como “a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa” (ou de outro grupo), “mas de fazer que ela seja sua história definitiva” (Adichie, 2019, p. 23). Nesse sentido, a escolha do que dizer, o modo como dizer, bem como aquelas/es que socialmente possuem a autoridade de narrar são, sem dúvida, expressões de poder. Assim foi em sociedades primitivas e ainda o é em sociedades consideradas globalizadas.

Partindo desse pressuposto, desde muito tempo, os poderes constituídos sob a ótica/força masculina²¹ tomaram para si o direito e a autoridade de produzir discursos acerca das minorias, fazendo com que conhecêssemos apenas uma narrativa, criando, com isso, imagens estereotipadas. Conforme Adichie (2019), “o problema com os estereótipos não é que sejam mentiras, mas que são incompletos. Eles fazem com que uma história se torne a única história” (Adichie, 2019, p. 27).

Não é de hoje que sujeitos/corpos são objeto do olhar e do controle meticuloso das instituições. Desde muito tempo, eles estiveram e estão na mira dos discursos e das práticas reguladoras que reclamam para si a autoridade e o poder de falar e agir sobre eles, dizendo o que lhes é ou não permitido, regulando comportamentos e ações. No entanto, é preciso dizer que todas essas práticas e discursos são constituídos por discursos/palavras que, por sua vez,

são tecidas a partir de uma multidão de fios ideológicos e servem de trama a todas as relações sociais em todos os domínios. É, portanto, claro que a palavra será sempre o indicador mais sensível de todas as transformações sociais, mesmo daquelas que apenas despontam, que ainda não tomaram forma, que ainda não abriram caminho para sistemas ideológicos estruturados e bem-formados. A palavra constitui o meio no qual se produzem lentas acumulações quantitativas de mudanças que ainda não tiveram tempo de adquirir uma nova qualidade ideológica, que ainda não tiveram tempo de engendrar uma forma ideológica nova e acabada. A palavra é capaz de registrar as fases transitórias mais íntimas, mais efêmeras das mudanças sociais (Bakhtin, 2010a, p. 42).

Não seria exagero dizer que o ato de criar, contar/narrar e registrar histórias acompanha os seres humanos há milênios. Seja nas pinturas rupestres, consideradas fontes que nos comunicam com o passado, seja em textos que circulam em suportes que utilizam as atuais tecnologias, os seres humanos “têm necessidade armazenar informações para comunicar a si mesmos ou a outros, distantes no tempo ou no espaço” (Fischer, 2009, p. 13). No entanto, histórias podem tornar-se “perigosas” quando narradas a partir de uma única fonte, de único ponto de vista, conforme pontuei no início desse subtópico.

Nesse sentido, a figura feminina foi e ainda é o centro de muitos discursos e práticas ao longo da história da humanidade²². Sob a perspectiva masculina, a mulher passou de “ser

²¹ Para Bourdieu (2021), “a força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção”. Nesse sentido, “a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la” (Bourdieu, 2021, p. 24).

²² De acordo com Borges e Melo (2019), “assim como o racismo, o machismo e a misoginia também são fenômenos estruturantes da sociedade” (Melo; Borges, 2019, p. 4).

sagrado” à “agente de Satã”, conforme explicitarei. Assim, muito se disse/diz sobre a mulher, e muito lhe é negado; inclusive, em muitos contextos, o direito de ser narradora de si mesma.

Considerando que “as histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar”, bem como que “elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada (Adichie, 2019, p. 32), Muraro (2023), na introdução do livro *O martelo das Feiticeiras* (2023), mostra como as narrativas masculinas contribuíram, a seu bel prazer, para a construção de uma sociedade machista e misógina, a exemplo da nossa, cuja figura feminina representa uma ameaça a seus privilégios. Mas nem sempre foi assim.

Segundo Muraro (2023), dos mais de dois milhões de anos que o ser humano habita o planeta, mais de três quartos desse tempo a espécie humana passou nas culturas de coleta e de caça aos pequenos animais. Nessas sociedades, onde não havia necessidade da força física para a sobrevivência, as mulheres possuíam um lugar central e, embora houvesse divisão de trabalho entre os sexos, não havia desigualdade, pois, de acordo com seu funcionamento, os princípios do masculino e feminino governavam o mundo juntos. No dizer de Muraro (2023), que mais parece uma descrição utópica, considerando o modo como muitas sociedades ocidentais e orientais se comportam atualmente em relação às mulheres, “a vida corria mansa e paradisíaca (Muraro, 2023, p. 15).

A importância dessas informações reside no fato de que, diferente do que acontece atualmente,

nas sociedades de caça a mulher era considerada um ser sagrado, que possuía o privilégio dado pelos deuses de reproduzir a espécie. Os homens se sentiam marginalizados nesse processo e invejavam as mulheres. Essa primeva ‘inveja do útero’ dos homens é a antepassada da moderna ‘inveja do pênis’²³ atribuída às mulheres nas culturas patriarcais mais recentes (Muraro, 2023, p. 16).

Desse modo, ao contrário da mulher, que gozava “do privilégio dado pelos deuses de reproduzir a espécie”, à medida que a tecnologia foi avançando, o homem foi desenvolvendo o “poder cultural”, que desembocaria nas futuras sociedades patriarcalistas. Assim, quando a força física passou a ser considerada essencial nas sociedades de caça aos grandes animais (que sucedem àquelas mais ancestrais), inicia-se a supremacia masculina, segundo a autora.

²³ Para Delumeau (2009), “as raízes do medo da mulher no homem são mais numerosas e complexas do que pensara Freud, que o reduzia ao temor da castração, ela mesma consequência do desejo feminino de possuir um pênis. Essa inveja do pênis não é sem dúvida senão um conceito sem fundamento introduzido subrepticiamente na teoria psicanalítica por um tenaz apego à superioridade masculina” (Delumeau, 2009, p. 463).

É durante o período Neolítico que o homem inicia o domínio da função biológica reprodutora. Nesse sentido, uma vez que pode exercer controle sobre ela, “pode também controlar a sexualidade feminina”. Nesse contexto, surge o casamento como o conhecemos atualmente, no qual “a mulher é propriedade do homem e a herança se transmite através da descendência masculina”. As sociedades pastoris descritas na Bíblia, por exemplo, seguem essa estrutura. Nesse sentido, o homem já tinha aprendido a fundir metais e, à proporção que essa tecnologia se aperfeiçoa (por volta de 10.000 ou 8.000 a.C.), começam a ser fabricadas não só armas mais sofisticadas, como também instrumentos que permitem cultivar melhor a terra, a exemplo do arado (Muraro, 2023, p. 17).

Embora haja consenso entre antropólogas/os no que diz respeito ao fato de as mulheres terem sido os primeiros seres humanos a descobrirem os ciclos da natureza (uma vez que os comparava aos ciclos do próprio corpo), foram os homens que, a partir do arado, sistematizaram as atividades agrárias – tecnologia que deu início às atividades agrícolas e, com ela, à história que vivemos hoje. Outrossim, os seres humanos deixaram de ser nômades, dividiram a terra, começaram estabelecer as primeiras aldeias, depois cidades, cidades-estados e os primeiros estados (Muraro, 2023, p. 18). Foi nesse período que

as sociedades, então, se tornam patriarcais, isto é, os portadores dos valores e responsáveis por sua transmissão são os homens. Já não são mais os princípios feminino e masculino que governam juntos o mundo, mas, sim, a lei de quem é mais forte (Muraro, 2023, p. 18).

Nesse contexto de implementação do poder masculino, no qual a demonstração de força física possuía importante significado social, as mulheres passaram a ter sua sexualidade rigidamente controlada pelos homens. De certa forma, a sexualidade da comunidade LGBTQIAPN+ também é controlada pelo paradigma de que as relações entre pessoas do mesmo sexo não são “saídas”, “normais”, conforme explicitarei na próxima subseção. Assim, tanto mulheres quanto a comunidade LGBTQIAPN+ têm sua sexualidade controlada, vigiada, reprimida.

Voltado à discussão de base sobre o casamento, esse era monogâmico e a mulher era obrigada a se manter virgem, de modo que, como um objeto, passava a vida inteira sob a tutela do homem (primeiramente do pai e depois do marido). Desse modo, “qualquer ruptura dessa norma podia significar a morte”. A mulher fica, então, “reduzida ao âmbito doméstico, perdendo qualquer capacidade de decisão no domínio público, que fica inteiramente reservado ao homem” (Muraro, 2023, p. 18).

Como é possível observar, a figura da mulher, que outrora era considerada “ser sagrado” porque possuía o poder de gerar e, com isso, transmitir a vida, sofreu um grande abalo. Reduzida ao ambiente doméstico, ela não goza mais daquela condição de igualdade – característica das sociedades de caça, das quais falei anteriormente. Sob essa condição imposta pelo homem, seus corpos passam a ser objetos de barganha entre os acordos feitos pelos homens que passaram a preservar a transmissão da herança através da descendência da mulher, conforme observa Muraro (2023).

Desse modo, a divisão entre público e privado “torna-se, então, a origem da dependência econômica da mulher, e essa dependência, por sua vez, gera, no decorrer das gerações, uma submissão psicológica que dura até hoje” (Muraro, 2023, p. 18). Assim, a cultura humana patriarcal passa a vigorar em detrimento da matricência, mudando drasticamente a forma como as mulheres seriam, a partir de então, tratadas socialmente.

Ora, não é de se estranhar que, a partir do que foi exposto, os homens necessitaram criar narrativas para justificar seu poder/controlar sobre as mulheres e homossexuais, à época classificados pejorativamente como “sodomitas”. Nesse sentido, os mitos²⁴ nos dão uma pista de como a figura da mulher foi mudando no decorrer do tempo a partir de diferentes narrativas míticas.

A partir da divisão proposta pelo mitólogo Joseph Campbell, importante mitólogo estadunidense, Muraro (2023) aponta que são quatro os grupos de todos os mitos conhecidos no que se refere à criação do mundo. Esses grupos correspondem, segundo a autora, às etapas cronológicas da história ocidental. Dessa maneira,

na primeira etapa o mundo é criado por uma deusa mãe sem o auxílio de ninguém. Na segunda, ele é criado por um deus andrógino ou um casal criador. Na terceira, um deus macho toma o poder da deusa ou cria o mundo sobre o corpo da deusa primordial. Finalmente, na quarta etapa, um deus macho cria o mundo sozinho (Muraro, 2023, p. 19).

Essas quatro etapas, que se sucedem também cronologicamente, são testemunhas eternas da transição da etapa matricêntrica da humanidade para sua fase patriarcal. É essa sucessão que dá veracidade à frase de Marilyn French, quando afirma que “no princípio era a Mãe, o Verbo veio depois” (Federich, 1985 *apud* Muraro 2023, p. 19).

²⁴ Brandão (2015), em sua obra *Mitologia grega*, faz um apurado estudo acerca da mitologia grega e do que ela representa para as sociedades ocidentais. Para ele, o mito “se apresenta como um sistema, que tenta de maneira mais ou menos coerente, explicar o mundo e o homem” (Brandão, 2015, p. 13).

O exemplo acima reforça as ideias propostas por Muraro (2023) quando essa argumenta que, à medida em que o tempo vai passando, a imagem positiva da mulher vai mudando, o que é ratificado pelos diferentes mitos. Desse modo, de “ser sagrado e gerador da vida”, a mulher passa, como aponteí, a “ser subalterno” e, tempos depois, é transformada em “agente de Satã”.

Quando se fala em “repressão sexual” e “controle dos corpos”, é comum que se recorde, em primeiro lugar, da ICR e de suas práticas inquisitórias e disciplinadoras. De fato, essa instituição, ao longo da História, trabalhou meticulosamente não apenas para moldar o pensamento ocidental, mas também para implantar sua doutrina, muitas vezes utilizando a violência (seja física, institucional ou discursiva) a fim de alcançar seus intentos. Mas, ao contrário do que se pensa, a cultura machista e misógina não nasce com a ICR, embora essa tenha se mostrado, ao longo de mais de dois milênios, importante força promotora da misoginia.

Nesse sentido, é importante dizer que não foi o “cristianismo que trouxe o autocontrole e o ascetismo ao mundo pagão que se deliciava com os prazeres e com o corpo” (Ranke-Heinemann, 2019, p. 15). Toda hostilidade ao prazer e ao corpo, nas palavras da referida autora, se configura como herança e legado da Antiguidade, que foram adotados pelo cristianismo e passaram a fazer parte da cultura ocidental, interferindo diretamente na vida dos sujeitos.

Para Ranke-Heinemann, autora do livro *Eunucos pelo reino de Deus: Igreja Católica e sexualidade - de Jesus a Bento XVI*, “o pessimismo sexual na Antiguidade deriva, não como ocorreria depois no cristianismo, da maldição do pecado e da punição a ela, mas sobretudo de considerações médicas” (Ranke-Heinemann, 2019, p.16). Assim, o sexo era visto por alguns filósofos da época como “ato perigoso, difícil de controlar, prejudicial à saúde e extenuante”. Pitágoras (século VI a.C.), por exemplo, defendia que, “embora fosse prejudicial à saúde em qualquer estação”, deveria ser praticado com moderação no inverno, mas não no verão, fazer uso moderado dele na primavera e no outono. Do mesmo modo, Platão, Aristóteles e o médico Hipócrates (século IV a.C.) viam no sexo um ato prejudicial, cuja única justificativa era “procriar, gerar posteridade” (Ranke-Heinemann, 2019, p. 16).

É importante destacar que Ranke-Heinemann (2019) argumenta que essas observações eram feitas em relação ao homem e à sua saúde, uma vez que, segundo esse modo de pensar, as mulheres não eram prejudicadas no coito, pois, diferente do sexo oposto, não perdiam sêmen, compreendido como energia vital para o corpo masculino.

Como se sabe, a Grécia Antiga contribuiu de forma muito significativa para a formação/estruturação do modo de pensar ocidental. Além dos textos de filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles, herdamos obras de teatro (a exemplo de *Édipo Rei* e *Medeia*, de

Sófocles e Eurípedes, respectivamente), epopeias (*Iliada* e *Odisséia*, de Homero), bem como a mitologia que, naquele contexto, explicava o mundo e seu funcionamento. Herdamos, também, a misoginia e a hostilidade da sociedade grega para com as mulheres, práticas incorporadas ao cristianismo e utilizadas para justificar o controle que seria exercido sobre os sujeitos/corpos, conforme será visto adiante.

Na obra que versa sobre *O medo no Ocidente*, Delumeau (2009) faz uma robusta pesquisa acerca dos grandes medos que apavoraram as sociedades ocidentais no período que se entende entre os anos 1300 a 1800. Dentre tantos pavores, o medo da mulher figura ao lado do medo da peste, da morte e da fome. Nesse sentido,

a atitude masculina em relação ao ‘segundo sexo’ sempre foi contraditória, oscilando da atração à repulsão, da admiração à hostilidade. O judaísmo bíblico e o classicismo grego exprimiram alternadamente esses sentimentos opostos. Da idade da pedra, que nos deixou muito mais representações femininas do que masculinas, até a época romântica, de certa maneira a mulher foi exaltada (Delumeau, 2009, p. 462).

Alinhado às ideias de Muraro (2023), Delumeau (2009) vai dizer que o desprezo às mulheres não “é uma invenção dos ascetas cristãos. Mas é verdade que o Cristianismo muito cedo o integrou e em seguida agitou esse espantinho até o limiar do século XX” (Delumeau, 2009, p. 462), desembocando naquilo que entraria para as páginas da história como um dos maiores acontecimentos no que diz respeito à sistemática perseguição e morte das mulheres: a “caça às bruxas”. O antifeminismo extremamente agressivo e violento impingido pela ICR às mulheres (bem como aos judeus e à população hoje denominada LGBTQIAPN+) deixou fortes marcas nas sociedades ocidentais até hoje.

Para amparar seu discurso misógino, a Igreja precisou, discursivamente, associar a mulher àquilo que mais se temia na época, o Diabo. No período que se estende do final ao XIV até meados do século XVIII, portanto, durante quatro séculos,

a extensão da caça às bruxas é espantosa. No fim do século XV e no começo do século XVI, houve milhares e milhares de execuções – usualmente eram queimadas vivas na fogueira – na Alemanha, na Itália e em outros países. A partir de meados do século XVI, o terror se espalhou por toda a Europa, começando pela França e pela Inglaterra. Um escritor estimou o número de execuções em seiscentas por ano para certas cidades, uma média de duas por dia, ‘exceto aos domingos’. Novecentas bruxas foram executadas num único ano na área de Wertzberg e cerca de mil na diocese de Como. Em Toulouse, quatrocentas foram assassinadas num único dia; no arcebispado de Trier, em 1585, duas aldeias foram deixadas apenas com duas mulheres moradoras cada uma. Muitos escritores estimaram que o número total de mulheres executadas subia à casa dos milhões, e as mulheres constituíam 85% de todos os bruxos e bruxas que foram executados (English; Ehrenreich, 1973 *apud* Muraro, 2023, p. 25).

Como se sabe, conhecimento é poder. Não era de se esperar, desse modo, que as instituições da época²⁵ compostas exclusivamente por homens, considerassem repartir os louros e o status advindos dele, ou mesmo permitir que as mulheres tivessem o menor protagonismo na construção da sociedade; por isso a perseguição e o silenciamento daquelas que eram “curadoras populares, parteiras” e que mantinham, desde a mais remota antiguidade, um saber que era transmitido de geração em geração.

Na Idade Média²⁶, época em que o saber feminino se intensificava e aprofundava, as mulheres camponesas pobres não tinham como cuidar da saúde, a não ser com outras mulheres tão pobres quanto elas e que possuíam a ancestral sabedoria de cultivar ervas que auxiliavam na cura de doenças. Além disso, por serem as melhores anatomistas do seu tempo, “as parteiras viajavam de casa em casa, de aldeia em aldeia, eram as médicas populares para todas as doenças” (Muraro, 2023, p. 26).

Ora, numa época em que o ocidente vivia sob égide do medo (da fome, da peste, da miséria, das guerras, dos cismas e do fim do mundo), pensava-se que Satã estava por trás de tudo isso. No entanto, ele não agia sozinho. Assim, os cristãos viram na mulher um grande perigo, uma vez que, de acordo com a mentalidade da época, conforme expressa nas palavras de Marbone, prelado de Rennes e, posteriormente, monge de Angers no século XI,

dentre as incontáveis armadilhas que nosso inimigo ardiloso armou através de todas as colinas e planícies do mundo, a pior é aquela que quase ninguém pode evitar é a **mulher, funesta cepa de desgraça**, muda de todos os vícios, **que engendrou no mundo inteiro os mais numerosos escândalos [...]. A mulher, doce mal, ao mesmo tempo favo de cera e veneno**, que com um gládio untado de mel corta o coração até dos sábios (Marbone, *apud* Delumeau, 2009, p. 474, grifos meus).

Discursos como o referenciado acima eram muito comuns e circulavam entre os clérigos celibatários durante a Idade Média, grupo que detinha a cultura, além da autoridade de falar como representantes de Deus. Desse modo, no contexto de exaltação da virgindade, os clérigos olharam com suspeita para aquela que, a serviço do Diabo, “se constituía em fonte de sua tentação”. Com poucos elementos para interpretar os problemas e as angústias internas

²⁵ A esse respeito, Delumeau (2009) aponta os discursos oficiais acerca das mulheres no final do século XVI e no começo do século XVII. Além do discurso teológico, outras instâncias contribuíram de forma muito significativa para a construção da misoginia e da inferioridade impingida contra as mulheres. São elas: a ciência médica e a autoridade dos juristas. Desse modo, amparada na medicina e no direito, “a autoridade eclesiástica difundiu ao nível mais amplo o medo, o pânico da mulher e o dogma de sua fundamental inferioridade” (Delumeau, 2009, p. 491). A mesma relação pode ser estabelecida em relação às pessoas LGBTQIAPN+.

²⁶ Colares (2019) aponta para o fato de que “nos primeiros séculos da Idade Média, as mulheres gozaram de alguns direitos, entre eles o de sucessão e de propriedade, além de terem obtido acesso a quase todas as profissões. No século XIII, entretanto, a inicial benesse da conjuntura desvaneceu-se. Os princípios do direito romano foram retomados e a situação feminina deteriorou-se” (Colares, 2019, p. 40).

decorrentes da vida de continência sexual, “exprimiram suas questões por meio da condenação da sexualidade e do sexo feminino em particular”, conforme aponta Colares (2019, p. 40).

Referindo ao contexto da “Caça às Bruxas”, movimento político, religioso e social iniciado na Europa no final do século XV e que perdurou até o século XVIII, a importante filósofa italiana Federici (2017) argumenta que essa política de controle masculino visivelmente marcada pela misoginia foi responsável por um verdadeiro genocídio de mulheres. Assim, o controle operado contra os corpos femininos se direcionava especialmente quando esses não se submetiam aos padrões de comportamento patriarcais, operados pela religião e pelo Estado, que estabeleciam como modelo de feminilidade uma mulher subserviente. Desse modo, as mulheres, que se rebelavam contra o que lhes era imposto, sofriam terríveis sanções por parte do patriarcado (o mesmo se diga da população LGBTQIAPN+, da qual tratarei na próxima subseção). Assim,

a bruxa não era só parteira, a mulher que evitava a maternidade ou a mendiga que, a duras penas, ganhava a vida roubando um pouco de lenha ou de manteiga de seus vizinhos. Também era a mulher libertina e promíscua – **a prostituta ou a adúltera e, em geral, a mulher que praticava sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação. Por isso, nos julgamentos por bruxaria, a ‘má reputação’ era prova de culpa. A bruxa era também a mulher rebelde que respondia, discutia, insultava e não chorava sob tortura.** Aqui, a expressão ‘rebelde’ não se refere necessariamente a nenhuma atividade subversiva específica em que possa estar envolvida uma mulher. Pelo contrário, descreve a personalidade feminina que se havia desenvolvido, especialmente entre o campesinato, no contexto da luta contra o poder feudal, quando **as mulheres atuaram à frente dos movimentos heréticos, muitas vezes organizado em associações femininas, apresentando um desafio crescente à autoridade masculina e à Igreja** (Federici, 2017, p. 332-333, grifos meus).

Conforme exposto acima, o fato não de não se submeter ou apenas questionar a ordem patriarcal já fazia da mulher uma “bruxa”. Nesse sentido, “com a finalidade de regular a vida familiar e as relações de gênero e de propriedade” (Federici, 2017, p. 334), uma gama de discursos e práticas foram operacionalizadas para criar o protótipo da mulher dócil e recatada, em detrimento daquelas que, por serem consideradas rebeldes, eram “agentes de Satã”, segundo aponta a vasta literatura eclesial da época, da qual falo adiante.

Os escritos de Odon, abade do século X, indicam o quanto a figura feminina era vista como perigosa. Seus relatos são, em alguns trechos, a expressão da mais alta misoginia. Vejamos:

A beleza física não vai além da pele. **Se os homens vissem o que está sob a pele, a visão das mulheres lhes viraria o estômago.** Quando nem sequer podemos tocar com a ponta do dedo um cuspe ou esterco, **como podemos desejar abraçar esse saco de excremento?** (Odon *apud* Delumeau, 2009, p. 474, grifos meus).

Outro texto que circulou entre os clérigos daquela época e que serve como exemplo de “antifeminismo descontrolado”²⁷ é de autoria de Eneas Silvio Piccolomini, que mais tarde se tornaria o Papa Pio II (1458-64). Referindo-se a outro religioso, ele afirma:

Mantovano diz que o gênero feminino:
 É servil, desprezível, cheio de veneno
 Cruel e orgulhoso, repleto de traição,
 Sem fé, sem lei, sem moderação, sem razão
 Desprezando direito, justiça e equidade...
 (Mulher é] inconstante, móvel, vagabunda,
 Inapta, vã, avarenta, indigna,
 Suspeitosa, fingida, ameaçadora,
 Briguenta, faladora, cúpida,
 Impaciente, invejosa, mentirosa,
 Leviana em crer, bebedora, onerosa,
 Temerária, mordaz, enganadora,
 Cafetina, devoradora, feiticeira,
 Ambiciosa e supersticiosa,
 Petulante, inculta, perniciosa,
 Frágil, litigiosa, ativa.
 Despeitada e muito vingativa,
 Cheia de adulação e de mau humor,
 Entregue a cólera e a ódio,
 Cheia de fingimento e simulação,
 Para se vingar exigindo dilação,
 Impetuosa, ingrata, muito cruel,
 Audaciosa e maligna, rebelde [...]
 (Piccolomini *apud* Delumeau, 2009, p. 510).

Conforme visto, toda essa literatura eclesiástica circulava livremente entre o clero da época e integrava o discurso oficial da Igreja como parte do discurso teológico. Amparada na literatura bíblica, sobretudo nos textos do Antigo Testamento, ela serviu de base para a construção dos *ethos* femininos que se estenderam até os dias atuais. No entanto, é preciso lembrar que essas construções imagéticas em torno da mulher fazem parte de um processo histórico-ideológico que, por sua vez, se insere dentro daquilo que Bourdieu (2021) vai chamar de “ordem social”. Nessa perspectiva, essa “ordem”

²⁷ Federici (2017), no clássico *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpos e a Acumulação primitiva*, destaca que a “caça às bruxas” não foi somente resultado do “fanatismo papal e das maquinções da Inquisição Romana”, uma vez que, no seu apogeu, o Estado, através das suas cortes, conduziu a maior parte das condenações. No entanto, “a Igreja Católica forneceu o arcabouço metafísico e ideológico para a caça às bruxas e estimulou sua perseguição, da mesma forma que anteriormente havia estimulado a perseguição aos hereges. Sem a Inquisição, sem as numerosas bulas papais que exortavam as autoridades seculares a procurar e castigar as ‘bruxas’ e, sobretudo, sem os séculos de campanhas misóginas da Igreja contra as mulheres, a caça às bruxas não teria sido possível” (Federici, 2017, p. 302).

funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (Bourdieu, 2021, p. 24).

Bourdieu (2021) destaca que a estrutura social se desenvolve em sistemas de poder e privilégio, numa “ordem”, que funciona dentro de hierarquias (sociais, simbólicas, culturais,) entre os indivíduos. Essa “máquina simbólica”, que se dá no campo discursivo, “tende a ratificar a dominação masculina”, a exemplo dos textos que apontei acima, produzidos pela Igreja.

A teóloga Phyllis Trible elenca alguns argumentos/discursos utilizados pelos teólogos da Idade Média para justificar a submissão da mulher, os quais serão úteis para esse estudo, pois funcionam como DE que reproduz preconceitos/violências. São eles:

Quadro 3 – Argumentos bíblicos para justificar misoginia e a violência

ARGUMENTOS BÍBLICOS PARA JUSTIFICAR MISOGINIA E A VIOLÊNCIA	DE CORRELACIONADOS AOS ARGUMENTOS BÍBLICOS
1. Deus criou primeiro o homem e, depois, a mulher. Essa ordem assinala a superioridade do homem.	O homem é forte, superior. Detém a primazia na ordem da criação.
2. A mulher é criada para as necessidades do homem; assim ela possui uma existência derivada.	A mulher é cuidadora, feita para servir.
3. O homem dá nome à mulher, o que lhe confere poder sobre ela.	O homem é quem tem poder de decisão.
4. O homem deixa a família do pai para constituir outra unidade patriarcal, agora com sua mulher.	O homem é o “dono da casa”.
5. A mulher induz o homem a transgredir. É a responsável pelo mal e pela infelicidade. Não é fidedigna, mas pobre de espírito	A mulher é tentadora, induz o homem à tentação.
6. O desejo da mulher pelo homem é o meio pelo qual Deus a mantém fiel e submissa a seu marido. Nesse ínterim, Deus dá ao homem o direito de dominar sua mulher.	A mulher necessita do homem.

Fonte: Elaborado com base em Trible (*apud* Colares, 2019, p. 19).

Tudo isso, de acordo com o exposto, desembocou na perseguição, prisão e morte de milhares de mulheres nas fogueiras da Idade Média, compondo terríveis páginas na história da humanidade.

Nos escritos que satanizaram não apenas as mulheres, mas também o prazer sexual, os famosos inquisidores Kramer e Sprenger compilaram aquilo que mais tarde seria caracterizado como um “diabólico manual de ódio, de tortura e de morte”, cujas vítimas não deixaram testemunho.

É importante dizer que o *Malleus Maleficarum*, manual dos inquisidores, surgiu no contexto de uma sociedade teocêntrica, na qual a “transgressão da fé era também transgressão política”. Além disso, no contexto da Idade Média, a transgressão sexual se espalhava entre as massas populares. Desse modo, os inquisidores “tiveram a sabedoria de ligar a transgressão sexual à transgressão da fé. E punir as mulheres por tudo isso” (Muraro, 2023, p. 28).

Para proporcionar melhor compreensão acerca das teses que justificaram “o expurgo feminino” naquele período, apresento a divisão feita a partir de Muraro (2023). Essas teses resumem, de maneira didática, a estrutura do manual inquisitorial *Malleus Maleficarum*:

Quadro 4 – Teses do *Malleus Maleficarum*

1. O demônio, com a permissão de Deus, procura fazer o máximo de mal aos seres humanos, a fim de apropriar-se do maior número possível de almas.
2. E esse mal é feito prioritariamente através do corpo, único “lugar” onde o demônio pode entrar, pois o “espírito [do ser humano] é governado por Deus, a vontade, por um anjo e o corpo, pelas estrelas” (primeira parte, questão I). E porque as estrelas são inferiores aos espíritos e o demônio é um espírito superior, só lhe resta o corpo para dominar.
3. E esse domínio lhe vem através do controle e da manipulação dos atos sexuais. Pela sexualidade, o demônio pode apropriar-se do corpo e da alma dos seres humanos. Foi pela sexualidade que o primeiro ser humano pecou e, portanto, a sexualidade é o ponto mais vulnerável de todos os seres humanos.
4. **E como as mulheres estão essencialmente ligadas à sexualidade, elas se tornam as agentes por excelência do demônio** (as feiticeiras). E as **mulheres têm mais convivência com o demônio** porque **Eva nasceu de uma costela torta de Adão, portanto nenhuma mulher pode ser reta** (primeira parte, questão VI).
5. **A primeira e maior característica, aquela que dá todo o poder senhor do prazer às feiticeiras, é copular com o demônio.** Satã é, portanto, o senhor do prazer.
6. Uma vez obtida a intimidade com o demônio, **as feiticeiras são capazes de desencadear todos os males**, especialmente a impotência masculina, a impossibilidade de livrar-se de paixões desordenadas, **os abortos, as oferendas de crianças a Satanás, o estrago das colheitas, as doenças nos animais**, e assim por diante.
7. **E esses pecados eram mais hediondos do que os próprios pecados de Lúcifer** quando da rebelião dos anjos e da primeira mãe e do primeiro pai por ocasião da queda, porque agora as bruxas pecam contra Deus e o Redentor (Cristo), e, portanto, **esse crime é imperdoável e por isso só pode ser resgatado com a tortura e a morte.**

Nos grifos acima, tenho segmentos como “feiticeira”, “convivência com demônio”, “Eva nasceu de uma costela torta de Adão” (tese 4), todos constituindo uma rede discursiva de baixa valoração, desumanização e excessiva construção imagética que insere a mulher no lugar de ser repugnante.

Recuperando o que afirmei ao longo dessa subseção, se nas culturas de coleta e de caça a pequenos animais as mulheres eram vistas como quase sagradas porque tinham o poder de gerar e doar a vida, agora elas são, “por sua capacidade orgástica”, acusadas de causarem todos os flagelos, uma vez que são capazes de “copular com o demônio”. Assim, vale lembrar que “as feiticeiras se encontram apenas entre as mulheres orgásticas e ambiciosas”, ou seja, “aquelas que não tinham a sexualidade ainda ‘normatizada’ e procuravam impor-se no domínio público, exclusivo dos homens” (Muraro, 2023, p. 28).

Outrossim, corroborando com esse pensamento, é possível afirmar, de acordo com Federici (2017) que no plano ideológico do contexto em questão, tanto Igreja quanto Estado trabalharam juntos para forjar/construir discursivamente imagens estereotipadas acerca das mulheres e de outros grupos minoritários, a exemplo dos LGBTQIAPN+. Esses discursos atravessam, por sua vez, tempo-espço, se instituem como verdades e produzem violências.

Seguindo o que aqui foi proposto, faço, a seguir, um percurso histórico acerca da repressão impingida pela ICR à população LGBTQIAPN+. Para tanto recorro a Vainfas (2014), Trevisan (2018) e Mott (2023), estudiosos necessários para entender, dentro do que propõe esse estudo, como se deu a construção do preconceito e da LGBTfobia.

3.2 LGBTQIAPN+ E SUAS HISTÓRIAS

Conforme pontuei na subseção 3.1, a ICR teve importante papel no controle dos corpos/sujeitos femininos. No entanto, a vigilância exercida por essa instituição não se restringiu apenas às mulheres, embora elas também tenham sido alvos de intensa perseguição, mas se estendeu de modo sistemático à outra parcela da população, hoje denominada LGBTQIAPN+, à época pejorativamente chamados “sodomitas” (Vainfas, 2014; Trevisan, 2018; Mott, 2002, 2023). Nesse sentido, considero importante (re)visitar a história,

procurar mediações entre passado e presente, identificar vestígios e rupturas, alargar olhares, desconstruir representações, desnaturalizar o corpo de forma a evidenciar os diferentes discursos que o foram e são cultivados, em diferentes espaços e tempos (Goellner, 2013, p. 35).

Conforme costuma acontecer com qualquer país colonizado, os colonizadores impõem seus costumes, regras, culturas e, de maneira extremamente violenta, também sua religião, seus dogmas. Foi o que ocorreu no Brasil de 1500 com a invasão portuguesa que trouxe consigo não apenas seu modo de pensar, mas também seu projeto de poder, baseado na expropriação/exploração e na violência (Vainfas, 2014; Trevisan, 2018; Mott, 2023; Naphy, 2004). Desse modo,

na maioria dos casos, os europeus pretendiam justificar a sua exploração e/ou conquista desses povos e, por conseguinte, era-lhes conveniente retratá-los da pior forma possível. Para os europeus isso implicava geralmente realçar a barbárie ou o primitivismo dos povos que encontravam (Naphy, 2004, p. 27).

Antes de adentrar especificamente na discussão que trata do papel da ICR no que diz respeito à construção da moral sexual, faz-se necessário contextualizar um fato importante que serviu de base para que ela, a Igreja, pudesse estabelecer os princípios partir dos quais o controle e o cerceamento em torno dos corpos e dos prazeres se tornassem mais efetivos, a saber, o Concílio de Trento²⁸. Com efeito, foi através desse dispositivo, no contexto da Contrarreforma, que a Igreja impôs “ampla reordenação da sociedade à luz dos valores cristãos, implicando profunda reforma dos costumes e das moralidades vigentes” (Vainfas, 2014, p. 34), conforme mostrarei ao longo dessa subseção.

Iniciado em 1545 e interrompido quatro anos depois em razão da peste que assolava a cidade-sede do encontro, o referido Concílio surge da necessidade que a ICR sentiu de se contrapor à Reforma Protestante, iniciada por dissidentes da fé católica, dando origem ao “segundo grande cisma da cristandade”, que, a partir daquele momento, dividiria-se entre católicos e protestantes. Desse modo, a Reforma foi um movimento insurgente que contestou, dentre outros aspectos, a autoridade papal, o celibato clerical, o valor da maioria dos sacramentos. Os insurgentes também “negaram a importância das obras terrenas como meio possível de salvação eterna” (Vainfas, 2014, p. 34).

Foi no contexto da Reforma e Contrarreforma, caracterizado como “o mais extraordinário processo de aculturação posto em prática no ocidente” (Vainfas, 2014, p. 34), que surgiu a institucionalização daquilo que sempre fora considerado assunto delicado dentro da Igreja – o casamento – uma vez que durante séculos ele fora visto com maus olhos pela

²⁸ Além de estabelecer e “reordenar” os valores cristãos que incidem até os dias atuais sobre a vida dos sujeitos, esse mesmo Concílio foi um importante instrumento para exclusão das mulheres no âmbito eclesial. Vistas como empecilho, ou seja, obstáculo para aqueles que desejavam avançar na vida espiritual, no contexto da Contrarreforma, as mulheres foram tão perseguidas que “todas as atrizes e cantoras de todos os palcos e, teatros e ópera” foram expulsas de Roma” (Ranke-Heinemann, 2019, p. 402).

mesma instituição. Até ser convertido em sacramento, o casamento era considerado uma “união profana, o menor dos males, remédio para os que não podiam viver castos”, segundo pregava o apóstolo Paulo na Epístola aos Coríntios. Nesse sentido, ainda segundo Vainfas (2014), até o século XIII, poucos eram os teólogos que viam no casamento algo sagrado, uma vez que o ato sexual era considerado impuro mesmo entre casais heterossexuais.

Corroborando com Vainfas (2014), Trevisan (2018) pontua que, segundo o pensamento cristão vigente, as relações sexuais tinham como único objetivo a “procriação”. Desse modo, o casamento era associado à ordem, à “normalidade”, enquanto que toda e qualquer manifestação de desejo/prazer que acontecia fora dessa instituição e do propósito procriativo, era considerada luxúria, ou seja, pecado, desordem, imoralidade (Trevisan, 2018, p. 118). Desse modo,

tal ideia ficou reforçada com a Contrarreforma católica, deflagrada pelo Concílio de Trento, no século XVI, para combater os reformistas protestantes. De fato, **foi aí que o matrimônio se tornou um sacramento e, portanto, uma instituição sagrada. Criaram-se corpos doutrinários e normas severas, com o intuito de sedimentar a família como espaço fundamental para a defesa da catolicidade. Como a Contrarreforma foi adotada oficialmente por quase todos os Estados católicos, os desvios morais que ameaçavam solapar o casamento tornaram-se objeto do mais rigoroso controle por parte da Justiça tanto civil quanto eclesiástica e inquisitorial** (Trevisan, 2018, p. 118, grifo meu).

Feitas essas considerações a respeito do Concílio de Trento, da Reforma Protestante e da Contrarreforma, eventos importantes para entender a moral sexual imposta ao ocidente, sobretudo àquelas/es que, “historicamente haviam sido” (e ainda o são) “objeto de extermínio, violência e controle” (Preciado, 2022, p. 26), faço agora um percurso histórico a respeito da perseguição impetrada pela Igreja no contexto da Inquisição.

Considerado um dos mais importantes pesquisadores da temática LGBTQIAPN+ no Brasil, o antropólogo, historiador, fundador do Grupo Gay da Bahia (GGB) e decano do Movimento Homossexual Brasileiro, Luiz Mott tem dado importantes contribuições para os estudos LGBTQIAPN+, sobretudo no que diz respeito à violência contra essa parcela da população. Há mais de quatro décadas o referido pesquisador – através do GGB – mapeia e divulga dados relacionados a mortes por homicídios e suicídios de LGBTQIAPN+ no Brasil. Em 2023, segundo dados do observatório de mortes violentas divulgado pelo GGB, “a cada 34 horas, uma pessoa LGBTQIA+ perdeu a vida de forma violenta no país, que, mais uma vez, se manteve no posto de mais homotransfóbico no cenário mundial” (Grupo dignidade).

É importante pontuar que Mott (2002) atenta em seus escritos para o fato de que “os homossexuais são os mais odiados dentre todos os grupos minoritários” (Mott, 2002, p. 143-144). Segundo ele, isso se comprova porque, historicamente,

o amor entre pessoas do mesmo sexo foi secularmente considerado **crime hediondo, condenado como pecado abominável**, escondido através de um verdadeiro complô do silêncio, o que redundou na internalização da homofobia por parte dos membros da sociedade global, a iniciar pela repressão dentro da própria família, no interior das igrejas e da academia, inclusive dentro dos partidos políticos, das próprias entidades voltadas para a defesa dos direitos humanos (Mott, 2002, p. 143-144, grifos meus).

De fato, quando se olha para a história da população LGBTQIAPN+, vê-se que vários discursos e práticas que partem de instituições, a exemplo da ICR, funcionam como gatilho para normalizar preconceitos e fomentar a LGBTfobia como parte das violências sofridas por sujeitos/corpos dissidentes das normas e modelos criados e defendidos por ela. Desse modo, não por acaso,

os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever os contornos daqueles que são ‘normais’ e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (Louro, 2004, p. 27 *apud* Junqueira, 2009. p 14).

Em artigo intitulado “História cronológica da homofobia no Brasil: das capitânias hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821)”, Mott (2023) apresenta, de maneira minuciosa, um levantamento acerca do que denomina “sodomiafobia tropical”. Tomando como base “fontes documentais, relatos de viajantes, diários e um conjunto de publicações” (Quinalha; Souto Maior, 2023), Mott (2023) apresenta um dos panoramas mais completos acerca dos acontecimentos relacionados às raízes das homofobias no Brasil Inquisitorial, mostrando com isso que, desde a Colonização, a ICR impõe suas práticas, dogmas e costumes no sentido de moralizar práticas sexuais consideradas desviantes.

Seguindo a mesma linha de pensamento, o também historiador Naphy (2004) afirma que

nas Américas esse processo passava por acusar os indígenas de canibalismo e sacrifícios humanos. Dava-se também grande relevância à nudez dos habitantes do Novo Mundo. Para os europeus isso revelava a sua falta de vergonha – e falta de civilização (Naphy, 2004, p. 27).

Não por acaso, Pero Vaz de Caminha, cronista oficial da frota portuguesa que invadiu as terras que viriam a se chamar Brasil, em carta endereçada ao então rei de Portugal, Dom Manuel I, não deixa passar despercebida a nudez dos povos originários que aqui viviam. Para Mott (2023), a liberdade sexual dos indígenas foi vista tanto com encanto, como com horror por parte dos portugueses que, seguindo a moral cristã católica, cuidaram imediatamente de

impor suas regras morais, de acordo com o que foi visto. A catequese foi, dentro do contexto da Contrarreforma, a maneira mais eficaz de fazê-lo.

A esse respeito, o mesmo autor ratifica que

honra e vergonha eram dois princípios morais basilares das sociedades do Antigo Regime e, ao depararem com povos cujos costumes sexuais eram tão diversos – liberais e pecaminosos, segundo os cânones católicos –, viajantes, missionários e cronistas registraram e condenaram tais ‘abominações’ opostas às virtudes preconizadas pela Igreja (Mott, 2023, p. 31).

Dessa maneira, um vasto arsenal documental produzido pela ICR (com anuência do Estado) serviu de base para moralizar/catequisar os povos originários, bem como os negros escravizados trazidos para o Brasil, conforme mostrarei ao longo dessa subseção.

A prática de punição dos corpos/sujeitos, de acordo com o observado, não é nova. Segundo Foucault (2013), em nossas sociedades, dentro daquilo caracterizado como “microfísica do poder”, operada pelos aparelhos de estado e instituições, o corpo está diretamente mergulhado num campo político. Em consonância ao que foi dito,

as relações de poder têm alcance imediato sobre ele; elas o investem, o marcam, o dirigem, o supliciam, sujeitam-no a trabalhos, obrigam-no a cerimônias, exigem-lhe sinais. Este investimento político do corpo está ligado, segundo relações complexas e recíprocas, à sua utilização econômica (Foucault, 2013, p. 28).

Desse modo, dentro dessa “microfísica”, o poder é exercido sobre aquelas/es que são vigiadas/os, com o propósito de treinar e corrigir, no processo de docilização dos corpos. Nesse sentido, o corpo é inserido compulsoriamente num sistema de “coação e privação”, bem como de “obrigações e interdições”.

Abaixo, mostro um panorama das interdições e controles exercidos pela ICR no Brasil inquisitorial a partir de quadro apresentado por Mott (2023). Acrescento, ao quadro original de Mott (2023), uma terceira coluna na qual faço alguns exercícios de análise de indícios dos DE que esses acontecimentos relatados acabam fundando ou ratificando²⁹.

²⁹ Apesar de minha preocupação, de contexto, na análise dos discursos dos Papas não ser localizada no Brasil, entendo com Bakhtin a importância de confrontar esses discursos históricos necessários, principalmente por esses me constituírem como autor.

Quadro 5 – Cronologia dos principais casos relacionados à LGBTfobia no Brasil durante a presença da Inquisição

Ano	Acontecimento	Elementos histórico-discursivos - DE
1521	Ordenações Manuelinas condenam os sodomitas à fogueira, equiparando o nefando pecado aos crimes de lesa-majestade e traição nacional, tornando seus descendentes inábeis e estigmatizados por três gerações.	Como “pecado geracional”, a punição sobre os “sodomitas” não atingia apenas a quem pratica o crime, mas se estende por três gerações consecutivas. Igreja e Estado operam juntas nesse processo.
1532	O Regimento dos Capitães-Mores autoriza a pena de morte aos sodomitas sem consulta prévia à Metrópole.	Punição sumária para quem fosse pego praticando “sodomia”. Nesse caso, sem direito à apelação.
1547-1549	Estevão Redondo, jovem criado do governador de Lisboa, é o primeiro sodomita degredado pelo Tribunal da Santa Inquisição de Portugal para o Brasil (Pernambuco).	Brasil como espaço de degredo, terra dos pecados. Vir para o Brasil era uma punição.
1549	O padre Manoel da Nóbrega relata que “os índios do Brasil cometem pecados que clamam aos céus e andam os filhos dos cristãos pelo sertão perdidos entre os gentios, e sendo cristãos vivem em seus bestiais costumes”.	Animalização dos indígenas que, segundo o pensamento da Igreja, precisavam passar por um processo de civilização/catequização.
1551	Escreve o jesuíta Pero Correia, de São Vicente, São Paulo, que “o pecado contra a natureza, que dizem ser lá em África muito comum, o mesmo é nesta terra do Brasil, de maneira que há cá muitas mulheres que assim nas armas como em todas as outras coisas seguem ofício de homens e tem ouro mulheres com que são casadas. A maior injúria que lhe podem fazer é chamá-las mulheres”.	As culturas africanas trazem o “pecado” para o Brasil. Por isso, os escravizados, assim como os indígenas, precisam ser catequizados, para assim tornarem-se “filhos de Deus”. Dentro dessa lógica, a Igreja apresenta-se como a redentora que humaniza, e salva os referidos povos do pecado.
1557	O calvinista Jean de Léry refere-se à presença de índios tibirá entre os Tupinambá como “praticantes do pecado nefando de sodomia”.	Toda a cultura desse povo é ignorada, passando a ser caracterizado apenas como “praticante da sodomia”.
1580	Isabel Antônia, natural do Porto, é a primeira lésbica a ser degredada pelo Tribunal do Santo Ofício da Inquisição para o Brasil (Bahia), condenada e presa pelo bispo de Salvador. Foi denunciada na Visitação de 1591 por usar um falo envolto em veludo.	Brasil como espaço de degredo e castigo, conforme já exposto. O crime consiste no fato de uma mulher usar falo, pecado grave numa sociedade falocêntrica, o que seria visto como uma ofensa à natureza.

1586	Gaspar Rois, feitor, ex-combatente na armada de dom Sebastião em Alcácer-Quibir, é denunciado ao vigário geral da Bahia por praticar sodomia com um negro da Guiné. O réu pagou então a um escrivão dez cruzados para queimar os autos que o incriminavam. É o primeiro sodomita “rebelde primitivo” da história pátria a reagir à homofobia institucional.	O pecado dever ser denunciado. Atos de rebeldia contra a homofobia são registrados.
1591	O padre Frutuoso Álvares, setenta anos, vigário em Matoim, no Recôncavo da Bahia, “sodomita incorrigível”, é o primeiro sacerdote homossexual a se confessar na primeira Visitação do Santo Ofício à Bahia.	Ato sexual que precisa ser corrigido.
1592	Felipa de Sousa, lésbica contumaz, “useira e costumeira a namorar mulheres”, é sentenciada pelo visitador do Santo Ofício na Sé da Bahia e açoitada publicamente pelas principais ruas de Salvador. Foi degredada para todo o sempre para fora da capitania.	Os homossexuais devem ser excluídos do convívio social.
1591 - 1595 1591	Na primeira e na segunda Visitação do Santo Ofício à Bahia, a Pernambuco e à Paraíba, são arrolados 158 sodomitas, dos quais 124 denunciados e 34 confitentes. Marcos Tavares, mameluco, 22 anos, é o primeiro sodomita do Brasil a ser açoitado publicamente pelas principais ruas de Salvador e degredado para a capitania de Sergipe.	A homossexualidade deve ser reprimida com violência em público.
1606	As Ordenações Filipinas confirmam a pena da fogueira aos somítigos.	Os homossexuais devem ser queimados vivos.
1613	É publicado o segundo Regimento da Inquisição Portuguesa, de dom Pedro de Castilho, determinando-se a pena de morte na fogueira aos sodomitas.	A punição deve ser institucionalizada.
	Índio Tibira, Tupinambá do Maranhão, é executado como bucha de canhão por ordem dos capuchinhos franceses em São Luís, “para	A homossexualidade como sujeira, precisar “desinfetada”.

1614	<p>desinfestar esta terra do pecado nefando”, sendo o primeiro sodomita mártir condenado à morte no Brasil. (O Grupo Gay da Bahia e a Santa Igreja Celta do Brasil (Feira de Santana, Bahia) pleiteiam sua canonização, posto ter sido martirizado imediatamente após seu batismo).</p>	
1621	<p>No Vocabulário da Língua Brasileira, de autoria dos jesuítas, aparece pela primeira vez em um dicionário a referência a <i>çacoaimbeguira</i>: “entre os Tupinambá, mulher macho que se casa com outras mulheres”.</p>	<p>A mulher lésbica pode ser ofendida com termo pejorativo.</p>
1630	<p>O padre Amador Amado Antunes, clérigo de Epístola, 25 anos, natural do Porto, morador da Bahia, sodomita tão infamado que, “em o vendo nas ruas de Salvador, muitos diziam: lá vai o somítigo, e, chegando um estranho na cidade, logo lhe diziam que tivesse cuidado com o padre”, foi aconselhado a partir para Portugal para livrar-se do escândalo. Viajou, mas voltou com a mesma fama. Morreu antes de ser preso.</p>	<p>O homossexual deve fugir para evitar vergonha e escândalo.</p>
1640	<p>É publicado o terceiro Regimento da Inquisição Portuguesa, de Dom Francisco de Castro, no qual é ratificado o poder do Santo Ofício de perseguir os sodomitas, condenando à fogueira sobretudo “os mais devassos no crime, os que davam suas casas para cometer este delito ou perseverassem por muitos anos na perdição”.</p>	
1642	<p>O vigário-geral do bispado de Pernambuco desvia das mãos do escrivão do crime um sumário de culpas contra dois criminosos no nefando, suborno de 300\$000 (trezentos mil réis).</p>	
	<p>O lesbianismo deixa de ser perseguido pelo Tribunal da Inquisição, passando à alçada da justiça real e da episcopal.</p> <p>É realizada na cidade da Bahia a “grande inquirição”, comandada pelo reitor do Colégio da Companhia de</p>	

1646	<p>Jesus, de onde saem denunciados dezoito homossexuais, entre estudantes, mulatos, cristãos novos e sacerdotes.</p> <p>Mateus Lopes, mulato escravizado, comediante de rua em Salvador, acompanha seu senhor nas comédias, fazendo a figura de um bugio e dançando com um pote na cabeça. É infamado de somítigo, leva três cutiladas e uma estocada de um homem, ficando a perigo de morte. Confessa que só fizera as punhetas com o soldado, não somitigaria. Salvo erro, Lopes foi o primeiro ator de teatro cômico gay conhecido no Brasil, quiçá nas Américas.</p>	
1657	<p>O padre Simão Ferreira, coadjutor de Jaguaribe, surpreendeu, na torre do Colégio dos Jesuítas de Salvador, os estudantes Bartolomeu Ferreira Perene e Manoel Leão, ambos sem calças, “fazendo as <i>punhetas ad invicem</i> [reciprocamente], e ameaça mandar queimá-los, açoitando um deles e fazendo ambos, de joelhos, implorarem para que não os denunciasses.</p>	
1657	<p>O padre Gregório Martins, 47 anos, ex-deão da Sé do Porto, que advogou em Pernambuco, é acusado de que “inculcava e doutrinava no abominável pecado nefando, dizendo que só em Roma se podia viver, que este pecado era muito gostoso e [para] aquele que uma vez o comesse, era impossível a emenda e não tinha mais circunstância que a fornicção simples e era mais inibido por impedir a reprodução natural, e nesta matéria falava dissoluta e escandalosamente que este pecado era o mais delicioso aos homens, e isto falava sem pejo”. É o mais elaborado discurso de um sodomita “dogmatista” que viveu na América portuguesa.</p>	
	<p>Em Sergipe, o fazendeiro Luís Gomes manda “matar de açoites um seu escravo moleque por ter cometido o nefando com o capitão Pedro Gomes, que o presenteara com umas ceroulas”. É o</p>	

1678	<p>segundo gay executado no Brasil vítima da homofobia. Nessa ocasião, “o capitão se ausentara para o Sertão e disseram que foi para não tratar sobre esta matéria com o bispo dom Estevam Brioso (1678-1689), que fazia devassa na capitania de Sergipe” (Mott, 1989).</p>	
1689	<p>O padre Antônio Vieira, Provincial da Companhia de Jesus na Bahia, aluga sítio em Santo Amaro de Ipitanga, próximo a Salvador, a um casal de sodomitas notórios, Luiz Delgado, processado por sodomia pela Inquisição de Évora, e Doroteu Antunes, ator transformista de mulher.</p> <p>O arcebispo da Bahia, Dom Frei Manoel da Ressurreição, informa: “logo que entrei nesta minha Igreja, comecei a ouvir as vozes de um grande escândalo contra um homem chamado Luiz Delgado, dizendo que era devasso no pecado nefando, fui apurando o fundamento e achei que não era aéreo e que a fama era antiga [...] e que se ausentara para o sertão despovoado com um muchacho com o qual estava vivendo no mesmo escândalo [...]”. Ele ordena a prisão do casal, remetendo-os para o Tribunal do Santo Ofício de Lisboa.</p>	
1707	<p>As Constituições Primeiras do arcebispado da Bahia, no artigo 958, prescrevem “como se deve proceder no crime da sodomia”, considerado “o mais torpe, sujo e desonesto pecado”. Deve o infrator ser preso e encaminhado ao Tribunal da Inquisição de Lisboa. Artigo 964: “As mulheres que uma com outra cometerem o pecado de molície [masturbação recíproca] sejam degredadas por três anos para fora do arcebispado e tenham penas pecuniárias”. Artigo 965: “Sendo homens que com outros cometerem o pecado de molície, serão castigados gravemente com penas de degredo, prisão, galés e pecuniária. E sendo clérigos, além das ditas penas, serão depostos do ofício e benefícios”.</p>	

1730	<p>Vem a público que o padre Antônio de Guizeronde, jesuíta, reitor do Colégio da Companhia, em Salvador, “viveu com notável escândalo todo o tempo de seu reitorado. Tinha dois recoletos no Recolhimento, Francisco de Seixas e Luiz Alves, pelos quais fazia incríveis excessos, indo alta noite, descalço e com chave falsa, ao Recolhimento, ter com eles [...]. A prostituição dos mestres jesuítas com seus discípulos era tão grande e notória que me não atrevo a dizer que poucos foram os mestres naqueles pátios que não tivessem declaradamente seus amásios. Tudo isto que tenho dito é trivial na Bahia, principalmente entre os alunos daqueles pátios”.</p>	
1765	<p>O frei Matias dos Prazeres Gayo, carmelita calçado da Província da Bahia, 37 anos, entrega ao Comissário do Santo Ofício esta confissão: “Remordido de sua própria consciência e temor de Deus mais do que outro castigo”, declarando que, quando tinha dezoito para dezenove anos, cometeu o pecado nefando com frei José de Jesus Maria, carmelita da província de Pernambuco, “persuadido de sua autoridade e ignorando a enormidade do delito e das penas, não sabendo ser matéria privativa do Santo Ofício, e que nestes atos sempre foi paciente e só uma vez agente, sob instância de seu superior”.</p>	
1781	<p>Sobre Ana Joaquina, enclausurada no Recolhimento da Misericórdia de Salvador, diz-se “levava vida escandalosa pelas excessivas amizades que contraía com outras mulheres do mesmo recolhimento, chegando até a meter e ocultar dentro da cela outras mulheres para o mesmo pecaminoso fim”.</p>	
	<p>Dois comissários do Santo Ofício de Minas Gerais, ao serem consultados pelo promotor da Inquisição de Lisboa a respeito de um tal capitão Manuel José Correia, de Vila Rica, acusado de ser sodomita “público e escandaloso”, afirmam sobre o capitão:</p>	

1795	“(tem] o gênio de mulher e muito extravagante, não obstante suas ações de católico serem edificantes, tendo feito várias festas nesta matriz de São José com todo o zelo ao culto divino, além de ter em sua casa um santuário que é o melhor que existe em toda a comarca, e por ter fama de impotente, e nunca se lhe soube [ter tido] praça alguma com mulheres, dizem que costumava convidar homens para uns com outros, na ação de [se] esquentarem, chegar o delato a ter poluição...”	
1821	São extintos o Tribunal do Santo Ofício português e a pena de morte para os sodomitas.	
1830	O primeiro Código Penal do Império do Brasil, por influência do Código Napoleônico, descriminaliza a sodomia.	

Fonte: Elaborado com base em Mott (2023, p. 39-45, grifos meus).

Conforme exposto no quadro acima, durante os séculos que durou a Inquisição Católica, as práticas relacionadas à homossexualidade foram duramente perseguidas, muito embora, generalizada. Nesse sentido, mostrei que muitos discursos eram traçados ou ratificados em função da abominação das relações homossexuais. Infelizmente, esses discursos e práticas homofóbicas atravessaram a história, ampliaram-se e chegaram até os dias atuais com muita força.

Dados do GGB – a mais antiga organização não governamental LGBT da América Latina – apontam que o Brasil permanece ocupando o primeiro lugar na lista dos países que mais matam a população LGBTQIAPN+. No ano de 2023, foram 257 mortes violentas documentadas, um caso a mais do que registrado em 2022. Isso equivale a uma morte a cada 34 horas (GGB, 2024).

Na mesma linha, o Atlas da Violência do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), no que diz respeito às violências contra pessoas LGBTQIAPN+, aponta que em 2022

8.028 pessoas dissidentes sexuais e de gênero foram vítimas de violência no Brasil, um aumento de 39,4% em relação a 2021, quando foram registrados 5.759 casos. Analisando a série histórica desde 2014, nota-se que os casos cresceram ano a ano, à exceção de 2020, primeiro ano da pandemia de Covid-19, quando os serviços presenciais caíram consideravelmente. O salto entre 2021 e 2022, no entanto, é o

segundo maior da série, acendendo um alerta para o aumento da violência contra essa população (Cerqueira; Bueno, 2024).

Conforme já mencionado, o Brasil tem uma trajetória bastante conservadora, autoritária, machista e LGBTfóbica, tendo cristalizado a noção de que pessoas LGBTQIAPN+ seriam resultados de processos de perversão moral, o que estigmatiza o segmento como desviante, anormal, pecaminoso, doente, contaminado, degenerado, doente (Quinalha, 2022; Junqueira, 2009; Preciado, 2022). Desse modo, conforme apontei no quadro anterior, durante séculos, nós que fazemos parte da população LGBTQIAPN+, fomos, e ainda somos

acusados de pecadores nas Igrejas, de doentes nos hospitais e manicômios, de criminosos no sistema penal e prisional, de ameaçadores à ordem pública e aos bons costumes pelos poderes estatais, LGBTI+ foram permanentemente atravessados pelos discursos e práticas de controle político e sexual de suas subjetividades (Quinalha, 2022, p. 34).

Não obstante, paralelamente, tal postura passou a ser confrontada por visões progressistas, capazes de reconhecer e advogar pela necessidade de garantir acesso à cidadania, a direitos sociais e civis, a oportunidades e a reconhecimento social desse grupo, resultando em transformações importantes, ainda que insuficientes, nos discursos morais, sociais, biológicos, políticos e médicos (Quinalha, 2022).

Feitas essas considerações, finalizo essa subseção e apresento, na subseção seguinte, as discussões acerca do sentido de “família”. Para tanto, utilizo os estudos de Engels (2019) e Junqueira (2022).

3.3 SOCIEDADE PARA A FAMÍLIA

Nos últimos anos, temos observado ao redor do mundo muitos debates e disputas em torno dos sentidos da “Família”. Várias instâncias de poder e/ou instituições como Igreja, Estado e grupos político-partidários pautam em seus debates o assunto em questão e reclamam para si o direito de legislar e definir quais configurações podem ou não ser assim nomeadas, validadas (Junqueira, 2022; Bento, 2021). Paralelamente, defensores dos Direitos Humanos, bem como pertencentes à comunidade LGBTQIAPN+ e/ou defensores dela, afirmam e defendem a existência de “configurações plurais dos arranjos sexuais, amorosos e de parentesco e que, portanto, devem ser reconhecidas pelo Estado como “família” (Bento, 2021, p. 79).

Embora pareça inquestionável e ocupe no imaginário ocidental (formado majoritariamente a partir do pensamento judaico-cristão) o status de “sagrado”, o conceito de

“família nuclear/tradicional”, composta por pai, mãe e filhos, e compulsoriamente difundido e apresentado como único modelo possível e aceitável socialmente, nem sempre possuiu o caráter monogâmico tal qual conhecemos.

Concordo que a abordagem da temática é sempre uma questão muito difícil, uma vez que, dentro do sistema patriarcal³⁰ no qual estamos inseridos, não é fácil nos darmos conta de que “o que somos enquanto maridos e esposas, enquanto pais, mães, filhos e filhas não são as únicas possibilidades abertas para a humanidade” (Lessa, 2012, p. 9).

No clássico *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*, Engels (2019) observa que Morgan foi o primeiro a introduzir o fator histórico nos estudos a respeito do tema, bem como a questionar a crença na eternidade da estrutura familiar patriarcal, vista como um fenômeno natural e divinamente predeterminado.

Nesse sentido, Engels (2019) afirma que Morgan defende que

a família é o elemento ativo; nunca permanece estacionada, mas passa de uma forma inferior a uma forma superior, à medida que a sociedade evolui de um grau mais baixo para outro mais elevado. Os sistemas de parentesco, pelo contrário, são passivos só depois de longos intervalos, registram os progressos feitos pela família, e não sofrem uma modificação radical senão quando a família já se modificou radicalmente (Engels, 2019, p. 38).

Desse modo, nesse dinamismo que acompanha as mudanças histórico-sociais das sociedades, o autor supracitado aponta os principais estados pelos quais a humanidade passou e defende que o desenvolvimento acerca do conceito “família” acompanha esse processo (Engels, 2019). A fim de proporcionar melhor compreensão, apresento a seguir quais são e como se caracteriza cada um dos estados apontados por Morgan. São eles:

1. Estado Selvagem: período que se caracteriza pelo nomadismo, pela organização social em clãs ou tribos. Nele predomina a coleta de produtos da natureza para alimentação, como frutas, nozes e raízes e peixes.

³⁰ De acordo com Lerner (2019), “o patriarcado, em sua definição mais ampla, significa a manifestação e institucionalização da dominância masculina sobre as mulheres e crianças na família e a extensão da dominância masculina sobre as mulheres na sociedade em geral. A definição sugere que homens têm o poder em todas as instituições importantes da sociedade e que mulheres são privadas de acesso a esse poder. Mas não significa que as mulheres sejam totalmente impotentes ou privadas de direitos, influência e recursos. Uma das mais árduas tarefas da História das Mulheres é traçar com precisão as várias formas e maneiras como o patriarcado aparece historicamente, as variações e mudanças em sua estrutura e função, e as adaptações que ele faz diante da pressão e das demandas das mulheres. Se o patriarcado descreve o sistema institucionalizado de dominância masculina, o paternalismo descreve um modo específico, um conjunto de relações” (Lerner, 2019, p. 290).

2. Barbárie: período que marca a invenção da olaria, do trato e do manuseio do barro para torná-lo resistente ao fogo. É nesse período que surgem a criação e domesticação de animais, bem como o cultivo de plantas alimentícias com a agricultura.

3. Civilização: período que se inicia com a fundição do minério de ferro e com o desenvolvimento da escrita. Refere-se ao aprendizado de processamento de produtos naturais, da indústria propriamente dita e da arte (Engels, 2019, p. 35).

Considerando que a “família nunca permanece estacionária”, mas que segue o movimento impulsionado pelas necessidades inerentes ao tempo e à sociedade, Morgan caracteriza os sistemas de parentesco, bem como os modelos criados ao longo do desenvolvimento do processo humano. Nesse sentido, a invenção do incesto é considerada um passo decisivo para a organização da “família”, pois, antes de sua invenção, as relações sexuais entre pai/mãe e seus filhos/filhas aconteciam de forma indiscriminada, uma vez que “ainda não existiam as restrições impostas mais tarde pelo costume” (Engels, 2019, p. 43).

Assim, de acordo com Morgan, havia nos estágios pré-históricos, quatro modelos de famílias:

1. Família Consanguínea: primeira forma de constituição familiar. Os grupos conjugais se classificam por gerações, ou seja, a relação entre irmãos e irmãs implica por si só o exercício da relação sexual, são maridos e mulheres. Assim, “somente ascendentes e descendentes, pai/mãe e filhos/filhas, estão excluídos tanto dos direitos quanto dos deveres (como diríamos) do casamento entre si” (Engels, 2019, p. 44). Esse tipo de família está extinto.

2. Família Punaluana: esse segundo estágio caracteriza-se pela exclusão gradativa dos irmãos biológicos (do lado materno) das relações sexuais, primeiro em casos isolados, depois tornando-se regra. Com a proibição da prática da endogamia (relação sexual entre indivíduos aparentados, ou seja, geneticamente semelhantes), são instituídas as *gens*, ou seja, um círculo fechado de parentes consanguíneos por linha feminina, o que “constitui a base da ordem social da maioria dos povos bárbaros da Terra, se não a de todos eles, e a partir da qual passamos diretamente para a civilização na Grécia e em Roma” (Engels, 2019, p. 45).

3. Família Sindiásmica ou Família de Um Par: com a crescente proibição dos casamentos grupais, bem como com a necessidade de reorganização social, surge a “família sindiásmica”, também chamada “família de um par”. Como o termo já sugere, trata-se matrimônio por pares, mas com direito dos homens à poligamia e infidelidade. Em contrapartida, exige-se das mulheres a mais rigorosa fidelidade, de modo que o adultério cometido por elas é cruelmente castigado. Um dado que chama atenção é que o laço matrimonial pode ser facilmente dissolvido

por uma das partes, mas os filhos/filhas permanecem pertencendo exclusivamente à mãe (Engels, 2019, p. 52);

4. Família Monogâmica: considerada uma das marcas distintivas da civilização incipiente, ela se funda no domínio do homem com a finalidade expressa de gerar filhos com paternidade inquestionável, uma vez que os filhos (sempre do sexo masculino) deverão assumir o patrimônio paterno; eles são os herdeiros naturais. O que diferencia esse tipo de família da anterior é que o casamento já não pode ser dissolvido conforme a vontade de qualquer parte, apenas o homem pode dissolvê-lo e repudiar a esposa. Ao homem é assegurado (pelo menos no costume) o direito à infidelidade conjugal. A monogamia é uma exigência apenas para as mulheres, para quem a prática da traição é expressamente proibida, coibida e “castigada com severidade sem precedentes”. Esse caráter se mantém até hoje (Engels, 2019, p. 45-46).

Conforme visto, o conceito de “família” não é estático. Trata-se, pois, de uma construção histórico-social-ideológica surgida das interações sociais no desenvolvimento humano para a sobrevivência, que classifica e organiza os sujeitos a partir dos papéis que lhes são atribuídos socialmente, tais como, pai/mães, filhos/filhas, tios, tias etc. Desse modo, por compreender que há transformações que modificam o formato das “famílias”, entendo que considerar apenas uma possibilidade de arranjo familiar é, além de injusto e excludente, uma forma de reforçar a violência contra os outros tipos familiares existentes nas sociedades, sobretudo em países como o Brasil, que lidera o ranking quando se trata de LGBTfobia. Nesse sentido, além de impossibilitar o acesso a direitos civis por parte dos outros formatos de família, a afirmação de que só há um modelo a ser seguido (e por isso mesmo validado socialmente), se apresenta como obsoleta, excludente e violenta, uma vez que as sociedades há muito desenvolveram muitas possibilidades de se organizarem afetiva e socialmente.

É importante salientar que, no patriarcado, para a manutenção do *status quo* do pensamento cristão católico acerca de família, há enormes

esforços para rechaçar a desmistificação de compreensões naturalizadoras acerca do humano, do sexo, da sexualidade e das relações sociais e, ao mesmo tempo, investimentos para renaturalizar tais compreensões e (re)hieraquizar as diferenças, mediante apelo à rebiologização ou à essencialização da vida e do mundo (Junqueira, 2022, p. 39).

Esses esforços podem ser resumidos conforme o quadro abaixo, ao qual acrescento uma terceira coluna indicando possíveis DE que surgem a partir dos conceitos apresentados.

Quadro 6 – Conceitos relacionado à família a partir da perspectiva cristã católica

CONCEITO	DEFINIÇÃO	DE
FAMÍLIA	Declinada sempre no singular; única família natural base da sociedade; biologicamente radicada; fundada na união monogâmica homem-mulher pelo matrimônio sacramentado e indissolúvel preferencialmente com prole; “o lugar natural onde a relação de reciprocidade e comunhão entre homem e mulher encontra plena atuação” (Congregação para a Educação Católica, 2019, p. 19).	Família é propósito de Deus.
MATRIMÔNIO	Exigência interior dos seres humanos; íntima comunhão de vida e amor conjugal, inscrita na natureza do homem e da mulher, pois complementares e naturalmente orientados para a união e a fecundidade; intrinsecamente heterossexual.	O homem foi feito para a mulher, e a mulher para o homem. Esse DE faz intertexto com a seguinte passagem bíblica: “por isso, um homem deixa seu pai e sua mãe, se une à sua mulher, e ele se tornam uma só carne (Gn 2, 24).
MATERNIDADE	Atributo e vocação inerente à mulher, também mãe, esposa, afetuosa, cuidadora, submissa e igual em dignidade ao marido.	“Ser mãe é padecer no paraíso”. Esse DE traz a ideia de que a maternidade é um sacrifício, um padecimento sagrado ao qual as mulheres precisam se submeter para atingir a plenitude e o sentido do que é “ser mulher”.
FILIAÇÃO	Biologicamente estabelecida mediante a conjugalidade homem-mulher; atrelada ao direito-dever natural e inalienável dos pais à educação integral da prole	Filhos são presentes de Deus.
PARENTESCO E PARENTALIDADE	Equiparados à consanguinidade; frutos da complementaridade fisiológica; não se realizam dignamente por meio de uniões provisórias, extravagantes ou inaturais nem tampouco por tecnologias reprodutivas, como a reprodução <i>in vitro</i> ou a barriga de aluguel.	
SEXO	Realidade determinada biologicamente, fundamentalmente corpórea, ordenada e finalizada à procriação.	“Homem nasce homem, e mulher nasce mulher”. Esse DE dialoga intertextualmente com: “Homem e mulher, Deus os criou” (Gn 1,27).
SEXUALIDADE	Ligada à complementaridade imanente entre homem e mulher.	“Homem nasce homem, e mulher nasce mulher”. Esse DE dialoga intertextualmente com: “Homem e mulher, Deus os criou” (Gn 1,27).
HETEROSSEXUALIDADE	Expressão da complementaridade e única via natural de manifestação do desejo sexual e de realização da vocação reprodutiva.	“Homem nasce homem, e mulher nasce mulher”. Esse DE dialoga intertextualmente com: “Homem e mulher, Deus os criou” (Gn 1,27).

IDENTIDADE SEXUAL E DIFERENÇA SEXUAL	Constitutivas, inatas, binárias (homem-mulher), fixas, irreversíveis; estabelecidas em termos cromossômicos, hormonais e neuronais; reciprocamente naturais, complementares; base natural da família.	“Homem nasce homem, e mulher nasce mulher”. Esse DE dialoga intertextualmente com: “Homem e mulher, Deus os criou” (Gn 1,27).
--------------------------------------	---	---

Fonte: Elaborado a partir de Junqueira (2022).

Para além das concepções apresentadas, interessa dizer que o sentido de “família” por mim compreendido é: todo e qualquer núcleo ou arranjo formado a partir de vínculo afetivo e/ou por afinidades, independente de consanguinidade, de gênero e/ou orientação sexual dos membros, podendo incluir (ou não) filhos/as, sejam biológicos ou adotivos. Assim, estão inclusas:

1. Família nuclear: pai, mãe e filhos;
2. Família monoparental feminina: mãe e filhos;
3. Família monoparental masculina: pai e filhos;
4. Família extensa: filhos, tios, avós etc.;
5. Família unipessoal: única pessoa;
6. Família homoafetiva: união de casal do mesmo sexo; e
7. Demais configurações que possam existir.

Considerando as possibilidades de formações familiares apresentadas e defendidas acima, é importante dizer que, nos últimos anos, é cada vez mais crescente o número de famílias homoafetivas no Brasil. Embora subnotificados, uma vez que muitos casais não oficializam suas uniões perante o Estado, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que o número de casamentos civis entre pessoas do mesmo sexo no Brasil aumentou, atingindo o maior patamar em 2022, por exemplo. As uniões homoafetivas ficaram acima de 11 mil, um crescimento de quase 20% em comparação com 2021.

Nesse sentido, os dados mostram que as uniões entre mulheres chegaram a 6,6 mil e entre homens a 4,3 mil. Em Alagoas, foram 27 casamentos entre homens e 56 entre mulheres (IBGE, 2024).

3.4 GÊNERO

Na década de setenta do século passado, no contexto da Ditadura Militar brasileira, Chico Buarque de Holanda escreveu *A ópera do malandro*, peça teatral de grande sucesso de

público e crítica, malgrado o tenebroso período pelo qual o Brasil estava passando. Os famosos versos “Joga pedra na Geni/Joga pedra na Geni/Ela é feita pra apanhar/Ela é boa de cuspir/Ela dá pra qualquer um/Maldita Geni” (Holanda *apud* Homem, 2009, p. 169) escancaram o ódio e a violência com os quais a sociedade retratada na canção trata Geni, uma transexual, possivelmente apedrejada pela mesma sociedade a qual salvou da destruição da guerra, conforme apontou Emiliano *et al.* (2022, p. 85). Os discursos de ódio apreendidos por Chico Buarque de Holanda, que ecoam nos versos e são repetidos ao longo da canção, aplicam-se, infelizmente, ao contexto brasileiro atual, uma vez que muitas são as vozes e práticas que endossam a LGBTfobia³¹.

Imortalizada na voz da intérprete Maria Bethânia, *Balada de Gisberta*, composta pelo poeta português Pedro Abrunhosa, também retrata um caso de violência motivada por questões de gênero. Baseada na história da transexual brasileira Gisberta³², brutalmente torturada, violentada e assassinada em 2006 por um grupo de 14 adolescentes entre 12 e 16 anos na cidade do Porto, em Portugal, a música/poema lança um grito, um lamento. Na canção, o compositor Pedro Abrunhosa dá voz a Gisberta que, de modo comovente, narra com tristeza parte de sua própria história até o momento cruel de seu assassinato. A canção nos mostra, a partir de recurso literário, as últimas palavras, os últimos pensamentos dela. Jogada em um poço, depois de assassinada, Gisberta lamenta:

Trouxe pouco
Levo menos
A distância até ao fundo é tão pequena
No fundo, é tão pequena
A queda
E o amor é tão longe
(Abrunhosa, 2010).

Em caso análogo ao que aconteceu com Gisberta, em fevereiro de 2017, a travesti Dandara³³ Santos foi vítima de um crime no Ceará que deixou em choque o país inteiro. “Ela foi agredida com socos, chutes, pauladas e pedradas. Não satisfeitos, os agressores atiraram à

³¹ Parte dessa introdução reflexiva foi inserida em: EMILIANO, Alexandre Ribeiro *et al.* Discursos envolventes nas declarações do Papa Francisco acerca da homossexualidade: Construindo identidades na interface Estado e Igreja. **Polifonia**, [S. l.], v. 29, n. 54, p. 83-109, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/15012>. Acesso em: 04 jul. 2023.

³² <https://www.cartacapital.com.br/mundo/brasileira-trans-assassinada-em-portugal-pode-virar-nome-de-rua/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

³³ <https://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/03/apos-agressao-dandara-foi-morta-com-tiro-diz-secretario-andre-costa.html>. Acesso em: 04 dez. de 2023.

queima roupa, colocaram o corpo em carro de mão e saíram pela cidade em exibição, enquanto pessoas assistiam e filmavam a cena de terror” (Emiliano *et al.*, 2022, p. 85).

As questões de gênero sempre fizeram parte da nossa vida, da nossa história, sempre marcada por relações de poder e violências. Assim, veladas ou não, seja na vida, seja na arte, elas estão presentes em nosso cotidiano e marcam nossas relações³⁴.

Os debates em torno dos estudos de gênero e de sexualidade têm sido o foco de calorosas discussões desde os anos sessenta do século passado. Porém, conforme aponta Louro (2015b), nos últimos duzentos anos, “a sexualidade tornou-se objeto privilegiado do olhar” de diversos campos do saber, o científico, o religioso, o psiquiátrico, o antropológico e o educacional” (Louro, 2015b, p. 27). Nesse sentido, a mesma autora enfatiza que, ao longo do tempo, a sexualidade vem sendo “descrita, compreendida, explicada, regulada, saneada, normatizada.”.

No entanto, apesar de ter vários olhares voltados para si, a sexualidade e os discursos produzidos acerca dela continuam sendo alvo da vigilância e do controle dos corpos, práticas e sentidos. As formas de regulação ampliaram-se e multiplicaram-se, uma vez que, além das instituições tradicionais como o Estado³⁵, as Igrejas e a Ciência, “outras instâncias e outros grupos organizados reivindicam sobre ela suas verdades e sua ética” (Louro, 2015b, p. 27), a exemplo das feministas e do movimento LGBTQIAPN+.

Como se vê, os discursos que giram em torno dos conceitos de sexualidade, gênero e família estão presentes em muitas (e não seria exagero dizer todas) as esferas sociais. Desse modo, muitos/as são os/as pesquisadores/as que se debruçam sobre essas temáticas e dedicam muitas de suas discussões no âmbito acadêmico, impulsionando, assim, o debate sobre o tema, a exemplo da filósofa Judith Butler, referência fundamental para os estudos de gênero.

³⁴ É importante pontuar que “o conceito de gênero é um campo de complexas disputas históricas que são marcadas de lutas por direitos humanos, políticos, econômicos, culturais e étnicos. Esses movimentos que discutiram a categorização de gênero, suas relações e implicações, iniciaram-se na luta das mulheres negras escravas, das mulheres brancas e burguesas e, mais recentemente, continuam a se delinear novas questões em relação às pessoas transgêneras” (Bernardino, 2021, p. 47).

³⁵ Enquanto escrevo esse texto, por exemplo, tramita na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância, Adolescência e Família da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei (PL 5.167/2009) que, se aprovado, institui que nenhuma relação entre pessoas do mesmo sexo pode equiparar-se ao casamento ou à entidade familiar, ou seja, pretende acabar com o casamento homoafetivo, o que seria um retrocesso nos direitos da população LGBTQIAPN+, historicamente tão vigiada, punida e violentada num processo característico da sociedade disciplinar, apontado por Foucault (2013) como “docilizarão dos corpos”. Nesse contexto, impulsionados pelo discurso religioso, muitos parlamentares, a maioria composta declaradamente por cristãos evangélicos e católicos (representantes, portanto, da ala autodeclarada conservadora desses segmentos) defende que o casamento civil só pode ser concebido a partir do que propõe o texto bíblico, ou seja, entre “homem e mulher”, cisgêneros, heterossexuais. Embora o Brasil seja um estado laico, muitas decisões que atingem grande parcela da população (os LGBTQIAPN+) são tomadas tendo como base preceitos religiosos cristãos, o que fere o princípio da laicidade do Estado e vai de encontro a uma população cada vez mais em evidência, consciente dos seus direitos e, ao mesmo tempo, cada vez mais vítima de preconceito e violência, endossada também pelo discurso religioso, seja institucional ou não.

Butler (2018) aponta, no texto *Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista*, que é raro encontrar filósofos que reflitam acerca do sentido teatral da atuação. Assim, utilizando a metáfora do teatro, ela vai dizer que a teoria fenomenológica dos “atos”, proposta por Edmund Husserl, Maurice Merleau-Ponty e George Herbert Mead, “procura explicar a maneira cotidiana pela qual agentes sociais constituem a realidade social por meio da linguagem, dos gestos e de todo tipo de signo social simbólico” (Butler, 1988, p. 1). Assim, segundo ela, a polêmica afirmação feita por Beauvoir “não se nasce mulher, torna-se”, dentro da doutrina dos atos constitutivos, insere-se dentro do pensamento a partir do qual

o gênero não é de modo algum uma identidade estável nem lócus de agência do qual procederiam diferentes atos; ele é, pelo contrário, uma identidade constituída de forma tênue no tempo – uma identidade instituída por meio de uma repetição estilizada de atos. Além disso, o gênero, ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” generificado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída (Butler, 1988, p. 3).

A discussão levantada por Butler (1988) no mesmo texto dá conta de que se o gênero, nessa perspectiva é instituído por “atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância” é, nesse sentido, uma identidade que se constitui e se realiza na performatividade da plateia social do cotidiano. Outrossim, considerando que se a identidade de gênero se fundamenta “na repetição estilizada de atos no tempo” e não numa “identidade aparentemente homogênea”, vai dizer a autora, “existem possibilidades de transformar o gênero na relação arbitrária entre esses atos, nas várias formas possíveis de repetição e na ruptura ou repetição subversiva desse estilo” (Butler, 1988, p. 3).

Nessa ótica, a autora busca ao longo do texto apresentar algumas maneiras de compreender o modo como as concepções, por ela denominadas “reificadas e naturalizadas”, podem ser percebidas como constituídas e, dessa maneira, como passíveis de serem constituídas de forma diferente. Desse modo, partindo de discursos teatrais, antropológicos e filosóficos e, sobretudo, da fenomenologia, Butler (1988) enfatiza que

a chamada identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus. É precisamente no caráter performativo da identidade de gênero que reside a possibilidade de questionar sua condição reificada (Butler, 1988, p. 3).

É importante destacar que, segundo as proposições da autora supracitada, a construção social do gênero se dá, conforme pontuei anteriormente, por uma série de “atos” que se repetem nas práticas sociais, ao longo do tempo. Assim, nas interações sociais mais corriqueiras, quando digo ou faço algo, quando pergunto, por exemplo, qual o sexo de um bebê e, baseado na resposta, sou levado a “escolher” a cor do enxoval, bem como os brinquedos com os quais a criança terá contato, estou, por assim dizer, “construindo”, “criando”, “forjando” gênero, performatizado atos. Assim, a construção do gênero acontece social e culturalmente, a partir das repetições de atos e performances que se dão principalmente pela linguagem que, por sua vez, “é investida de poder e cria o socialmente “real” por meio dos atos de locução dos sujeitos falantes” (Butler, 2003, p. 167). Nesse sentido,

como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. Embora existam corpos individuais que encenam essas significações estilizando-se em forma do gênero, essa “ação” é uma ação pública. Essas ações têm dimensões temporais e coletivas, e seu caráter público não deixa de ter consequência (Butler, 2003, p. 200).

hooks (2019), no livro *Teoria feminista – da margem ao centro*, propõe, quando fala do movimento feminista, uma organização política em torno do feminismo a partir da ótica e das necessidades das mulheres negras. Desse modo, ao criticar o movimento feminista estadunidense, ela evidencia que este não nasceu, tampouco foi feito pelas mulheres que mais sofrem com a opressão sexista, ou seja, as mulheres pretas, pobres e periféricas que, diferente das mulheres brancas e ricas, sofrem violência e opressão específicas, uma vez que o próprio contexto econômico e social onde estão inseridas, bem como sua raça, as coloca num lugar diferente das outras mulheres que, embora também sejam oprimidas pelo sistema patriarcal³⁶ e sexista, ainda assim estão num lugar de privilégio. Nesse sentido,

os problemas e dilemas específicos das esposas brancas da classe do lazer eram questões reais dignas de preocupação e mudança, mas não eram as questões políticas prementes da maior parte da população feminina. A maior parte das mulheres estava

³⁶ Vale pontuar que “sob a regência do capitalismo, o patriarcado foi estruturado de modo que o sexismo restringe o comportamento das mulheres em alguns âmbitos, ao mesmo tempo que propicia liberdade de movimento em outras esferas. A ausência de restrições extremas leva muitas mulheres a ignorar os domínios nos quais elas são exploradas ou discriminadas; isso pode inclusive levá-las a imaginar que nenhuma mulher é oprimida” (hooks, 2019, p.32).

preocupada com a sobrevivência econômica, a discriminação racial e étnica etc. (hooks, 2019, p.29).

Además, hooks (2019) propõe, nessa perspectiva, uma epistemologia e uma forma de organização que traga ao centro aquelas que historicamente são relegadas à margem. Assim, nesse movimento, pensar as questões de gênero atreladas à raça e classe é essencial para compreender o pensamento de hookiano, uma vez que

a estrutura de classe da sociedade estadunidense foi moldada pela política racial da supremacia branca; somente analisando o racismo e suas funções na sociedade capitalista é que se pode chegar a uma plena compreensão das relações de classe. A luta de classes é indissociável da luta pelo fim do racismo (hooks, 2019, p.29).

É importante salientar que, embora as críticas feitas por hooks (2019) sejam direcionadas ao movimento feminista estadunidense da década de sessenta, elas evidenciam uma necessidade que se estende até hoje em muitos contextos, inclusive o brasileiro. Pensar, conforme pontuei, a interseccionalidade entre gênero, raça e classe é essencial para a compreensão de que essas categorias estão entrelaçadas.

Por conseguinte, compreensão desses posicionamentos, com o quais concordo, será fundamental para o entedimento teórico-epistemológico dessa pesquisa. Nessa perspectiva, é importante pontuar que a concepção de gênero assumida nesse estudo diz respeito a uma produção performativa arraigada e difundida pelos mecanismos de poder, como os discursos da medicina e da religião, por exemplo.

Abaixo, apresento a metodologia utilizada nessa pesquisa.

4 METODOLOGIA

A relevância específica da pesquisa qualitativa para o estudo das relações sociais deve-se ao fato da pluralização das esferas de vida [...]. Essa pluralização exige uma nova sensibilidade para o estudo empírico das questões, ou seja, pluralização de estilos de vida e de padrões de interpretação na sociedade moderna e pós-moderna. A pesquisa é, cada vez, obrigada a utilizar estratégias indutivas: em vez de partir de teorias para testá-las, são necessários ‘conceitos sensibilizantes’ (Flick, 2009, p. 17-18).

Pautado na compreensão de língua bakhtiniana, que defende a ideia de que toda palavra comporta duas faces, ou seja, ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém como pelo fato de que se dirige a alguém, por isso ela constitui o produto da interação do locutor e do ouvinte, ou seja, é através da palavra que me defino em relação ao outro (Bakhtin, 2010a, 2011), apresento a construção teórico-metodológica da minha pesquisa.

Para tanto, trago, inicialmente, uma discussão teórica acerca da metodologia de pesquisa qualitativa (Oliveira, 2008; Chizzotti, 2001; Freitas, 2007; Flick, 2009, Lüdke; André, 1986) e sua importância no campo de estudos da LA. Além disso, apresento uma discussão teórica sobre a metodologia utilizada nesse estudo. Em seguida, depois da discussão teórica, apresento a metodologia qualitativa de análise situada na LA, a partir das contribuições de Fabrício (2006), Moita Lopes (2006) e Souto Maior (2020, 2024). Posteriormente, descrevo o processo de construção de dados e algumas primeiras organizações da pré-análise do material, os quais serviram como suporte para realização da coleta dos dados.

4.1 ABORDAGEM QUALITATIVA E ESTUDOS NO CAMPO DA LINGUÍSTICA APLICADA

No campo das Ciências Sociais, há o embate entre duas visões metodológicas quando se trata de fazer pesquisa (Oliveira, 2008, p. 2). Assim, a visão chamada “positivismo” é aquela que utiliza métodos quantitativos na análise e manipulação dos dados, além de adotar a orientação de que o comportamento humano é resultado de forças, fatores, estruturas internas e externas que atuam sobre as pessoas” (Oliveira, 2008, p. 2). Para os defensores dessa corrente, as forças e os fatores são passíveis de serem estudados por métodos experimentais e levantamentos amostrais, nos quais o estudo do homem pode ser realizado seguindo lógica e métodos das ciências naturais.

Diferentemente dessa, e seguindo outro posicionamento metodológico, a pesquisa qualitativa (caracterizada por utilizar o método interpretativista) compreende o homem não

como ser passivo, mas como sujeito que interpreta continuamente o mundo em que vive. Considerando que debruçar-se sobre o estudo do ser humano é diferente de estudar objetos, a pesquisa qualitativa defende que essa diferença deve ser considerada em seus construtos epistemológicos, uma vez que “a vida humana é vista como uma atividade interativa e interpretativa”, que se dá nas interações diárias entre as pessoas (Oliveira, 2008, p. 2), posição com a qual concordo e assumo nesse trabalho.

A pesquisa qualitativa ocupa atualmente um importante e reconhecido lugar entre as várias possibilidades de se estudar os fenômenos que envolvem os seres humanos e suas relações em diversos ambientes (Godoy, 1995). Nesse sentido, a abordagem metodológica na qual se fundamenta essa pesquisa corresponde aos princípios de uma pesquisa qualitativa que, segundo Chizzotti (2001), visa a investigar o mundo em que o ser humano vive e o próprio homem. Nesse tipo de pesquisa, o pesquisador/investigador utiliza a observação e reflexão feitas sobre os problemas que enfrenta e recorre às experiências passadas e atuais dos homens na solução desses problemas, tudo isso a fim de munir-se dos instrumentos mais adequados à sua ação.

Nesse sentido, defende Chizzotti (2001), o investigador confronta-se com todas as forças da natureza e de si próprio, reúne toda a sua capacidade de criação, organiza todas as suas possíveis ações e seleciona os melhores métodos e “instrumentos para descobrir objetos que transformem os horizontes da sua vida” (Chizzotti, 2001, p. 11).

Na visão de Chizzotti (2001), a abordagem qualitativa parte do princípio de que há um movimento, uma relação dinâmica envolvendo o mundo e o sujeito, uma interdependência entre o sujeito e o objeto, uma ligação muito estreita entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. De acordo com esse autor, o pesquisador é parte fundamental da pesquisa.

Ainda sobre o assunto em questão, Lüdke e André (1986) defendem a ideia de que para se efetuar uma pesquisa é necessário confrontar os dados, as evidências, as informações coletadas acerca de determinado assunto e o conhecimento teórico acumulado a respeito dele. Para essas autoras, a pesquisa de cunho qualitativo tem o ambiente natural como sua origem direta de dados.

As reflexões acerca do modo de desenvolver pesquisas em Ciências Humanas, como visto, têm suscitado muitos debates. Para Freitas (2007), a perspectiva socio-histórica oferece um caminho, uma outra maneira de produzir conhecimento no campo das humanidades. Nessa ótica, ao compreender que o psiquismo é constituído no social, num processo interativo possibilitado pela linguagem, esse tipo de pesquisa

abre novas perspectivas para o desenvolvimento de alternativas metodológicas que superem as dicotomias externo/interno, social/individual. Ao assumir o caráter histórico-cultural do objeto de estudo e do próprio conhecimento como uma construção que se realiza entre sujeitos, essa abordagem consegue opor aos limites estreitos da objetividade uma visão humana da construção do conhecimento (Freitas, 2007, p. 26).

Pensando a pesquisa como uma relação entre sujeitos, ou seja, numa perspectiva dialógica e também como a sondagem socio-histórica de pesquisa pode se dar na prática, Freitas (2007) apresenta algumas características para esse tipo de pesquisa, as quais descrevo abaixo. Entendo com a referida autora que os trabalhos situados na perspectiva socio-histórica devem considerar estas características:

a) a fonte dos dados é o texto (contexto) no qual o acontecimento emerge, focalizando o particular enquanto instância de uma totalidade social. Procura-se, portanto, compreender os sujeitos envolvidos na investigação para, através deles, compreender também o seu contexto;

b) as questões formuladas para a pesquisa não são estabelecidas a partir da operacionalização de variáveis, mas se orientam para a compreensão dos fenômenos em toda a sua complexidade e em seu acontecer histórico. Isto é, não se cria artificialmente uma situação para ser pesquisada, mas se vai ao encontro da situação no seu acontecer, no seu processo de desenvolvimento;

c) o processo de coleta de dados caracteriza-se pela ênfase na compreensão, valendo-se da arte da descrição que deve ser complementada, porém, pela explicação dos fenômenos em estudo, procurando as possíveis relações dos eventos investigados numa integração do individual com o social;

d) a ênfase da atividade do pesquisador situa-se no processo de transformação e mudança em que se desenrolam os fenômenos humanos, procurando reconstruir a história de sua origem e de seu desenvolvimento;

e) o pesquisador é um dos principais instrumentos da pesquisa porque, sendo parte integrante da investigação, sua compreensão se constrói a partir do lugar socio-histórico no qual se situa e depende das relações intersubjetivas que estabelece com os sujeitos com quem pesquisa;

f) o critério que se busca numa pesquisa não é a precisão do conhecimento, mas a profundidade da penetração e a participação ativa tanto do investigador quanto do investigado. Disso resulta que pesquisador e pesquisado têm oportunidade para refletir, aprender e ressignificar-se no processo de pesquisa.

Nas palavras de Flick (2009), em relação ao processo de estudo e de análise às pesquisas qualitativas, o contexto de pesquisa é entendido como uma das partes mais importantes para a construção da pesquisa.

Tudo isso se relaciona com o estudo que proponho, uma vez que, por exemplo, durante seu processo, refleti constantemente a respeito da teoria utilizada, do processamento de dados e, principalmente, precisei ressignificar não apenas a pesquisa (reformular questões), mas a mim mesmo enquanto pesquisador.

Feitas essas considerações acerca da abordagem qualitativa de pesquisa, apresento a seguir as discussões feitas a partir de alguns teóricos que discutem a abordagem metodológica de pesquisa/análise tendo por norte a LA.

4.2 ABORDAGEM METODOLÓGICA DE PESQUISA E DE ANÁLISE EM LINGUÍSTICA APLICADA

Conforme pontuei na subseção 2.2 desse estudo, quando tratei sobre as características LA contemporânea, Moita Lopes (2006) destaca que suas participações em congressos interdisciplinares em várias partes do mundo o influenciaram a pensar uma LA que dialogasse com as teorias que então atravessavam o campo social das Ciências Sociais e das Humanidades. Assim, caracterizada como “LA mestiça”, esse movimento de natureza inter/transdisciplinar, perpassa boa parte das discussões das pesquisas empreendidas nessa área – em especial nos campos dos estudos culturais, Ciências Sociais, estudos de gênero e sexualidade – e visam criar “inteligibilidade em que a linguagem ocupa um papel social central” (Moita, Lopes, 2006, p. 14).

Refletindo, ainda, acerca dos rumos da LA na contemporaneidade, Moita Lopes (2006), citando Boaventura Santos, afirma que a grande preocupação de muitos pesquisadores que desenvolvem estudos nas Ciências Sociais tem sido a possibilidade de inaugurar um novo paradigma tanto social e político quanto epistemológico (Moita Lopes, 2006, p. 85). Assim, tal preocupação gira em torno da necessidade de reinventar a vida social, o que inclui, necessariamente, a “invenção de formas de produzir conhecimento e epistemologias, já que a pesquisa é um modo de construção da vida social ao tentar entendê-la” (Moita Lopes, 2006, p. 85).

Assim, pensando num projeto epistemológico que envolva concepções anti-hegemônica, Moita Lopes (2006) defende que a base para a construção de epistemes que reflitam as questões contemporâneas da sociedade está na criação de um novo universalismo

que desafie a hegemonia, “o mercado da globalização do pensamento único”, “[...] liderado pelos chamados países centrais e suas agências” (Moita Lopes, 2006, p. 86).

Na defesa de ideias que dialogam com as supra-apresentadas, Fabrício (2006) propõe uma LA como “espaço de desaprendizagem”. Para ela, a contemporaneidade bem como os indivíduos vêm sendo marcados pela desestabilização mediante as transformações céleres em torno da vida social, cultural, política e econômica (Fabrício, 2006, p. 46).

Nesse contexto de transições paradigmáticas e re-hierarquização de valores em que existir se configura sempre como “um movimento em meio a oscilações e rupturas”, Fabrício (2006, p. 46) propõe que as epistemes da LA na contemporaneidade consideram:

- a) a linguagem como prática social, o que significa dizer que, ao nos debruçarmos sobre ela, estamos investigando a sociedade e a cultura das quais ela faz parte;
- b) as práticas discursivas não são neutras, uma vez que envolvem escolhas ideológicas e políticas que provocam efeito no mundo social; e
- c) a multiplicidade de sistemas semióticos no processo de construção.

Considerando essa apresentação, alguns procedimentos metodológicos na LA evidenciados por Fabrício (2006) são propostos. Destaco dentre eles:

- 1. o questionamento por parte do pesquisador acerca da relevância social da pesquisa;
- 2. a reflexão sobre como a temática vem sendo tradicionalmente tratada;
- 3. o mapeamento da rede semântica e epistemes, considerando a multiplicidade de vozes, sistema de valoração. Discursos e regimes de verdade;
- 4. o estranhamento dos sentidos essencializados, bem como de dogmas construídos culturalmente em relação ao objeto;
- 5. a historicização do objeto, buscando compreender como foi produzido, bem como quais regimes.

Dessas características, meu estudo as responde em todos os aspectos, uma vez que:

- a) questiono-me constantemente acerca da relevância social desse estudo e do que ele pode representar na sociedade;
- b) reflito acerca de como os estudos de gênero e sexualidade vêm sendo abordados;
- c) faço o mapeamento da rede semântica e epistemológica acerca do regime de verdade que em torno do que relaciona a gênero e sexualidade;
- d) questiono os sentidos postos e essencializados;

e) faço a historicização das discussões que giram em torno da temática, buscando articular o passado com o presente, bem como o que isso significa na contemporaneidade.

Voltando às ideias que defende Moita Lopes (2006), e relacionando-as à minha pesquisa, é válido dizer que o estudo que desenvolvo dialoga com a perspectiva contemporânea da LA por não enfatizar a resolução de problemas e a busca por soluções. Ao contrário, afilio-me à LA porque, conforme aponta Moita Lopes (2006), essa ciência enfoca as questões de uso da linguagem, visando

criar inteligibilidades sobre a vida contemporânea ao produzir conhecimento e, ao mesmo tempo, colaborar para que se abram alternativas sociais com base nas e com as vozes dos que estão à margem: os pobres, os favelados, os negros, os indígenas, homens e mulheres homoeróticos, mulheres e homens em situação de dificuldades sociais e outros, ainda que eu os entenda como amálgamas identitários e não de forma essencializada (Moita Lopes, 2006, p. 86).

Corroborando com o autor supramencionado, Souto Maior (2022) afirma que, ao pensar em “criar inteligibilidade” nas pesquisas, foi impulsionada a refletir sobre o que é pensar em práticas sociais discursivas em estudos desenvolvidos em LA. Nesse sentido, quando reflete sobre a LA contemporânea, a autora defende que a LA se caracteriza por ser uma área de pesquisa situada no campo da Ciências Humanas e Sociais, de natureza interdisciplinar, que desenvolve estudo com viés qualitativo e apresenta cada vez mais uma agenda de atuação política (Souto Maior, 2022).

Ademais, a pesquisadora defende que a LA se apresenta cada vez mais com uma epistemologia de implicação com vida, uma vez que as pesquisas desenvolvidas nessa área promovem uma rede discursiva das ações no mundo e se voltam

para as investigações dos usos ‘situados’ da linguagem no sentido de pretender observar possíveis implicações dos sentidos que estão sendo estudados com futuras ações das pessoas no mundo, com a re/organização social das interações e com os significados dessas interações nas comunidades (Souto Maior, 2022, p. 518).

É importante dizer que, nessa linha de pensamento, as pesquisas em LA que assumem metodologias de análise interpretativistas fazem parte de uma política de “gestão do ser e do saber” implicados com o saber científico. Desse modo, o conceito de implicação, a partir de Souto Maior (2022, 2024) diz respeito: 1) à responsabilidade da pesquisa com o saber nas narrativas de mundo, bem como com o que isso pode provocar; 2) à responsabilidade do dizer

parte da/o pesquisadora/o, ou seja, trata-se de uma ética nos estudos discursivos; e 3) ao comprometimento com a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e democrática.

Ainda tratando do processo da pesquisa de viés discursivo na LA, Souto Maior (2022) afirma que esse constitui o próprio

estudo da onda de sentidos que repercute na vida do/a pesquisador/a e dos interlocutores diretos e indiretos, na formulação das prioridades da abordagem metodológica e na conjuntura institucional e políticas dos Programas de pós-graduação. É construída, nesse tipo de abordagem, uma lógica de retroalimentação, de forças centrípetas e centrífugas (Bakhtin, 2003), que podem, num sistema de autorreflexão promovido pelos estudos discursivos de uma LA implicada, promover espaços de avaliação das práticas de linguagem para uma ação contínua na vida social política e acadêmica do entorno das pesquisas (Souto Maior, 2022, p. 518).

O posicionamento da referida autora corrobora com a noção de que – no contexto da LA contemporânea, na qual a autorreflexão promovida pelos estudos discursivos/implicados está presente – a construção da pesquisa está ligada a um entendimento de ato político. Nessa ótica, o mundo atual, que passa por transformações de naturezas histórica, econômica, cultural tecnológica e política, exige novas formas de teorizar e desenvolver pesquisas que deem conta não apenas de refletir sobre os conflitos contemporâneos, mas que também reflitam as mudanças de paradigmas que a sociedade atravessa. Desse modo, quando nossas pesquisas promovem espaços de avaliação das práticas de linguagem, estão possibilitando “inteligibilidade sobre o mundo”, o que exige de nós, pesquisadoras/res, responsabilidade sobre o dizer/fazer pesquisa (Souto Maior, 2022).

A seguir, apresento os instrumentos de pesquisa utilizados no desenvolvimento desse estudo.

4.3 INSTRUMENTOS E CONTEXTO DA PESQUISA

Os instrumentos escolhidos para a realização desse estudo estão inseridos na perspectiva de uma pesquisa qualitativa-interpretativista (Chizzotti, 2001; Flick, 2009), na qual o processo, o desenvolvimento, é mais importante do que o resultado. Nesse sentido, conforme já pontuei, a abordagem qualitativa parte do princípio de que há um movimento, uma relação dinâmica envolvendo o mundo e o sujeito. Desse modo, considerando a pesquisa como uma relação entre sujeitos, meu estudo assume a perspectiva socio-histórica (Freitas, 2007), que considera a interação essencial para o estudo dos fenômenos humanos.

Aliado a isso, vale salientar “o valor da compreensão construída a partir dos textos signos criados pelo homem, assinalando o caráter interpretativo dos sentidos construídos”

(Freitas, 2007, p. 28). Nesse contexto, as pesquisas em Ciências Humanas, na perspectiva socio-histórica, dão-se a partir da compreensão da relação entre sujeitos “possibilitada pela linguagem” (Freitas, 2007, p. 28).

Para o desenvolvimento dessa pesquisa, percorro o seguinte percurso dividido em três etapas distintas. A primeira etapa se dividiu em revisão da literatura, pesquisa bibliográfica (busca dos textos que compõem o *corpus*), pré-análise dos dados e elaboração dos critérios de recorte. Já a segunda foi composta pela aplicação dos critérios de recorte do *corpus*, pela análise dos textos e categorização dos fenômenos apreendidos. Por fim, foi efetuada a triangulação de dados, que diz respeito ao processo de análise. Segundo Triviños (1987, 138-139), esse processo corresponde à descrição, explicação e compreensão dos fenômenos sob três enfoques, que são:

- 1) os processos e produtos centrados no sujeito;
- 2) os elementos produzidos pelo meio do sujeito; e
- 3) os processos e produtos originados pela estrutura socioeconômica e cultural.

Nesse sentido, para o processo que corresponde à coleta de dados, foi necessário fazer um levantamento entre as declarações oficiais³⁷ dos Papas Bento XVI e Francisco no que diz respeito às temáticas em questão. O resultado dessa etapa pode ser ilustrado da seguinte forma:

Quadro 7 – Exortações Apostólicas escritas pelo Papa Bento XVI

TÍTULO	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	MEIO DE PUBLICAÇÃO
SACRAMENTUM CARITATIS	Sobre a eucaristia, fonte e ápice da vida e da missão da igreja	2007	Site oficial do Vaticano
VERBUM DOMINI	Sobre a palavra de Deus na vida e na missão da igreja	2010	Site oficial do Vaticano
AFRICAЕ MUNUS	Sobre a igreja na África ao serviço da reconciliação da justiça e da paz	2011	Site oficial do Vaticano
ECCLESIA IN MEDIO ORIENTE	Sobre a igreja no médio oriente, comunhão e testemunho	2012	Site oficial do Vaticano

Fonte: Elaboração própria (2024).

³⁷ Estou considerando “declarações oficiais” os textos que fazem parte do cânone da Igreja (declarações, documentos, encíclicas, discursos etc.).

Quadro 8 – Cartas Encíclicas escritas pelo Papa Bento XVI

TÍTULO	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	MEIO DE PUBLICAÇÃO
DEUS CARITAS EST	Sobre o amor cristão	2005	Site oficial do Vaticano
SPE SALVI	Sobre a esperança cristã	2007	Site oficial do Vaticano
CARITAS IN VERITATE	Sobre o desenvolvimento humano integral na caridade e na verdade	2009	Site oficial do Vaticano

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 9 – Exortações Apostólicas escritas pelo Papa Francisco

TÍTULO	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	MEIO DE PUBLICAÇÃO
EVANGELII GAUDIUM	Sobre o anúncio do Evangelho no mundo actual	2013	Site oficial do Vaticano
AMORIS LÆTITIA	Sobre o amor na família	2016	Site oficial do Vaticano
GAUDETE ET EXSULTATE	Sobre a chamada à santidade no mundo atual	2018	Site oficial do Vaticano
CHRISTUS VIVIT	Aos jovens e a todo o povo de Deus	2019	Site oficial do Vaticano
QUERIDA AMAZONIA	Ao povo de Deus e a todas as pessoas de boa vontade	2020	Site oficial do Vaticano
LAUDATE DEUM	A todas as pessoas de boa vontade sobre a crise climática	2023	Site oficial do Vaticano
C'EST LA CONFIANCE	Sobre a confiança no amor misericordioso de Deus por ocasião do 150º aniversário do nascimento de Santa Teresa do Menino Jesus e da Santa Face	2023	Site oficial do Vaticano

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 10 – Cartas Encíclicas escritas pelo Papa Francisco

TÍTULO	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	MEIO DE PUBLICAÇÃO
LUMEN FIDEI	Aos bispos, aos presbíteros e aos diáconos, às pessoas consagradas e a todos os fiéis leigos sobre a fé	2013	Site oficial do Vaticano
LAUDATO SI'	Sobre o cuidado da casa comum	2015	Site oficial do Vaticano
FRATELLI TUTTI	Sobre a fraternidade e a amizade social	2020	Site oficial do Vaticano

Fonte: Elaboração própria (2024).

Quadro 11 – Bula escrita pelo Papa Francisco

TÍTULO	TEMÁTICA	ANO DE PUBLICAÇÃO	MEIO DE PUBLICAÇÃO
BULA DE PROCLAMAÇÃO DO JUBILEU EXTRAORDINÁRIO DA MISERICÓRDIA	Proclamação do ano da misericórdia	2015	Site oficial do Vaticano

Fonte: Elaboração própria (2024).

Dentre os dados obtidos na pré-análise, considerando as Exortações Apostólicas, as Cartas Encíclicas e a Bula Papal, obtivemos 19 textos. Desse total, o único que faz menção e trata especificamente do termo “família” é a Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, de autoria do Papa Francisco. No entanto, quando buscamos no site de busca *Google*, no período entre agosto de setembro de 2023, encontramos, entre os pronunciamentos oficiais, três discursos do Papa Bento XVI nos quais são abordadas explicitamente as temáticas “homossexualidade” e “família”. São eles:

- a) o discurso à Cúria Romana em dezembro de 2012 na Cidade do Vaticano;
- b) o discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, para a apresentação dos bons votos de ano novo, em janeiro de 2012; e
- c) o discurso ao Corpo Diplomático acreditado junto à Santa Sé, para a apresentação dos bons votos de ano novo, em janeiro de 2007.

Desse modo, o *corpus* desse estudo é constituído de três documentos de autoria dos referidos Papas, nos quais são abordadas as noções de “família” e/ou “homossexualidade”, sendo um trecho extraído do discurso proferido por Bento XVI ao Corpo diplomático acreditado junto ao Vaticano em janeiro de 2007, um trecho do discurso proferido pelo mesmo Papa à Cúria Romana em dezembro de 2012, ambos na Cidade-Estado do Vaticano; e dois trechos da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* (sobre o amor na família), do Papa Francisco, publicada em março de 2016. A escolha dos referidos textos se deu pelo fato de neles os referidos Papas abordarem as temáticas citadas, conforme já pontuei.

Feitas essas considerações, apresento, na próxima seção as análises e, posteriormente as (in)conclusões dessa pesquisa.

5 ANÁLISE: A FAMÍLIA SOB ATAQUE

Nesta seção, apresento a análise dos dados que compõem o *corpus* desse estudo. A seguir, apresento três extratos para categorizar os DE e os sentidos que eles produzem e significam na sociedade.

No primeiro bloco de análise, evidencio, antes da análise propriamente dita, três considerações que irão dar fluxo às discussões analíticas. Nesse bloco, discuto, a partir do conceito “família” – destacado em dois discursos de Bento XVI e de um Francisco – a noção de “família” e “homossexualidade”. Do Papa Bento XVI, analiso, como dito, dois discursos, sendo um direcionado à Cúria Romana (2012) e outro ao corpo diplomático acreditado à Santa Sé para apresentação dos bons votos de ano novo (2007). Já do Papa Francisco, analiso trechos da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*.

5.1 SOBRE O CONCEITO FAMÍLIA E ACARRETAMENTOS DO SILÊNCIO

Antes de partir para as análises, convém observar três pontos que considero importantes para compreender as problematizações que proponho nesse estudo.

O **primeiro** ponto diz respeito ao fato de vivermos em uma sociedade, cujos princípios também foram, majoritariamente, estabelecidos a partir da perspectiva judaico-cristã. Nesse contexto, a ICR contribuiu de forma decisiva para a formação do pensamento ocidental, a partir de seus valores e de suas práticas. Assim, ao longo de mais de dois milênios de existência³⁸, ela se estruturou e se estabeleceu como instituição, cujos princípios doutrinários interferem não apenas na vida dos seus seguidores, mas também em muitas decisões do Estado sobre os sujeitos/corpos que não comungam das ideias estabelecidas pela ICR. Nesse sentido, Esquivel (2000) destaca que

historicamente, as pretensões totalizantes da Igreja Católica levaram-na a travar um diálogo privilegiado com o Estado, a ocupar parte das suas estruturas e a partir daí, estender os princípios da sua doutrina a toda a sociedade. As ofensivas de ‘catolização’ contra o Estado e a sociedade civil procuraram impregnar todas as áreas da vida social com valores religiosos (Esquivel, 2000, p. 2, tradução minha).³⁹

³⁸ Assumo, nesse trabalho, a compreensão de que, enquanto movimento em torno da ideia de um mundo mais justo, fraterno e igualitário, o Cristianismo foi fundado por Jesus Cristo. Porém, enquanto religião reconhecida e institucionalizada pelo Estado, considero aquilo que defendem os historiadores: que sua institucionalização se deu em no ano 392 D. C., pelo Imperador Constantino, que se converteu à religião cristã e a tornou religião oficial do Império Romano.

³⁹ Trecho na íntegra: “históricamente, las pretensiones totalizantes de la Iglesia Católica la llevaron a entablar una diálogo privilegiado con el Estado, a ocupar parte de sus estructuras para desde allí, extender los principios de su doctrina al conjunto de la sociedad. Las ofensivas de ‘catolización’ sobre el Estado y la sociedad civil procuraron impregnar con valores religiosos todos los ámbitos de la vida social” (Esquivel, 2000, p. 2).

A título de exemplo de como a Igreja se articula para interferir nas decisões tomadas parte do Estado no que se refere à vida das/dos cidadãs/ãos, cito o movimento mundial que gira em torno da chamada “ideologia de gênero”, que é

uma invenção católica cujas configuração e emergência se deram entre meados dos anos 1990 e o início da década seguinte. Foi resultado de articulações que envolveram episcopados, o associacionismo pró-vida e pró-família, e organizações terapêuticas de reversão ou reorientação sexual, sob os desígnios do Pontifício Conselho para a Família, com o apoio de vários dicastérios da Santa Sé, como a Congregação para a Doutrina da Fé (Junqueira, 2022, p. 83).

É importante dizer que tal investida possibilitou no Brasil, bem como nos países latino-americanos e europeus, o surgimento de muitos grupos, indivíduos, organizações políticas, sociais e eclesiais bradando contra a nomeada “ideologia de gênero”, tornando-se, inclusive, “pauta moral” para disputas nos últimos pleitos eleitorais brasileiros. Vista como uma suposta “praga civilizatória” que deve ser eliminada, o termo emerge de um movimento ultraconservador mundial que visa “colocar em prática estratégias político-discursivas e arregimentar a sociedade em uma batalha em defesa da “família tradicional” (Junqueira, 2022; Bento, 2021). Tais estratégias,

implicam intensa mobilização em favor da reafirmação das hierarquias sexuais, da alegada primazia dos pais na formação moral e sexual dos filhos, da retirada da educação para a sexualidade nas escolas, da restrição ao acesso de adolescentes a informações sobre saúde sexual, do rechaço a arranjos familiares não heteronormativos, da repatologização das homossexualidades e das transgeneridades, entre outros posicionamentos que representam cerceamentos a direitos e garantias fundamentais (Junqueira, 2022, p. 18).

Vale salientar que, conforme ainda observa Junqueira (2022), esses grupos ultraconservadores, ligados à extrema-direita, travam o reconhecimento por parte do Estado dos direitos sexuais como direitos humanos, dificultam ou obstruem a adoção da perspectiva de equidade de gênero, legitimam visões de mundo, valores, instituições e sistemas de crença pautados em marcos religiosa e moralmente intransigentes.

Feitas essas considerações a respeito da Igreja e sua influência política sobre o Estado, parto para o **segundo ponto**: na perspectiva cristã católica, o conceito “família” está diretamente relacionado à instituição “casamento”⁴⁰ que, de acordo com a mesma perspectiva, não se trata de uma instituição simplesmente humana, ele é considerado uma instituição divina, cujo único modelo (considerado “sagrado”) é formado a partir da família composta por Jesus,

⁴⁰ De um modo geral, entendo que o conceito responde a outros campos de sentido, como o jurídico.

Maria e José. Nesse contexto, o casamento, discursiva e socialmente, é elevado à condição “matrimônio”, sendo definido como

a aliança matrimonial, pela qual **o homem e a mulher** constituem entre si uma comunhão da vida toda. (Essa comunhão) é ordenada por **sua índole natural ao bem dos cônjuges e à geração e educação da prole**, e foi elevada, entre os batizados, à dignidade de sacramento por Cristo Senhor (CIC⁴¹, 1999, n. 438, grifos meus).

Dito isso, considero também importante destacar **o terceiro ponto** que é: na qualidade de líder espiritual, o Papa é, para os católicos, o sucessor de Pedro (considerado o primeiro Papa) no governo da Igreja. Ele é, portanto, “infallível”, quando se pronuncia em nome da mesma instituição, uma vez que, discursivamente, ele age *in persona Christi* (na pessoa de Cristo). A esse respeito, o CIC, livro de base doutrinal, afirma:

Cristo dotou os pastores do carisma de infalibilidade em matéria de fé e de costumes (n. 890). Goza desta infalibilidade o Pontífice Romano, chefe do colégio dos Bispos, por força de seu cargo quando, na qualidade de pastor e doutor supremo de todos os fiéis e encarregado de confirmar seus irmãos na fé, proclama, por um ato definitivo, um ponto de doutrina que concerne à fé ou aos costumes (...). A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo episcopal quando este exerce seu magistério supremo em união com o sucessor de Pedro, sobretudo em um Concílio Ecumênico (CIC, 1999, n. 891).

Nesse sentido, de acordo com a concepção apresentada acima, sempre que o Papa age, toma uma decisão ou faz um pronunciamento em nome da Igreja, ele, “pela força do seu cargo”, está falando em nome do próprio Deus.

Aliado a isso e a fim de explicitar os discursos produzidos pela ICR que cristalizaram o conceito “família”, inicio a primeira análise, extraída do discurso do Papa Bento XVI direcionado à cúria romana em 2012.

⁴¹ É importante observar que muitos são os textos (e também organismos) que advogam no sentido de reafirmar o referido modelo de “família” por parte da ICR. Além do CIC, principal texto de base doutrinária, também podemos citar a “Carta às famílias”, de João Paulo II, bem como os seguintes órgãos: Congregação para a Doutrina da Fé, Congregação para a Educação Católica, Dicastério para os Leigos, a Família e a Vida, Ofício Internacional Católico da Infância, Pontifícia Academia para a Viva, Pontifícia Comissão Bíblica, Pontifícia Comissão para América Latina, Pontifício Conselho para a Cultura, Pontifício Conselho para a Família, Pontifício Conselho para os Leigos, Pontifício Conselho para a Pastoral no Campo e da Saúde e Sínodo dos Bispos, dentre outros (Junqueira, 2022).

1ª análise – Recorte do Discurso do Papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios (dezembro de 2012)

1. “(...) Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-
 2. chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o **ataque à forma autêntica da família**
 3. **(constituída por pai, mãe e filho)**, ao qual nos encontramos hoje expostos – **um**
 4. **verdadeiro atentado. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um**
 5. **mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que**
 6. **aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele**
 7. cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: “**Não se nasce mulher; fazem-na**
 8. **mulher – *On ne naît pas femme, on le devient*”**. Nestas palavras, manifesta-se o
 9. **fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo “gender – género”, é apresentado como**
 10. **nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado**
 11. **originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de**
 12. **significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto**
 13. **até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta**
 14. **teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto**
 15. **de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o**
 16. **ser humano”** (Bento XVI, 2012, p. 3, grifos meus).

Fonte: Elaboração própria (2024).

De acordo com o mito judaico-cristão, Deus teria criado Adão a partir do barro e soprado sobre ele o sopro da vida (Gn 2). Logo após, ainda segundo o referido mito, dando-se conta de que o homem estava sozinho, o teria feito adormecer e, a partir de uma costela, criado Eva, a primeira mulher, aquela que teria comido do fruto proibido da árvore do conhecimento do bem e do mal, e levado Adão a fazer o mesmo, desobedecendo, assim, a ordem dada por Deus de não comerem do fruto daquela árvore. Como punição, Deus os teria penalizado com a expulsão do Jardim do Éden. Diferente de Adão, Eva teria recebido, além da pena imposta a ambos, o seguinte veredito da parte do Criador: “multiplicarei as dores de tuas gravidezes, na dor darás luz a filhos. Teu desejo te impelirá ao teu marido e ele te dominará” (Gn 3, 14).

O relato acima descreve como teria surgido, de acordo com a perspectiva judaico-cristã, a primeira família do mundo da qual se tem notícia. Embora descreva seu surgimento tenha se dado a partir de um conjunto de punições, ele dá conta de como foram lançadas as bases do DE que defende a família nuclear como uma instituição divina, criada e querida por Deus.

É importante chamar atenção para a construção discursiva de Bento XVI direcionada à Cúria Romana, portanto, ao clero. Para isso, também é válido atentar para os verbetes e/ou expressões como “ataque”, “forma autêntica de família”, e “atentado”, presentes em seu discurso nos trechos das linhas 2 a 4. A respeito do primeiro termo, “ataque”, Ferreira (2010, p. 74), no Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio, registra, dentre outros significados:

- 1) ato ou efeito de atacar; e
- 2) agressão, injúria.

Na lógica cristã católica, a família nuclear vive sob constantes ataques, por parte de todas as outras formas de família que diferem daquela descrita como “autêntica”. Esses “ataques”, ou “atentados”, partem também daquilo que Bento XVI denomina “teoria do gender”, que, segundo ele, ameaça essa instituição. Considerando que, na perspectiva judaico-cristã, a família composta por pai, mãe e filhos se constitui como vontade de Deus, todo “ataque” impingido contra essa forma de família é direcionado ao próprio Deus, conforme foi possível ver nos discursos apresentados.

Levando em consideração os significados de “ataque”, o discurso de Bento XVI é construído de modo a criar, discursivamente, um cenário de guerra, instigando o DE bélico em função de um sentido cristalizado que traz sérias repercussões para as sobrevivências humanas.

Assim, nesse contexto belicoso, a “forma autêntica da família” (constituída por pai, mãe e filho) precisa ser defendida contra as investidas da suposta “ideologia de gênero”, que a quer destruir. Desse modo, de acordo com esse pensamento, não apenas “a forma autêntica” precisa ser defendida, numa tensão discursiva intermitente na igreja, mas também o caráter biologizante (Junqueira, 2022) que constitui o homem, uma vez que esse, impulsionado pela ameaça da “ideologia de gênero”, “contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano” (Bento XVI, 2012, p. 3).

De acordo com Stella e Brait (2021),

Segundo Volóchinov (2017, p. 233), a significação ‘é uma faísca elétrica surgida apenas durante o contato de dois polos opostos’. Em primeiro lugar, na produção de sentidos há a necessidade de se considerar certa tensão ocorrida como consequência desse contato entre os dois polos opostos. E, em segundo lugar, há também a necessidade de observar que a significação produzida desse encontro, essa faísca elétrica produzida por esse contato, pode não chegar aos participantes da mesma maneira, porque, na verdade, quando dois polos opostos se chocam, muitas faíscas são produzidas ao mesmo tempo, o que torna muito complexo o processo de significação (Stella; Brait, 2021, p. 153).

Nessa ótica, quando se refere “à forma autêntica da família (“constituída por pai, mãe e filho)”, o discurso do Papa Bento XVI retoma, num movimento intertextual, a narrativa presente no livro do Gênesis: “homem e mulher os criou” (Gn 2, 1), para validar e imprimir autoridade ao seu argumento. Assim, esse encontro de significados vai construindo barreiras de DE que podem ser diluídos com discursos de resistência.

Stella e Brait (2021) consideram que

funcionando em interação com os discursos oficiais, os discursos de resistência atuam como forças centrífugas que promovem uma espécie de desequilíbrio nas forças centrípetas que constituem as vozes da oficialidade. A prosa literária caracteriza-se como um viés dessas correntes discursivas de resistência que se opõem discursivamente aos discursos oficiais. Por meio dela, principalmente, circulam discursos organizados de forma a constituir um corpo de sentido que oferece um olhar em direção à descentralização verboideológica (Stella; Brait, 2021, p. 158).

Discursivamente, considerando que, na perspectiva cristã, a bíblia é considerada “a palavra de Deus”, o Papa supracitado está afirmando que seu dizer é o dizer de Deus, portanto, é duplamente inquestionável, uma vez que, discursivamente, trata-se de um discurso divino, eclesial/oficial. Nesse sentido, como afirmam os autores acima, só os discursos de resistência, dentro do campo ideológico de sentidos, tocam os fios da vida para mudança de paradigmas. Pesquisas como essa podem auxiliar, nesse sentido, já que interpretam numa perspectiva de implicação com a vida o que cobre a rede de ideias, valores, éticas do mundo que vivemos, ativo e responsável, como diz Bakhtin (2011).

Nas palavras de Bakhtin (2011),

o mundo no qual um ato ou ação se desenvolve, no qual ele é realmente completado, é um mundo unitário e único, experimentado concretamente: é um mundo visto, ouvido, tocado e pensado, um mundo impregnado em seu todo dos tons emocionais volitivos da validade afirmada dos valores [...]. A minha participação reconhecida produz um dever concreto – o dever de realizar a inteira unicidade, a unicidade totalmente insubstituível de ser [...] minha participação transforma cada manifestação minha (sentimento, desejo, humor, pensamento) em minha própria ação ativamente responsável (Bakhtin, 2010b, p. 74).

Ora, se há, nessa perspectiva, a construção do DE de que há uma forma “autêntica e verdadeira de família”, ou seja, aquela formada por “um homem e uma mulher”, no sentido unicamente biológico dos termos, também há seu contraditório nas tensões discursivas da concepção dialógica da linguagem. Seu positivo tem seu contraditório. Assim, aquilo que não está dentro dessa lógica, ou seja, as outras formas de família constituem o que não é “autêntico”, portanto, se não é “autêntico”, “verdadeiro”, não pode ser considerado, ou, simplesmente, não existe. Nesse sentido, de acordo com a construção discursiva de Bento XVI “os outros” se põem

ao “nós” num verdadeiro “ataque”, gerando, assim, uma espécie de campo de batalha. Por outro lado, pergunto que forças podem ser acionadas para potencializar esses discursos contraditórios a favor da vida e da humanização das relações.

Outro ponto relevante que chama atenção no discurso de Bento XVI é o fato de ele, discursivamente, silenciar a respeito de outras configurações familiares, como a família homoafetiva, por exemplo. Temos, portanto, na construção discursiva de Bento XVI o seguinte silogismo:

Toda “família autêntica” é composta por pai, mãe e filhos (PREMISSA).

Determinadas formulações de família não são compostas por pai, mãe e filhos. (PREMISSA).

Logo, determinadas formulações de família não são famílias autênticas.

Nesse movimento, de acordo com ideias propostas nas premissas, o não reconhecimento das pessoas LGBTQIAPN+ que, na contramão do discurso cristão, cada vez mais constituem famílias, as coloca numa espécie de “não-lugar”. Assim, para além do não reconhecimento e/ou não validação dessas famílias, (nós) as pessoas LGBTQIAPN+ desejam(os) e buscam(os) viver livremente suas(nossas) afetividades, como quaisquer pessoas desejam, precisam e merecem vivê-las, perante a sociedade e o Estado. Nesse sentido, discursivamente, quando Bento XVI deixa de inserir as pessoas LGBTQIAPN+ na suposta “autenticidade” que constituiria a família nuclear, ele contribui para que elas permaneçam à margem da sociedade, padecendo.

Outrossim, vale pontuar que, conforme observa Quinalha (2022),

diferentemente de outros grupos vulnerabilizados, em geral as pessoas LGBTI+ não conseguem encontrar um acolhimento no seio familiar diante dos preconceitos que enfrentam na vida fora de casa. O lar, em vez de refúgio e segurança, é o lugar da violência mais insuportável, posto que irradiada pelas pessoas com quem temos uma conexão afetiva maior ao menos nessa fase da vida (Quinalha, 2022, p. 22).

Aliado a isso, o fato de silenciar sobre esse grupo minoritário, bem como sobre sua existência na sociedade, contribui para a produção de DE que desumanizam as pessoas LGBTQIAPN+. Nesse sentido, contribui também para que se tornem, como de fato são, “os alvos preferenciais das pedagogias corretivas e das ações de recuperação ou de punição. Para eles e para elas a sociedade reservará penalidades, sanções, reformas e exclusões” (Louro, 2015b, p. 16).

O fato, ainda, de não serem reconhecidos enquanto sujeitos, nessa lógica, contribui para a não validação social dos diversos núcleos familiares constituídos por pessoas desse grupo

que, historicamente, sofrem violências, são postas às margens da sociedade e, inclusive, têm profundas dificuldades de terem acesso ao direito de constituir famílias, seja no âmbito civil, seja, principalmente, no âmbito religioso, conforme dados já apresentados.

5.2 FAMÍLIA AUTÊNTICA E SEXUALIDADE AUTÊNTICA: DOIS LADOS DA MESMA MOEDA?

O posicionamento do Papa Bento XVI é o mesmo da instituição da qual é chefe. É possível perceber no trecho em destaque, na subseção anterior, um paralelo entre o que ele classifica como “família autêntica” e o que o CIC classifica como “sexualidade autêntica”, quando condena a homossexualidade.

Nesse sentido, o mesmo Catecismo afirma que:

os atos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados. São contrários à lei natural. Fecham o ato sexual ao dom da vida. Não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira. Em caso algum podem ser aprovados (CIC, 1999, n. 1999).

Considerando que “os atos homossexuais são intrinsecamente desordenados”, é possível afirmar que a união pessoas LGBTQIAPN+, aqui silenciadas, só podem, dentro dessa lógica, constituir algo igualmente “desordenado”, ou seja, que está fora da ordem, da “normalidade”, constituindo-se, assim, como “anormal”, “pecaminoso”, “doente”, engendrando outro campo de DE – o da anormalidade.

Assim, ao fazer paralelo com o texto do CIC, especificamente quando esse afirma que as relações homoafetivas “não procedem de uma complementaridade afetiva e sexual verdadeira”, Bento XVI está afirmando que os corpos/sujeitos desviantes não podem, afetivamente falando, constituírem famílias, o que contribui para construção do DE da mentira. Nesse sentido, aquelas/les que desafiam e subvertem essas normas impostas estão vivendo uma mentira, uma vez que, “desordenados”, os atos homossexuais “fecham o ato sexual ao dom da vida” e, por esse motivo, “em caso algum podem ser aprovados”.

Vale ressaltar que, conforme já aponte, historicamente, os posicionamentos de instituições como a medicina, a psiquiatria, a psicologia e a Igreja construíram discursos que inseriram (e em muitos casos ainda inserem) as sexualidades dissidentes no campo daquilo que socialmente é considerado “patológico”, “pecaminoso”, “abjeto”. São campos discursivos em deslocamento que geram os mesmos DE, reforçando uma lógica do não natural, não humano,

não correto. Nessa perspectiva, esses discursos podem acarretar, inclusive falsas percepções por parte dos sujeitos em relação a si mesmos, uma vez que, segundo postula Bakhtin (2011),

tomo consciência de mim, originalmente, através dos outros: deles recebo a palavra, a forma e o tom que servirão para a formação original da representação que terei de mim mesmo (Bakhtin, 2011, p. 373-374).

Dizer que há uma “forma autêntica de família”, bem como de “sexualidade”, pode contribuir para a produção de DE em torno do que é “ser homem” ou “ser mulher”, do que é “ser pai” “ser mãe”, por exemplo, de maneira fechada, conclusiva, homogênea. Podemos perguntar que interesse há nesse controle de sentidos, e fica fácil de refletir sobre essa lógica considerando que é a partir do controle que se estabelece o poder de uns em detrimento de outros; no caso de nossa sociedade, muito atrelado às concepções do capitalismo e neoliberalismo.

Essa ideia se completa quando o referido Papa afirma “o homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano” (linhas 14 a 16). Nesse sentido,

haveria apenas um modo adequado, legítimo, normal e masculinidade e de feminilidade e uma única forma sadia e normal de sexualidade, a heteronormatividade; afastar-se desse padrão significa buscar o desvio, sair do centro, tornar-se excêntrico (Louro, 2022, p. 46).

Desse modo, DE como “isso não é jeito de homem” e “mulher não deve se comportar dessa maneira”, presentes na sociedade, encontram sustentação em afirmações como as feitas pelo referido Papa. Nesse sentido, defendo com Goellner (2013) que

pensar o corpo como algo produzido na e pela cultura é, simultaneamente, um desafio e uma necessidade. Um desafio porque rompe, de certa forma, com o olhar naturalista sobre o qual muitas vezes o corpo é observado, explicado, classificado e tratado. Uma necessidade porque ao desnaturalizá-lo revela, sobretudo, que o corpo é histórico. Isto é, mais do que um dado natural cuja materialidade nos presentifica no mundo, o corpo é uma construção sobre a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas, grupos sociais, étnicos, etc. Não é, portanto, algo dado a priori nem mesmo é universal: o corpo é provisório, mutável e mutante, suscetível a inúmeras intervenções consoante o desenvolvimento científico e tecnológico de cada cultura bem como suas leis, seus códigos morais, as representações que cria os corpos, os discursos que ele produz e reproduz (Goellner, 2013, p. 30).

Como segundo exemplo de análise, apresento abaixo a análise de um trecho do Discurso do Papa Bento XVI ao Corpo Diplomático, acreditado junto da Santa Sé para a apresentação dos bons votos de ano novo, em janeiro de 2007:

2ª análise – Recorte do Discurso do Papa Bento XVI ao corpo diplomático acreditado à Santa Sé para apresentação dos bons votos de ano novo

1. (...) Como não se preocupar com os contínuos atentados contra a vida, desde a
 2. concepção até à morte natural? Não evitam estes **atentados** nem sequer regiões nas
 3. quais a cultura do respeito da vida é tradicional, como em África, onde se tenta
 4. banalizar sub-repticiamente o aborto, através do Protocolo de Maputo, assim como
 5. através do Plano de acção adoptado pelos Ministros da saúde da União Africana, que
 6. em breve será submetida à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.
 7. De igual modo **desenvolvem-se as ameaças contra a estrutura natural da família,**
 8. **fundada sobre o matrimônio de um homem e de uma mulher, e as tentativas de a**
 9. **relativizar conferindo-lhe o mesmo estatuto de outras formas de união**
 10. **radicalmente diferentes. Tudo isto ofende a família e contribui para a**
 11. **desestabilizar, violando a sua especificidade e o seu papel social único.** Outras
 12. formas de agressão à vida são por vezes cometidas sob forma de pesquisa científica.
 13. Difunde-se a convicção de que a pesquisa se submete apenas às leis que ela se deseja
 14. dar e que não tem outros limites a não ser as próprias possibilidades. Isto verifica-se,
 15. por exemplo, nas tentativas de legitimar a clonagem humana para hipotéticas 16.
 finalidades terapêuticas (...). (Bento XVI, 2007, p. 2).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Retomando o movimento iniciado na introdução da análise anterior, gostaria de chamar a atenção para o fato de o Papa Bento de XVI ter se destacado no meio católico como um “guardião da fé”.

Nesse sentido, mesmo antes de sua ascensão ao maior posto da hierarquia eclesial, durante décadas, ele foi Prefeito da Congregação para Doutrina da Fé⁴², antigo “Tribunal do Santo Ofício”, também chamado de “Santa Inquisição”, um grupo de instituições que fazem parte do sistema jurídico da ICR que, conforme explicitado na seção 3 desse trabalho, foi responsável por julgar, condenar, aplicar penas àquelas/es consideradas/os dissidentes da fé católica, dos costumes por ela impostos, bem como das moralidades e comportamentos sexuais

⁴² Martel (2019) observa que “a Congregação para a Doutrina da Fé foi chamada durante muito tempo de o Santo Ofício, estando a seu cargo a lamentavelmente célebre Inquisição e o seu famoso Index, a lista dos livros censurados ou proibidos. Esse Ministério do Vaticano continua hoje em dia, tal como o seu nome indica, fixando a doutrina e definindo o bem e o mal. Sob João Paulo II, esse dicastério estratégico, o segundo por ordem protocolar, após a Secretaria de Estado, era dirigido pelo cardeal Joseph Ratzinger. Foi ele que pensou e promulgou a maioria dos textos contra a homossexualidade e examinou a maior parte dos processos de abusos sexuais na Igreja” (Martel, 2019, p. 253).

considerados desviantes (Trevisan, 2018; Mott, 2023).

Desse modo, quando eleito Papa, Bento XVI mantém o discurso e a postura que defendia enquanto bispo e cardeal, dessa vez com a prerrogativa e o poder inerentes ao cargo que passou a ocupar. Em acréscimo, também é válido pontuar mais uma vez que a relação da ICR com o prazer e a liberdade sexual sempre foi problemática⁴³ e suscitou grandes debates por parte de filósofos, teólogos e doutores da Igreja, de modo que, por volta do ano 1300, as relações sexuais dentro do casamento (entre um homem e uma mulher, no sentido biologizante dos termos) para fins procriativos foram consideradas “sem pecado” por Santo Agostinho; o mesmo vale para relação sexual por obrigação, a pedido do outro cônjuge. Já as relações sexuais com objetivo que não fossem procriativos, por puro prazer, foram consideradas, tanto por Santo Agostinho, quanto por São Tomás de Aquino, “pecado venial e, sob certas circunstâncias como pecado mortal” (Ranke-Heinemann, 2019, p. 291).

As considerações ora apresentadas são necessárias para o entendimento da rede de sentidos que giram em torno do conceito “família”, compreendida pela ICR como uma, imutável, perene, desejo de Deus, única de ser aceita na sociedade. Essa compreensão, conforme visto, ultrapassa séculos, de modo que chega à contemporaneidade produzindo discursos que geram preconceito, violência e segregação, tanto no âmbito social quanto no que diz respeito ao acesso a direitos por parte daquelas/es que não se enquadram dentro do padrão de familiar apresentado e validado.

5.3 FAMÍLIA SOB OFENSAS E AMEAÇAS

O discurso de Bento XVI do início do seu pontificado parece não diferir, de nenhum modo, num primeiro momento, das posições assumidas discursivamente por ele no começo do seu governo. Aqui, mais uma vez aparece a ideia de que a família nuclear está sendo ameaçada. Assim, em consonância ao que apontam as linhas 7 e 8, “**desenvolvem-se as ameaças contra a estrutura natural da família, fundada sobre o matrimônio de um homem e de uma mulher**” (Bento XVI, 2007, p. 2, grifo meu).

Considerando o significado do verbo “ameaçar”, conforme Ferreira (2010, p. 40), no Dicionário de Língua Portuguesa Aurélio, encontramos registrado:

- 1) dirigir ameaça(s);
- 2) por em perigo;

⁴³ A esse respeito, Ranke-Heinemann (2019) chama atenção para o fato que a seção 8 do Catecismo Romano, “Sobre o Sacramento do Matrimônio”, começar “dizendo que seria na realidade desejável que todos os cristãos não se casassem, que todos desajassem empenhar-se pela virtude da continência, pois os crentes não encontram nada mais abençoado nesta vida do que o espírito, sem serem distraídos pelas preocupações mundanas e depois de acalmarem e subjugarem todos os prazeres da carne firmarem-se unicamente no zelo da santidade e na contemplação das coisas celestiais” (Ranke-Heinemann, 2019, p. 297).

3) estar na iminência de.

O discurso de Bento XVI traz a ideia de que a família – constituída a partir de uma estrutura natural e pautada no sacramento do matrimônio, conferido pela Igreja – está sob ameaça. Assim, a Igreja não se vê ameaçadora daqueles que constituem outras formas de família, pelo contrário. Discursivamente, *é/são a/o(s) outra/o(s), aquelas/es (a) que compõem “outras formas de união radicalmente diferentes”, que investem contra a “estrutura natural da família, fundada sobre o matrimônio de um homem e de uma mulher”*. Mais uma vez, é possível perceber a presença do discurso belicoso, o discurso que diz, com outras palavras, estamos em guerra, precisamos nos defender.

Os questionamentos que faço, diante disso, são:

a) como pensar na construção duma sociedade minimamente justa e igualitária, na qual todas as pessoas tenham pleno acesso aos direitos civis e constitucionais, quando se nega à grande parte da população o direito de ser quem se é e existir?;

b) que tipo de “ameaça” poderia haver no fato de sujeitos poderem, livremente, perante a sociedade e o Estado, constituírem famílias pautadas no respeito e no afeto, a exemplo daquelas/es que formam famílias nucleares?;

c) como pensar na redução, ou, mais ainda, na erradicação dos mais variados tipos de violências impingidas contra a população LGBTQIAPN+, quando, há séculos, o discurso institucional cristão católico, conforme já pontuei, nos coloca compulsoriamente no lugar “pecaminosos”, “desordenados”, “diabólicos”, “inimigos da família natural”?

Não pretendo esgotar os questionamentos ou apontar culpados para as problemáticas aqui discutidas, tampouco é esse o objetivo do meu estudo. No entanto, é preciso dizer que, na construção discursiva explicitada acima, encontra-se o outro (o excêntrico, o anormal) que ameaça e se opõe à suposta “estrutura natural de família” (o centro). Posicionamento como esse produz DE como o da naturalidade da família, por exemplo, em detrimento daquelas que são “radicalmente diferentes”, inventadas. Nesse contexto, defendo com Louro (2022) que importante

é reconhecer que isso se constitui numa ficção. A universalidade e a estabilidade deste lugar central resultam de uma história que tem sido constantemente reiterada – e por isso parece tão verdadeira – do mesmo modo que a posição do ex-cêntrico não passa de uma elaboração que integra esta mesma história (Louro, 2022, p. 45).

Ainda na defesa da ideia de que há uma suposta “estrutura natural de família”, o discurso do referido Papa insere esse modelo (único e verdadeiro) no lugar de quem está sofrendo uma

espécie de vilipêndio, pois, conforme pode ser observado nas linhas 10 e 11, “tudo isto ofende a família e contribui para a desestabilizar, violando a sua especificidade e o seu papel social único”.

Ora, dizer que a chamada família natural está sendo “violada” pelo simples fato de existirem outros tipos de família que diferem dela, é afirmar que um tipo de família está sofrendo violência, por isso precisa se defender, talvez atacando. Assim, discursos como são graves e produzem outros discursos e práticas violentas, sobretudo em países como o Brasil, que ocupa pelo 14º ano consecutivo o primeiro lugar entre aqueles que mais matam a população LGBTQIAPN+ no mundo, conforme já afirmei. Desse modo, nesse ciclo de violência que se inicia discursivamente,

na hierarquia social no patriarcado capitalista e supremacista branco, os homens são os poderosos e as mulheres as que carecem de poder; os adultos são os poderosos, as crianças as que carecem de poder; as pessoas brancas as poderosas, as negras e não brancas as que carecem de poder. Nesse contexto, qualquer partido que ocupe o poder provavelmente fará uso da força para se manter no poder caso se veja ameaçado ou desafiado (Hooks, 2019, p. 177).

A estrutura e o funcionamento social acima descritos, possibilitados pelo patriarcado, permitem a operacionalização de um sistema opressivo e violento, através do qual determinadas classes, na escala social, subjugam outras. Nesse sentido, conforme apontam Melo e Borges (2019),

é pelo discurso que construímos as práticas sociais, legitimamos certas vidas, deslegitimamos outras, elegemos ou contestamos certas naturalizações da posição/colocaçãosocial de alguns corpos e de saberes hegemônicos, legitimamos certas existências de umas pessoas em detrimento às existências de outras” (Melo; Borges, 2019, p. 4)

Assim, no contexto em questão, isso pode se dar, inicialmente, através da construção de DE dominantes e autoritários, sempre ideologicamente marcados. Desse modo, conforme Bakhtin (2010a), os sistemas ideológicos

constituídos da moral social, da ciência, da arte e da religião cristalizam-se a partir da ideologia do cotidiano, exercem por sua vez, em retorno, uma forte influência e dão assim o tom a essa ideologia. Mas ao mesmo tempo, esses produtos ideológicos constituídos conservam constantemente um elo orgânico com a ideologia do cotidiano; alimentam-se de sua seiva, pois fora dela morrem, assim como morrem, por exemplo, a obra literária acabada ou a ideia cognitiva se não são submetidas a uma avaliação crítica viva (Bakhtin, 2010a, p. 123).

O modo como os DE encontrados nas declarações do Papa Bento XVI se constroem em torno da família pode ser explicitado da seguinte maneira:

- a) surge a partir de um projeto divino, portanto é o único modelo possível;
- b) é fundada a partir duma suposta estrutura natural, o que lhe confere o status de inquestionável;
- c) ocorre unicamente dentro do sacramento do matrimônio, ou seja, necessita da Igreja para ser ratificada religiosa e socialmente;
- d) não pode ser comparada às “outras formas de união, radicalmente diferentes”, o que constitui uma ofensa, desestabilizando e violando suas especificidades; e
- e) está sob ataque.

Feitas essas considerações, parto agora para a terceira análise e, posteriormente, para a (in)conclusão. Dessa vez, analiso trechos da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* – sobre o amor na família, do Papa Francisco, fechando, assim, aquilo que me propus a fazer nessa parte do trabalho.

3ª análise – Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* – Sobre o Amor na Família

No catolicismo, logo após o conclave – votação na qual os cardeais elegem um Papa – é comum que a atenção do mundo inteiro, não apenas a dos cristãos católicos, se volte primeiro à escolha do nome e, depois, para a publicação do primeiro texto de autoria do novo chefe da Igreja; esses gestos costumam sinalizar, por sua vez, como será o governo da Igreja até a eleição de um novo pontífice.

Nesse sentido, antes de iniciar a análise da Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, convém chamar a atenção para o nome escolhido pelo Papa, a fim de contextualizar os sentidos identitários⁴⁴ advindos desse ato. Entendo, como já exposto mais acima, que

as identidades parecem fixas e sólidas apenas quando vistas de relance, de fora. A eventual solidez que pode ter quando contemplada de dentro da própria experiência biográfica parece frágil, vulnerável e constantemente dilaceradas por forças que expõem sua fluidez e por contracorrentes que ameaçam fazê-la em pedaços desmanchar qualquer forma que possa ter adquirido (Bauman, 2001, p. 98).

Francisco tem surpreendido o mundo desde a sua eleição, em março de 2013. Primeiro latino-americano a assumir o comando da ICR, Bergoglio parece querer anunciar, desde a

⁴⁴ Souto Maior e Luz (2019, p. 8) defendem que as identidades “sofrem transformações ao longo do tempo em virtude de sua estreita relação como as modificações do contexto sócio-histórico-econômico”. Nessa ótica, “no contexto da sociedade pós-moderna, características como o consumismo exagerado, instabilidade do mercado, transformações e tendências tecnológicas, quebra de fronteiras, motivadas pela globalização e pelo capitalismo, contribuem para as transformações na forma como o sujeito se vê no mundo, dando lugar a uma noção de incompletude (Souto Maior; Luz, 2019, p. 7).

escolha do seu nome, que pretende trazer mudanças discursivas/e de ação para a bimilenar instituição que, a partir daquele momento, estará sob seu comando. A esse respeito, Emiliano *et al.* (2022) aponta que

a escolha do nome ‘Francisco’ não se deu por acaso e constitui a rede de sentidos aqui analisada, pois São Francisco de Assis, o homenageado por Bergoglio, é conhecido pela abnegação, simplicidade, por ter ‘reconstruído’ e trazido novos ares à Igreja Católica de sua época, marcada pela corrupção e pela decadência do clero. Francisco era também aquele que chamava de ‘irmãos’ a todas as criaturas: sol, água, terra, lua, pedra etc. Ele não assumia uma postura superior por ser humano, mas se via igual a todas as criaturas (Emiliano *et al.*, 2022, p. 99).

A eleição de Bergoglio se dá num contexto de crise dentro da Igreja. Seu antecessor, o Papa Bento XVI, renuncia ao mais alto cargo na hierarquia eclesial num momento em que, mais uma vez, a ICR está envolta em escândalos de ordem moral, a exemplo da eclosão dos casos de pedofilia em várias dioceses ao redor mundo – sobretudo na América Latina –, dos casos de corrupção envolvendo o Instituto para Obras de Religião (IOR) – comumente conhecido como Banco do Vaticano –, bem como do vazamento de documentos confidenciais do Papa Bento XVI por parte de Paolo Gabriele, seu mordomo⁴⁵.

Assim, nesse contexto, a escolha do nome “Francisco”, por parte de Bergoglio, institui um certo sentido identitário pretendido que, em conjunto com os discursos proferidos, encadeiam uma série de elementos que visam a uma intencionalidade discursiva na rede dialógica ali instituída com aqueles acontecimentos. Desse modo, quando toma para si esse nome, Bergoglio aponta para esse “caminho” que direciona o olhar ao acolhimento fraterno das “criaturas”, sem julgamentos. Além disso, parece sinalizar para a necessidade de (re)direcionamento da Igreja, marcada pela perseguição ao grupo LGBTQIAPN+.

Diferente do seu predecessor, Francisco tem se voltado a temas que, para além das questões religiosas e dogmáticas, envolvem questões sociais. Na Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium*, por exemplo, primeiro texto publicado depois de sua eleição, ele propõe a necessidade de uma “transformação missionária da Igreja”, a partir daquilo que denomina “alguns desafios do mundo atual”. Nesse sentido, ele propõe que a Igreja e a sociedade precisam se opor, combater e dizer “não” a:

- a) “uma economia da exclusão”;
- b) “à nova idolatria do dinheiro”;
- c) “a um dinheiro que governa em vez de servir”;

⁴⁵ Conferir: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2012/05/120526_mordomo_papa_preso_is.

d) “à desigualdade social que gera violência”.

Assim, ele afirma que os cristãos insistem na proposta de reconhecer o outro, de estreitar laços, de construir pontes no sentido de combater um estilo de vida que “debilita o desenvolvimento e a estabilidade de vínculo entre as pessoas”, advindos do “individualismo pós-moderno e globalização” (Francisco, 2013, p. 59).

Nessa mesma linha, outros textos⁴⁶ de sua autoria também apontam para a construção uma sociedade com termos que incluem justiça e fraternidade, na qual o cuidado com a natureza e cooperação entre os povos são apontados como possíveis caminhos para se alcançar este intento.

Dito isso, apresento a terceira análise do texto proposto, extraído da Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia*, a qual será dividida em dois blocos.

1.A Igreja conforma o seu comportamento ao do Senhor Jesus que, num amor sem 2. fronteiras, se ofereceu por todas as pessoas sem exceção. Com os Padres sinodais, 3. examinei a situação das famílias que vivem a experiência de ter no seu seio pessoas 4 com tendência homossexual, experiência não fácil nem para os pais nem para os 5. filhos. Por isso desejo, antes de mais nada, reafirmar que cada pessoa, 6. independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua 7. dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar «qualquer sinal de 8. discriminação injusta» e particularmente toda a forma de agressão e violência. Às 9. famílias, por sua vez, deve-se assegurar um respeitoso acompanhamento, para que 10. quantos manifestam a tendência homossexual possam dispor dos auxílios 11. necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua 12. vida. 13. No decurso dos debates sobre a dignidade e a missão da família, os Padres sinodais 14. anotaram, quanto aos projetos de equiparação ao matrimónio das uniões entre 15. pessoas homossexuais, que não existe fundamento algum para assimilar ou 16. estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o 17. desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família. É «inaceitável que as Igrejas 18. locais sofram pressões nesta matéria e que os organismos internacionais 19. condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis que 20. instituem o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo».

21. As famílias monoparentais têm frequentemente origem a partir de «mães ou pais 22. biológicos que nunca quiseram integrar-se na vida familiar, situações de violência 22. em que um dos progenitores teve de fugir com seus filhos, morte de um dos pais, 24. abandono da família por um dos progenitores e outras situações. Seja qual for a 25. causa, o progenitor que vive com a criança deve encontrar apoio e conforto nas 26.

⁴⁶ Trago como exemplo a Carta Encíclica *Fratelli Tutti* (2020) – Sobre a fraternidade e a amizade social, a Exortação Apostólica *Evangelii Gaudium* – Alegria do Evangelho, na qual o Papa, além de criticar alguns comportamentos por parte do clero e de sugerir a descentralização do poder na Igreja, faz duras críticas aos sistemas políticos e financeiros que, segundo suas próprias palavras geram injustiça e exclusão social, a encíclica *Laudato si* - Sobre o cuidado com a casa comum, e a Exortação Apostólica Pós-sinodal *Querida Amazônia*.

outras famílias que formam a comunidade cristã, bem como nos organismos 27. pastorais paroquiais. Além disso, estas famílias são muitas vezes afligidas pela 28. gravidade dos problemas económicos, pela incerteza dum trabalho precário, pela 29. dificuldade de manter os filhos, pela falta duma casa» (Francisco, 2022).

Fonte: Elaboração própria (2024).

Em sua primeira viagem após ser eleito, quando questionado pela jornalista Ilze Scamparini a respeito de como enfrentaria o chamado “lobby gay”, Francisco responde: “(...) se uma pessoa é gay e procura Jesus, e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-la? O catecismo diz que não se deve marginalizar essas pessoas, devem ser integradas à sociedade. Devemos ser irmãos” (G1, 2013).

Desde o início do seu pontificado, Francisco não tem se furtado a tocar no tema “homossexualidade”. Também tem se mostrado, discursivamente, ao contrário dos seus predecessores, mais aberto à discussão da temática, bem como à acolhida da população LGBTQIAPN+. Recentemente, por exemplo, tomando como base os posicionamentos presentes na Exortação Apostólica Pós-sinodal *Amoris Laetitia* – Sobre o Amor na Família, o Dicastério Para a Doutrina da Fé, órgão do Vaticano responsável por estabelecer o que é ou não permitido na doutrina católica, respondeu afirmativamente, quando questionado por um bispo brasileiro, que pessoas transexuais podem receber o sacramento do batismo, ser padrinhos ou madrinhas de batismo e testemunhar oficialmente o sacramento de matrimônio⁴⁷, uma novidade que causou espanto entre os católicos e não católicos, considerando o posicionamento e perseguição histórica por parte da igreja a respeito da população LGBTQIAPN+.

Em outra ocasião, em dezembro de 2023, o Vaticano publicou uma declaração doutrinária permitindo que padres administrem bênção a casais homoafetivos que vivem em “situação irregular”, segundo as regras da Igreja⁴⁸.

Os posicionamentos trazidos acima, embora não sejam o principal objetivo desse estudo, parecem apontar para uma possível e discreta mudança de paradigma no discurso e nas práticas da ICR em relação à população LGBTQIAPN+. No entanto, embora considere

⁴⁷ Conferir o documento “Respostas a algumas questões de S.E. Dom José Negri, Bispo de Santo Amaro, acerca da participação aos sacramentos do Batismo e do Matrimônio por parte de pessoas transexuais e de pessoas homoafetivas”. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddd_20231031-documento-mons-negri_po.pdf.

⁴⁸ Conferir Declaração *Fiducia Supplicans* – Sobre o significado pastoral das bênçãos. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_ddd_doc_20231218_fiducia-supplicans_en.html.

importante tudo que expus até aqui em relação às possíveis mudanças no diz respeito à população anteriormente citada, é preciso fazer algumas considerações.

Nos trechos da Exortação Apostólica apresentada, de autoria do Papa Francisco, destacamos, para esse primeiro bloco de análise, os seguintes pontos:

a) inicialmente encontra-se a afirmação de que o comportamento da Igreja é conformado ao comportamento de Jesus (linha 1);

b) Francisco defende que, no contexto familiar, “não é fácil nem para os pais nem para os filhos”, vivenciarem a experiência da homossexualidade (linhas 3 a 5);

c) Francisco afirma que deseja, “antes de tudo, reafirmar que cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito, procurando evitar todo sinal de discriminação injusta e particularmente toda a forma de agressão e violência” (linhas 5 a 8);

d) Francisco defende que se deve assegurar “respeitoso acompanhamento” para que aqueles que manifestem o que ele chama de “tendência homossexual possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida” (linhas 9 a 12).

Dizer que o posicionamento e/ou comportamento Igreja está em conformidade com o comportamento “do Senhor Jesus”, confere ao dizer do Papa Francisco a autoridade daquele que fala e age *in persona Christi* (na pessoa de Cristo), em nome de Deus; portanto, estaria, além de correto, pelo fato de estar sendo expressado pelo representante de Deus na Terra, inquestionável. Aí encontra-se a construção do DE da autoridade papal, conferida por Deus.

Ao afirmar que não é fácil (no contexto da família heterossexual), tanto para os pais quanto para os filhos, conviverem com a questão da homossexualidade, Francisco reafirma o DE de que é difícil lidar com homossexualidade, ou seja, não é uma realidade fácil de ser vivenciada pelas famílias, socialmente, e isso é corroborado mais adiante quando ele defende que, independentemente da orientação sexual, cada pessoa precisa ser respeitada.

Ademais, chama a atenção o fato de o Papa, num movimento interdiscursivo com CIC, afirmar que se deve procurando evitar “todo sinal de discriminação injusta e particularmente toda a forma de agressão e violência”. Diante disso, pergunto: haveria alguma forma de discriminação justa para com alguém ou algum grupo social? Se sim, a quem deveria ser direcionada? E qual seria a “vontade de Deus” quando o mesmo Papa defende que aqueles que “manifestam a tendência homossexual possam dispor dos auxílios necessários para compreender e realizar plenamente a vontade de Deus na sua vida”?

Considerando o posicionamento da ICR há séculos, bem como o documento ao qual o Papa faz referência, é possível afirmar que “a vontade de Deus” seria, para com os LGBTQIAPN+, que eles não vivessem sua sexualidade, se recolhessem à “castidade” para não incorrer em “pecado”, afastando-se, assim de Deus, uma vez que, de acordo com o que estabelece mesmo CIC,

as pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes de autodomínio, educadoras da liberdade interior, às vezes pelo apoio de uma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem se aproximar, gradual e resolutamente, da perfeição cristã (CIC, 1999, n. 2359, p. 611).

Partindo para o segundo bloco de análise, destaco os seguintes pontos:

a) Francisco, anuindo com os Padre Sinodais (aqueles que participaram do “Sínodo da família”) afirma que “não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família” (linhas 15 a 17);

b) Francisco, ainda nesse mesmo movimento, afirma que é “inaceitável que as Igrejas locais sofram pressões nesta matéria e que os organismos internacionais condicionem a ajuda financeira aos países pobres à introdução de leis que instituem o “matrimónio” entre pessoas do mesmo sexo” (linhas 17 a 20).

A noção de família defendida e reafirmada pelo Papa Francisco é a mesma concebida pela Igreja da qual ele é chefe. Embora ele tenha feito, discursiva e aparentemente, alguns movimentos de acolhida às pessoas LGBTQIAPN+, é preciso considerar, conforme anteriormente exposto, “que não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimónio e a família”. Desse modo, também é preciso dizer que, no contexto em questão, é generalizada e naturalizada uma forma de sexualidade que

funciona como referência para todo o campo e para todos os sujeitos. A heterossexualidade é concebida como ‘natural’ e também como universal e normal. Aparentemente supõe-se que todos os sujeitos tenham uma inclinação inata para eleger como objeto de seu desejo, como parceiro de seus afetos e de seus jogos sexuais alguém do sexo oposto. Consequentemente, as outras formas de sexualidade são constituídas como antinaturais, peculiares e anormais. É curioso observar, no entanto, o quanto essa inclinação, tida como inata e natural, é alvo da mais meticulosa, continuada e intensa vigilância, bem como do mais diligente investimento (Louro, 2015a, p. 16-17).

Não obstante considere importante que “cada pessoa, independentemente da própria orientação sexual, deve ser respeitada na sua dignidade e acolhida com respeito”, o posicionamento de Francisco, quando fala de maneira oficial, é o mesmo da Igreja. Muito embora, repito, ele tenha feito alguns movimentos que indicam uma possível mudança de paradigma na sociedade, sobretudo quando chancela algumas decisões do Vaticano, a exemplo das bênçãos às uniões homossexuais. No entanto, é preciso reafirmar que essas bênçãos não têm o mesmo significado social e eclesial que as equipare ao casamento, por exemplo.

Nesse sentido, as relações homossexuais, ainda assim, permanecem sendo consideradas “desordenadas”, embora essa expressão não seja por ele utilizada. Assim sendo, conforme exposto, “não existe fundamento algum para assimilar ou estabelecer analogias, nem sequer remotas, entre as uniões homossexuais e o desígnio de Deus sobre o matrimônio e a família”. Desse modo, discursivamente, as famílias que não são formadas a partir da configuração “pai, mãe e filhos”, no sentido biologizante, não fazem parte do “desígnio de Deus sobre o matrimônio e a família” (linhas 14 a 17).

Com efeito, é possível afirmar, com Trevisan (2018), que a ICR ainda reproduz pensamentos segundo os quais as relações sexuais têm como único objetivo a “procriação”, como era sustentado, por exemplo na Idade Média. Nessa perspectiva, assim como acontecia naquele período, ainda hoje o casamento é associado à ordem, à “normalidade”, enquanto que toda e qualquer manifestação de desejo/prazer que acontece fora dessa instituição e do propósito procriativo, é considerada luxúria, ou seja, pecado, desordem, imoralidade (Trevisan, 2018, p. 118), sobretudo quando se trata das pessoas LGBTQIAPN+.

Assim, esses DE “soam como regras ou verdades instituídas”

e trazem conceitos preconcebidos que podem oprimir, muitas vezes, as minorias socialmente destituídas de representação e/ou exploradas num contexto mercadológico perverso (Souto Maior, 2018, p. 136).

Essas verdades dizem respeito, por fim, àquilo que socialmente se relaciona à noção de sexualidade, família, regras comportamentais.

6 À GUIZA DE CONCLUSÃO

Antes de apresentar as conclusões desse estudo, considero importante retomar, de maneira resumida, aquilo que me propus a desenvolver ao longo dessa pesquisa. Logo após, num movimento de retomada das questões de pesquisa, procuro refletir acerca do que esse estudo representa para a sociedade.

Na primeira seção, denominada “Primeiras inquietações: encontro com as questões de gênero”, fiz uma descrição de como se deu meu encontro com as questões relacionadas a “gênero” e “homossexualidade”, a partir das instituições “Família”, “Escola” e “Igreja”, respectivamente. Para tanto, trouxe, em nível introdutório, algumas discussões a partir de Louro (2015a, 2015b, 2022) e Goellner (2013), que foram retomadas posteriormente, e relacionadas a outras discussões estabelecidas por outras/os autoras/es que estudam a temática. Desse modo, relatei meu percurso de descobertas/tomada de consciência da existência das questões de gênero, como parte constituinte das identidades dos sujeitos e da minha própria. Dando seguimento, realizei um resgate memorialístico de como se deram os primeiros contatos com as referidas questões, a partir das instituições “Família”, “Escola” e “Igreja”, respectivamente, bem como da literatura, através dos textos de Caio Fernando Abreu.

Além disso, relatei como se deu minha formação escolar/acadêmica. Porém, antes disso, fiz uma breve discussão a respeito dos aspectos sociais da educação brasileira. Entremeando memória e história, situei o leitor acerca do ambiente escolar/familiar que “costuram” minha história com o fio da palavra, colocada em lugar de destaque no ambiente onde eu vivia.

Na segunda seção, discuti a respeito da constituição da LA enquanto área de conhecimento. Também apresentei algumas das principais características da LA contemporânea que dialogam com esse estudo na contemporaneidade, bem como sua atuação política. Além disso, tracei um panorama das noções, mesmo que breve, de “língua”, “língua” e “discurso”, a partir do que propõem autores/as como Bakhtin (2010a, 2010b), Cunha *et al.* (2010), Petter (2011), Orlandi (2009), Fiorin (2013), dentre outros/as.

A fim de situar o/a leitor/a, também apresentei um percurso histórico acerca do interesse humano pela linguagem, bem como acerca dos distintos modos como língua e linguagem eram compreendidas em diferentes épocas e culturas, até tornar-se ciência autônoma. Logo mais, ainda na mesma seção, apresentei as concepções de língua, linguagem e discurso, constructo teórico que embasam esse estudo, e discuti acerca da concepção dialógica de língua a partir de Bakhtin (2010a), Brait (2005), Souto Maior (2023a). Para finalizar a seção, discuti acerca da noção de DE, a partir de Souto Maior (2009, 2023b).

A seção três foi dedicada à discussão acerca do papel da ICR no que diz respeito à vigilância, à punição e ao controle que ela exerce sobre os sujeitos/corpos, mais especificamente sobre as mulheres e a população LGBTQIAPN+.

Na quarta seção, dedicada à metodologia, apresentei, inicialmente, a pesquisa qualitativa e os estudos e perspectivas no campo da LA, a partir das contribuições de Fabrício (2006), Moita Lopes (2006), Souto Maior (2022, 2023a) e, posteriormente, trouxe os instrumentos da pesquisa, os quais serviram como suporte para realização da coleta dos dados. Ademais, apresentei as características dos estudos qualitativos de base interpretativista.

A quinta e última seção foi dedicada às análises do *corpus*, composto por dois discursos do Papa Bento XVI, e de trechos da Exortação Apostólica *Amoris Laetitia*, do Papa Francisco.

O trajeto apresentado acima, que corresponde ao desenvolvimento desse estudo, fez-me aprofundar as leituras referentes ao campo teórico da LA, área na qual me situo. Além disso, refletir acerca da dialogicidade da linguagem, bem como dos DE veiculados pela ICR através de seus líderes, ajudou a mudar a maneira como passei a compreender e a enxergar o mundo, quando me fez perceber que nada é natural, dado; pelo contrário, faz parte de uma construção ideológica e histórico-social.

No que diz respeito às questões norteadoras feitas no início desse trabalho, é possível responder que os discursos encontrados nos pronunciamentos oficiais dos referidos Papas acerca dos termos “família” e “homossexualidade” são os mesmos veiculados pela ICR, a saber:

- a) que a família é compreendida como uma instituição natural e divina;
- b) que só pode ocorrer dentro do “matrimônio”, instituído pela Igreja e por ela conferidos aos casais heterossexuais;
- c) que as outras constituições familiares sequer podem ser comparadas ao “matrimônio”, o que representaria uma ofensa;
- d) que os LGBTQIAPN+ constituem “o outro” (“estranho”, “desordenado”, “anormal”) em relação ao “nós” (“normais”, “sadios”).

Em relação à segunda pergunta, é possível afirmar que os DE sobre gênero e sexualidade encontrados no recorte proposto são:

- a) DE da anormalidade, em oposição à “anormalidade”;
- b) DE da autenticidade, em oposição ao que “não é autêntico”;
- c) DE da naturalidade, em oposição ao “antinatural”;
- d) DE da verdade, em oposição àquilo que se constitui como “mentira”.

Considero importante pontuar, conforme o fiz ao longo deste estudo, que os discursos veiculados na sociedade, seja por pessoas seja por instituições, são carregados de ideologias e posicionamentos. Tratando especificamente do discurso religioso, esses contribuem significativamente para moldar, ratificar comportamentos, rechaçar, acolher, forjar maneiras e práticas de vivencia que podem validar quais vidas/sujeitos merecem viver, ser validadas, bem como quais serão silenciadas, subalternizadas, banidas da sociedade. A vulnerabilização a qual a população LGBTQIAPN+ é exposta diariamente nos lares, nas ruas, bem como os mais variados tipos de violências que nos atingem são, muitas vezes oriundos dos discursos produzidos pela ICR, conforme mostrei.

Considerando que os discursos formulados pelos referidos Papas repercutem na maioria das sociedades do mundo, no que se refere às possíveis implicações de sentidos formulados por esses DE para a construção das vivências das pessoas ou das práticas sociais de interação na contemporaneidade, é possível dizer que esses discursos, além de preconceituosos, fomentam violência e morte.

Diante disso, a relevância de pesquisas como essa se dá justamente porque, além de refletir como se constroem e constituem os discursos religiosos na sociedade, desnaturaliza o modo de pensar que fomenta preconceito e segregação, sobretudo em sociedades como a nossa, em que pessoas são agredidas e mortas diariamente, simplesmente, pelo fato de pertencerem à comunidade LGBTQIAPN+. Além disso, estudos como esse nos fazem pensar que tipo de sociedade está sendo construída, sobretudo para as/os jovens que ainda hoje sofrem *bullying* nas escolas e são agredidas/os na sociedade.

Penso que somente uma educação libertária, na qual não existam oprimidos e opressores, pautada nos Direitos Humanos e que possibilite o reconhecimento dos sujeitos em sua completude, bem como da sua dignidade, são caminhos para superar as mais diversas formas de opressão, exclusão e violência. É preciso pontuar, por fim, que o respeito a nós - da comunidade LGBTQIAPN+ - deve extrapolar o falso discurso do acolhimento, que mascara práticas de exclusão e fomenta o ódio. Desse modo, todes/os/as vislumbraremos um mundo livre de preconceito e exclusão, em que o direito de sermos quem somos seja uma realidade e não um sonho utópico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Caio Fernando. **Pequenas epifanias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edgraf Ltda., 2012.
- ABRUNHOSA, Pedro. Balada de Gisberta. *In*: BETHÂNIA, Maria. **Amor Festa Devoção**. Rio de Janeiro: Biscoito Fino - Sarapuí Produções Artística, 2010.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Linguística Aplicada, Ensino de Línguas e comunicação**. São Paulo: Pontes Editores e ArteLíngua, 2005.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (Coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 14. ed. São Paulo: HUCITEC, 2010a.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Para uma filosofia do ato responsável**. São Paulo: Pedro & João Ed., 2010b.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailovich. **Estética da criação verbal**. Tradução: Paulo Bezerra. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2011.
- BARROS, Diana. Contribuições de Bakhtin às teorias do Discurso. *In*: BRAIT, Beth. **Bakhtin: dialogismo e construção do sentido**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- BENTO XVI, Papa. **Discurso do Papa Bento XVI ao corpo diplomático acreditado à Santa Sé para apresentação dos bons votos de ano novo**. 2007. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2007/january/documents/hf_ben-xvi_spe_20070108_diplomatic-corps.html. Acesso em: 12 set. 2023.
- BENTO XVI, Papa. **Discurso do papa Bento XVI à Cúria Romana na apresentação de votos natalícios**. 2012. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2012/december/documents/hf_ben-xvi_spe_20121221_auguri-curia.html. Acesso em: 03 ago. 2023.
- BENTO, Berenice. **Brasil, ano zero: estado, gênero e violência**. Salvador: EDUFBA, 2021.
- BERNARDINO, Matheo. **Gênero como modalidade existencial**. Rev. abordagem gestalt., Goiânia, v. 27, n. 1, p. 47-55, abr. 2021. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672021000100006&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 17 nov. 2024. <https://doi.org/10.18065/2021v27n1.5>.
- BETHÂNIA, Maria. **Mulheres do Brasil**. Compositora: Joyce Moreno. 1988. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=mh9KnGYGzd0>. Acesso em: 24 fev. 2024.

- BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.
- BOLA, JJ. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre: Dublinense, 2020.
- BORGES, Roberto Carlos da Silva; MELO, Glenda Cristina Valim de. **Quando a raça e o gênero estão em questão: embates discursivos em rede social**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 27, n. 2, e54727, 2019. Acesso em: 24 fev. 2024.
- BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. Tradução: Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2021.
- BRAIT, Beth. Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem. In: BRAIT, Beth. **Bakhtin**: dialogismo e construção do sentido. Campinas: Editora da UNICAMP, 2005.
- BRANDÃO, Junito de Souza. **Mitologia Grega**. Petrópolis: Vozes, 2015.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BUTLER, Judith. Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista. **Chão da Feira**, Caderno n. 78, p. 1-16, 2018. Disponível em: http://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2018/06/caderno_de_leituras_n.78-final.pdf. Acesso em: 13 set. 2023.
- CÂMARA JR., Joaquim Mattoso. **História da linguística**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- CARVALHO, Castelar de. **Para compreender Saussure**: fundamentos e visão crítica. Petrópolis: Vozes, 2003.
- CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- CITELLI, Adilson. **Linguagem e Persuasão**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1986.
- CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). **Catecismo da Igreja Católica**. São Paulo: Loyola, 1999.
- COLARES, Karen de Souza. **Antropologia do feminino em Gênesis**: uma nova construção a partir da hermenêutica de Elisabeth Schüssler Fiorenza. 2019. Dissertação (Mestrado em teologia) – Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, 2019.
- CUNHA, Maria Angélica Furtado da *et al.* Linguística. In: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.
- DELUMEAU, Jean. **História do medo no ocidente 1300-1800**: uma cidade sitiada. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- EMILIANO, Alexandre Ribeiro. **“Quem sou eu para julgar?”**: análise das declarações do Papa Francisco acerca da homossexualidade sob a perspectiva da Linguística Aplicada. 2021.

Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Estadual de Alagoas, União dos Palmares, 2021.

EMILIANO, Alexandre Ribeiro *et al.* Discursos envolventes nas declarações do Papa Francisco acerca da homossexualidade: construindo identidades na interface Estado e Igreja. **Polifonia**, [S. l.], v. 29, n. 54, p. 83-109, 2022. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/polifonia/article/view/15012>. Acesso em: 04 jul. 2023.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.

ESQUIVEL, Juan Cruz. **Iglesia Católica, política y sociedad**: un estudio de las relaciones entre la elite eclesiástica argentina, el Estado y la sociedad en perspectiva histórica. Buenos Aires: Programa Regional de Becas CLACSO, 2000.

FABRÍCIO, Branca Falabella. Linguística Aplicada como espaço de desaprendizagem: redescrições em curso. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

FARACO, Carlos Alberto. **Linguagem e diálogos**: as ideias do Círculo de Bakhtin. São Paulo: Parábola, 2009.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da Língua Portuguesa**. 4. ed. Curitiba: Positivo, 2010.

FIORIN, José Luiz. Linguagem humana: do mito à ciência. *In*: FIORIN, José Luiz (Org.). **Linguística? Que é isso?**. São Paulo: Contexto, 2013.

FISCHER, Steven Roger. **História da Escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 41. ed. Tradução: Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 2013.

FRANCISCO, Papa. **Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social. São Paulo: Paulus, 2020.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Pós-sinodal Amoris Laetitia** - sobre o amor na família. São Paulo: Loyola, Paulus, 2022.

FREITAS, Maria Teresa. A perspectiva sócio-histórica: uma visão humana da construção do conhecimento. *In*: FREITAS, Maria Teresa; JOBIM E SOUZA, Solange; KRAMER, Sônia. (Orgs.). **Ciências Humanas e Pesquisa**: leituras de Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2007.

G1. Papa Francisco fala sobre gays e ganha manchetes pelo mundo. **G1**. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2013/07/Papa-francisco-fala-sobre-gays-e-ganha-manchetes-pelo-mundo.html>. Acesso em: 01 ago. 2024.

GNERRE, Maurízzio. **Linguagem escrita e poder**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GODOY, Arlinda Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **RAE - Revista de Administração de Empresas**, [S. l.], v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 22 mar. 2024.

GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção Cultural do Corpo. *In*: GOELLNER, Silvana Vilodre *et al.* **Corpo, Gênero e Sexualidade**: um debate contemporâneo. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

GRUPO DIGNIDADE. Observatório 2023 de Mortes Violentas de LGBTQ+ no Brasil. **Grupo Gay da Bahia**. 2023. Disponível em: <https://cedoc.grupodignidade.org.br/2024/01/19/2023-de-mortes-violentas-lgbt-no-brasil-ggb/>. Acesso em: 17 fev. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2020.

HOOKS, bell. **Teoria Feminista**: da margem ao centro. Tradução: Reiner Patriota. São Paulo: Perspectiva, 2019.

HOMEM, Wagner. **Histórias de canções**: Chico Buarque. São Paulo: Leya, 2009.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2024**. Rio de Janeiro: IBGE, 2024.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. Introdução - Homofobia nas escolas: um problema de todos. *In*: JUNQUEIRA, Rogério Diniz. (Org.). **Diversidade sexual na educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **A invenção da “ideologia de gênero”**: um projeto reacionário de poder. Brasília: LetrasLivres, 2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. São Paulo: Cultrix, 2019.

LESSA, Sérgio. **Abaixo a Família Monogâmica!**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LISPECTOR, Clarice. **Todas as crônicas**. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. *In*: LOURO, Guacira Lopes (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015a.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho** – ensaios sobre a sexualidade e teoria *queer*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2015b.

LOURO, Guacira Lopes. Currículo, gênero e sexualidade - O “normal”, o “diferente” e o “excêntrico”. *In*: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOULLNER, Silvana. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. Petrópolis: Vozes, 2022.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Irene. Gêneros discursivos. *In*: BRAIT, Beth (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. São Paulo: Contexto, 2012.

MARTEL, Frédéric. **No armário do Vaticano: poder, hipocrisia e homossexualidade**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2019.

MARTELOTTA, Mário Eduardo da. Conceitos de gramática. *In*: MARTELOTTA, Mário Eduardo da (Org.). **Manual de linguística**. São Paulo: Contexto, 2010.

MATOS, Doris. Olhares outros. *In*: MATOS, Doris. **Suleando conceitos e linguagens: decolonialidades e epistemologias outras**. Campinas: Pontes Editores, 2022.

MELO, Josimeire Medeiros Silveira de. **História da Educação no Brasil**. 2. ed. Fortaleza: UAB/IFCE, 2012.

MINOIS, Georges. **História do inferno**. São Paulo: Unesp, 2023.

MOITA LOPES, Luiz Paulo da. Linguística Aplicada e vida contemporânea: problematização dos construtos que têm orientado a pesquisa. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

MONIN, George. **Introdução à Linguística**. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1972.

MOREIRA JÚNIOR, Rusanil dos Santos; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. As relações dialógicas e os discursos envolventes sobre a condição histórico-social de uma mulher amante. **Bakhtiniana: Revista de Estudos do Discurso**, São Paulo, v. 15, n. 4, p. 122-148, 2020. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/bakhtiniana/article/view/49383>. Acesso em: 26 abr. 2024.

MOTT, Luiz. **Por que os homossexuais são os mais odiados dentre todas as minorias?** Gênero & cidadania. Campinas: Pagu/Núcleo de Estudos de Gênero – UNICAMP, 2002.

MOTT, Luiz. Homofobia: uma praga cristã. **Revista Científica das áreas de História, Letras, Educação e Serviço Social do Centro Universitário**, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, p. 66-73, 2016. Disponível em: <https://revistas.unibh.br/dchla/article/view/1964>. Acesso em: 28 jun. 2023.

MOTT, Luiz. História cronológica da homofobia no Brasil: das capitânicas hereditárias ao fim da Inquisição (1532-1821) *In*: QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023.

MURARO, Rose Marie. Breve introdução histórica. *In*: KRAMER, Heinrich; SPRENGER, James. **O martelo das feitiçeras**: Malleus maleficarum. 32. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2023.

NAPHY, William. Bonr to be gay. **História da homossexualidade**. Lisboa: Editora 70, 2004.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa**: tipos, técnicas e características. 4. ed. Travessias, 2008.

OLIVEIRA, Maria Bernadete F. de. A linguística aplicada: definições e áreas de atuação. *In*: MUSSI, Marcus Vinícius Freitas (Org.) **Linguística Aplicada**: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2009.

PENNYCOOK, Alastrair. Uma linguística Aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PETTER, Margarida. Linguagem, língua, linguística. *In*: FIORIN, José Luiz (Org.). **Introdução à lingüística**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

PRECIADO, Paulo. **Eu sou o monstro que vos fala**: relatório para uma academia de psicanalistas. Tradução: Carla Rodrigues. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

QUINALHA, Renan. **Movimento LGBTI+**: uma breve história do século XIX aos nossos dias. Belo horizonte: Autêntica, 2022

QUINALHA, Renan; SOUTO MAIOR, Paulo. Apresentação. **Novas fronteiras das histórias LGBTI+ no Brasil**. São Paulo: Elefante, 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma linguística crítica**: linguagem, identidade e questão ética. São Paulo: Parábola, 2003.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. Repensar o papel da Linguística Aplicada. *In*: MOITA LOPES, Luiz Paulo da (Org.). **Por uma Linguística Aplicada INdisciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

RANKE-HEINEMANN, Uta. **Eunucos pelo Reino de Deus**: Igreja Católica e sexualidade – de Jesus a Bento XVI. 5. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.

SANTOS FILHO, Ismar Inácio dos. **Processos de pesquisa em linguagem, gênero, sexualidade e (questões de) masculinidades**. Pipa Comunicação, 2017.

SARAMAGO, José. **O Conto da Ilha Desconhecida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SAUSSURE, Ferdinand de. **Curso de Linguística Geral**. Tradução: Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOARES, Elza. **Não recomendado**. Compositor: Caio Padro. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=f5RC1szBEJQ>. Acesso 23 dez. 2023.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. **As constituições de *Ethos* e os discursos envolventes no ensino de Língua Portuguesa em contexto de pesquisa-ação**. 2009. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2009.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Os saberes docentes e a constituição de *ethos* no PIBID/letras: a construção de uma ética discursiva. *In*: FIGUEREDO, Francisco José Quaresma de; SIMÕES, Darcilia (Orgs.). **Contribuições da Linguística Aplicada para a Educação Básica**. Campinas: Pontes Editores, 2018.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; LUZ, Lilian Soares Figueiredo. Identidades docentes e a ética discursiva nas interações sugeridas nas consígnias de abertura no contexto da educação a distância. **Calidoscópico**, [S. l.], v. 17, n. 2, p. 395-413, 2019. Disponível em: <https://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2019.172.10>. Acesso em: 24 ago. 2024.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Ética discursiva em tempos sombrios: linguagem e sentidos. *In*: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia *et al.* **Estudos discursivos das práticas de linguagem**. Tutóia: Diálogos, 2020.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Estudos discursivos na Linguística Aplicada Implicada. *In*: STURM, Luciane Sturm; SOUTO MAIOR, Rita de Cássia (Orgs.). **A Linguística Aplicada no ensino e aprendizagem e nos estudos discursivos**. Tutóia: Diálogos, 2022.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; BORGES, Lorena. BNC Formação de Professores da Educação Básica: discursos envolventes sobre a formação docente em textos oficiais. **Entretextos**, Londrina, v. 22, n. 3, p. 1-24, 2022. Disponível em: <https://www.ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/46748/48648>. Acesso em: 22 abr. 2024.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. A linguística aplicada e a implicação na pesquisa – uma leitura bakhtiniana. *In*: OLIVEIRA JR., Miguel; MEDEIROS, Ana Clara Magalhães (Orgs.). **30 anos do PPGLL UFAL**. Campinas: Pontes Editores, 2023a.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. Discursos Envolventes sobre finalidade do Ensino e Juventudes na BNCC-EM e o fortalecimento do trabalho docente. *In*: NASCIMENTO, Juscelino Francisco do; DIAS, Daniel Costa. (Orgs.). **Ensino de língua portuguesa no nordeste brasileiro: perspectivas em contexto regional**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023b.

SOUTO MAIOR, Rita de Cássia. A LA implicada e seu diapasão contemporâneo. *In*: SOUTO MAIOR, Rita de Cássia; ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. **Linguística Aplicada: 25 anos de Gedeall**. Tutóia: Lupa, 2024.

STELLA, Paulo Rogério; BRAIT, Beth. Tensão e produção de sentidos em Bakhtin e o Círculo. **Linguagem em (Dis)curso** – LemD, Tubarão, SC, v. 21, n. 1, p. 151-169, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ld/a/Vgpz5tcH8pPkqR3p3BGfHVy/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 21 ago. 2024.

TREVISAN, José Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

TRIVIÑOS, Augusto. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

WEEDWOOD, Barbara. **História Concisa da Linguística**. Tradução: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

ZOZZOLI, Rita Maria Diniz. Linguística Aplicada como campo multidimensional e dialógico: um percurso no tempo-espaço numa universidade no Nordeste. *In*: MUSSI, Marcos Vinícius Freitas (Org.). **Linguística Aplicada**: panorama de estudos teóricos e práticos no Nordeste. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

ANEXOS

ANEXO A – DISCURSO DO PAPA BENTO XVI À CÚRIA ROMANA NA APRESENTAÇÃO DE VOTOS NATALÍCIOS

A SANTA SÉ



**DISCURSO DO PAPA
BENTO XVI
À CÚRIA ROMANA NA
APRESENTAÇÃO DE
VOTOS NATALÍCIOS**

Sala Clementina

Sexta-feira, 21 de Dezembro de 2012

*Senhores Cardeais,
Venerados Irmãos no Episcopado e no Presbiterado, Queridos irmãos e irmãs!*

Com grande alegria, me encontro hoje convosco, amados membros do Colégio Cardinalício, representantes da Cúria Romana e do Governatorado, para este momento tradicional antes do Natal. A cada um de vós dirijo uma cordial saudação, começando pelo Cardeal Angelo Sodano, a quem agradeço as amáveis palavras e os ardentes votos que me exprimiu em nome dele e vosso. O Cardeal Decano recordou-nos uma frase que se repete muitas vezes na liturgia latina destes dias: «*Prope este iam Dominus, venite, adoremus!* – O Senhor está perto; vinde, adoremos!». Também nós, como uma única família, nos preparamos para adorar, na gruta de Belém, aquele Menino que é Deus em pessoa e tão próximo que Se fez homem como nós. De bom grado retribuo os votos formulados e agradeço de coração a todos, incluindo os Representantes Pontifícios espalhados pelo mundo, pela generosa e qualificada colaboração que cada um presta ao meu ministério.

Encontramo-nos no fim de mais um ano, também este caracterizado – na Igreja e no

mundo – por muitas situações atribuladas, por grandes problemas e desafios, mas também por sinais de esperança. Limito-me a mencionar alguns momentos salientes no âmbito da vida da Igreja e do meu ministério petrino. Tivemos – como referiu o Cardeal Decano – em primeiro lugar as viagens realizadas ao México e a Cuba: encontros inesquecíveis com a força da fé, profundamente enraizada nos corações dos homens, e com a alegria pela vida que brota da fé. Recordo que, depois da chegada ao México, na borda do longo troço de estrada que tivemos de percorrer, havia fileiras infindáveis de pessoas que saudavam, acenando com lenços e bandeiras. Recordo que, durante o trajecto para Guanajuato – pitoresca capital do Estado do mesmo nome –, havia jovens devotamente ajoelhados na margem da estrada para receber a bênção do Sucessor de Pedro; recordo como a grande liturgia, nas proximidades da estátua de Cristo-Rei, constituiu um acto que tornou presente a realeza de Cristo: a sua paz, a sua justiça, a sua verdade. E tudo isto, tendo como pano de fundo os problemas dum país que sofre devido a múltiplas formas de violência e a dificuldades resultantes de dependências económicas. Sem dúvida, são problemas que não se podem resolver simplesmente com a religiosidade, mas serão ainda menos sem aquela purificação interior dos corações que provém da força da fé, do encontro com Jesus Cristo. Seguiu-se a experiência de Cuba; também lá nas grandes liturgias, com seus cânticos, orações e silêncios, se tornou perceptível a presença d’Aquele a quem, por muito tempo, se quisera recusar um lugar no país. A busca, naquele país, de uma justa configuração da relação entre vínculos e liberdade, seguramente, não poderá ter êxito sem uma referência àqueles critérios fundamentais que se manifestaram à humanidade no encontro com o Deus de Jesus Cristo.

Como sucessivas etapas deste ano que se encaminha para o fim, gostava de mencionar a grande Festa da Família em Milão, bem como a visita ao Líbano com a entrega da Exortação apostólica pós-sinodal que deverá agora constituir, na vida das Igrejas e da sociedade no Médio Oriente, uma orientação nos difíceis caminhos da unidade e da paz. O último acontecimento importante deste ano, a chegar ao ocaso, foi o Sínodo sobre a Nova Evangelização, que constituiu ao mesmo tempo um início comunitário do Ano da Fé, com que comemorámos a abertura do Concílio Vaticano II, cinquenta anos atrás, para o compreender e assimilar novamente na actual situação em mudança.

Todas estas ocasiões permitiram tocar temas fundamentais do momento presente da nossa história: a família (Milão), o serviço em prol da paz no mundo e o diálogo inter-religioso (Líbano), bem como o anúncio da mensagem de Jesus Cristo, no nosso tempo, àqueles que ainda não O encontraram e a muitos que só O conhecem por fora e, por isso mesmo, não O reconhecem. De todas estas grandes temáticas, quero reflectir um pouco mais detalhadamente sobre o tema da família e sobre a natureza do diálogo, acrescentando ainda uma breve consideração sobre o tema da Nova Evangelização.

A grande alegria, com que se encontraram em Milão famílias vindas de todo o mundo,

mostrou que a família, não obstante as múltiplas impressões em contrário, está forte e viva também hoje; mas é incontestável – especialmente no mundo ocidental – a crise que a ameaça até nas suas próprias bases. Impressionou-me que se tenha repetidamente sublinhado, no Sínodo, a importância da família para a transmissão da fé como lugar autêntico onde se transmitem as formas fundamentais de ser pessoa humana. É vivendo-as e sofrendo-as, juntos, que as mesmas se aprendem. Assim se tornou evidente que, na questão da família, não está em jogo meramente uma determinada forma social, mas o próprio homem: está em questão o que é o homem e o que é preciso fazer para ser justamente homem. Os desafios, neste contexto, são complexos. Há, antes de mais nada, a questão da capacidade que o homem tem de se vincular ou então da sua falta de vínculos. Pode o homem vincular-se para toda a vida? Isto está de acordo com a sua natureza? Ou não estará porventura em contraste com a sua liberdade e com a auto-realização em toda a sua amplitude? Será que o ser humano se torna-se ele próprio, permanecendo autónomo e entrando em contacto com o outro apenas através de relações que pode interromper a qualquer momento? Um vínculo por toda a vida está em contraste com a liberdade? Vale a pena também sofrer por um vínculo? A recusa do vínculo humano, que se vai generalizando cada vez mais por causa dum noção errada de liberdade e de auto-realização e ainda devido à fuga da perspectiva dum paciente suportaçoão do sofrimento, significa que o homem permanece fechado em si mesmo e, em última análise, conserva o próprio «eu» para si mesmo, não o supera verdadeiramente. Mas, só no dom de si é que o homem se alcança a si mesmo, e só abrindo-se ao outro, aos outros, aos filhos, à família, só deixando-se plasmar pelo sofrimento é que ele descobre a grandeza de ser pessoa humana. Com a recusa de tal vínculo, desaparecem também as figuras fundamentais da existência humana: o pai, a mãe, o filho; caem dimensões essenciais da experiência de ser pessoa humana.

Num tratado cuidadosamente documentado e profundamente comovente, o rabino-chefe de França, Gilles Bernheim, mostrou que o ataque à forma autêntica da família (constituída por pai, mãe e filho), ao qual nos encontramos hoje expostos – um verdadeiro atentado –, atinge uma dimensão ainda mais profunda. Se antes tínhamos visto como causa da crise da família um mal-entendido acerca da essência da liberdade humana, agora torna-se claro que aqui está em jogo a visão do próprio ser, do que significa realmente ser homem. Ele cita o célebre aforismo de Simone de Beauvoir: «Não se nasce mulher; fazem-na mulher – *On ne naît pas femme, on le devient*». Nestas palavras, manifesta-se o fundamento daquilo que hoje, sob o vocábulo «*gender - género*», é apresentado como nova filosofia da sexualidade. De acordo com tal filosofia, o sexo já não é um dado originário da natureza que o homem deve aceitar e preencher pessoalmente de significado, mas uma função social que cada qual decide autonomamente, enquanto até agora era a sociedade quem a decidia. Salta aos olhos a profunda falsidade desta teoria e da revolução antropológica que lhe está subjacente. O homem contesta o facto de possuir uma natureza pré-constituída pela sua corporeidade, que caracteriza o ser humano. Nega

a sua própria natureza, decidindo que esta não lhe é dada como um facto pré-constituído, mas é ele próprio quem a cria. De acordo com a narração bíblica da criação, pertence à essência da criatura humana ter sido criada por Deus como homem ou como mulher. Esta dualidade é essencial para o ser humano, como Deus o fez. É precisamente esta dualidade como ponto de partida que é contestada. Deixou de ser válido aquilo que se lê na narração da criação: «Ele os criou homem e mulher» (*Gn 1, 27*). Isto deixou de ser válido, para valer que não foi Ele que os criou homem e mulher; mas teria sido a sociedade a determiná-lo até agora, ao passo que agora somos nós mesmos a decidir sobre isto. Homem e mulher como realidade da criação, como natureza da pessoa humana, já não existem. O homem contesta a sua própria natureza; agora, é só espírito e vontade. A manipulação da natureza, que hoje deploramos relativamente ao meio ambiente, torna-se aqui a escolha básica do homem a respeito de si mesmo. Agora existe apenas o homem em abstracto, que em seguida escolhe para si, autonomamente, qualquer coisa como sua natureza. Homem e mulher são contestados como exigência, ditada pela criação, de haver formas da pessoa humana que se completam mutuamente. Se, porém, não há a dualidade de homem e mulher como um dado da criação, então deixa de existir também a família como realidade pré-estabelecida pela criação. Mas, em tal caso, também a prole perdeu o lugar que até agora lhe competia, e a dignidade particular que lhe é própria; Bernheim mostra como o filho, de sujeito jurídico que era com direito próprio, passe agora necessariamente a objecto, ao qual se tem direito e que, como objecto de um direito, se pode adquirir. Onde a liberdade do fazer se torna liberdade de fazer-se por si mesmo, chega-se necessariamente a negar o próprio Criador; e, conseqüentemente, o próprio homem como criatura de Deus, como imagem de Deus, é degradado na essência do seu ser. Na luta pela família, está em jogo o próprio homem. E torna-se evidente que, onde Deus é negado, dissolve-se também a dignidade do homem. Quem defende Deus, defende o homem.

Dito isto, gostava de chegar ao segundo grande tema que, desde Assis até ao Sínodo sobre a Nova Evangelização, permeou todo o ano que chega ao fim: a questão do diálogo e do anúncio. Começamos pelo diálogo. No nosso tempo, para a Igreja, vejo principalmente três campos de diálogo, onde ela deve estar presente lutando pelo homem e pelo que significa ser pessoa humana: o diálogo com os Estados, o diálogo com a sociedade – aqui está incluído o diálogo com as culturas e com a ciência – e, finalmente, o diálogo com as religiões. Em todos estes diálogos, a Igreja fala a partir da luz que a fé lhe dá. Ao mesmo tempo, porém, ela encarna a memória da humanidade que, desde os primórdios e através dos tempos, é memória das experiências e dos sofrimentos da humanidade, onde a Igreja aprendeu o que significa ser homem, experimentando o seu limite e grandeza, as suas possibilidades e limitações. A cultura do humano, de que ela se faz garante, nasceu e desenvolveu-se a partir do encontro entre a revelação de Deus e a existência humana. A Igreja representa a memória do que é ser homem defronte a uma civilização do esquecimento que já só se conhece a si mesma e só reconhece o

próprio critério de medição. Mas, assim como uma pessoa sem memória perdeu a sua identidade, assim também uma humanidade sem memória perderia a própria identidade. Aquilo que foi dado ver à Igreja, no encontro entre revelação e experiência humana, ultrapassa sem dúvida o mero âmbito da razão, mas não constitui um mundo particular que seria desprovido de interesse para o não-crente. Se o homem, com o próprio pensamento entra na reflexão e na compreensão daqueles conhecimentos, estes alargam o horizonte da razão e isto diz respeito também àqueles que não conseguem partilhar a fé da Igreja. No diálogo com o Estado e a sociedade, naturalmente a Igreja não tem soluções prontas para as diversas questões. Mas, unida às outras forças sociais, lutará pelas respostas que melhor correspondam à justa medida do ser humano. Aquilo que ela identificou como valores fundamentais, constitutivos e não negociáveis da existência humana, deve defendê-lo com a máxima clareza. Deve fazer todo o possível por criar uma convicção que possa depois traduzir-se em acção política.

Na situação actual da humanidade, o diálogo das religiões é uma condição necessária para a paz no mundo, constituindo por isso mesmo um dever para os cristãos bem como para as outras crenças religiosas. Este diálogo das religiões possui diversas dimensões. Há-de ser, antes de tudo, simplesmente um diálogo da vida, um diálogo da acção compartilhada. Nele, não se falará dos grandes temas da fé – se Deus é trinitário, ou como se deve entender a inspiração das Escrituras Sagradas, etc. –, mas trata-se dos problemas concretos da convivência e da responsabilidade comum pela sociedade, pelo Estado, pela humanidade. Aqui é preciso aprender a aceitar o outro na sua forma de ser e pensar de modo diverso. Para isso, é necessário fazer da responsabilidade comum pela justiça e a paz o critério basilar do diálogo. Um diálogo, onde se trate de paz e de justiça indo mais além do que é simplesmente pragmático, torna-se por si mesmo uma luta ética sobre a verdade e sobre o ser humano; um diálogo sobre os valores que são pressupostos o diálogo, ao princípio meramente prático, torna-se também uma luta pelo justo modo de ser pessoa humana. Embora as escolhas básicas não estejam enquanto tais em discussão, os esforços à volta duma questão concreta tornam-se um percurso no qual ambas as partes podem encontrar purificação e enriquecimento através da escuta do outro. Assim estes esforços podem ter o significado também de passos comuns rumo à única verdade, sem que as escolhas básicas sejam alteradas. Se ambas as partes se movem a partir duma hermenêutica de justiça e de paz, a diferença básica não desaparecerá, mas crescerá uma proximidade mais profunda entre eles.

Hoje em geral, para a essência do diálogo inter-religioso, consideram fundamentais duas regras:

1ª) O diálogo não tem como alvo a conversão, mas a compreensão. Nisto se distingue da evangelização, da missão.

2ª) De acordo com isso, neste diálogo, ambas as partes permanecem deliberadamente na sua identidade própria, que, no diálogo, não põem em questão nem para si mesmo nem para os outros.

Estas regras são justas; mas penso que assim estejam formuladas demasiado superficialmente. Sim, o diálogo não visa a conversão, mas uma melhor compreensão recíproca: isto é correcto. Contudo a busca de conhecimento e compreensão sempre pretende ser também uma aproximação da verdade. Assim, ambas as partes, aproximando-se passo a passo da verdade, avançam e caminham para uma maior partilha, que se funda sobre a unidade da verdade. Quanto a permanecer fiéis à própria identidade, seria demasiado pouco se o cristão, com a sua decisão a favor da própria identidade, interrompesse por assim dizer por vontade própria o caminho para a verdade. Então o seu ser cristão tornar-se-ia algo de arbitrário, uma escolha simplesmente factual. Nesse caso, evidentemente, ele não teria em conta que a religião tem a ver com a verdade. A propósito disto, eu diria que o cristão possui a grande confiança, mais ainda, a certeza basilar de poder tranquilamente fazer-se ao largo no vasto mar da verdade, sem dever temer pela sua identidade de cristão. Sem dúvida, não somos nós que possuímos a verdade, mas é ela que nos possui a nós: Cristo, que é a Verdade, tomou-nos pela mão e, no caminho da nossa busca apaixonada de conhecimento, sabemos que a sua mão nos sustenta firmemente. O facto de sermos interiormente sustentados pela mão de Cristo torna-nos simultaneamente livres e seguros. *Livres*: se somos sustentados por Ele, podemos, abertamente e sem medo, entrar em qualquer diálogo. *Seguros*, porque Ele não nos deixa, a não ser que sejamos nós mesmos a desligar-nos d'Ele. Unidos a Ele, estamos na luz da verdade.

Por último, impõe-se ainda uma breve consideração sobre o anúncio, sobre a evangelização, de que, na sequência das propostas dos Padres Sinodais, falará efectiva e amplamente o documento pós-sinodal. Acho que os elementos essenciais do processo de evangelização são visíveis, de forma muito eloquente, na narração de São João sobre a vocação de dois discípulos do Baptista, que se tornam discípulos de Cristo (cf. *Jo* 1, 35-39). Antes de tudo, há o simples acto do anúncio. João Baptista indica Jesus e diz: «Eis o Cordeiro de Deus!» Pouco depois o evangelista vai narrar um facto parecido; agora é André que diz a Simão, seu irmão: «Encontrámos o Messias!» (1, 41). O primeiro elemento fundamental é o anúncio puro e simples, o *kerigma*, cuja força deriva da convicção interior do arauto. Na narração dos dois discípulos, temos depois a escuta, o seguir os passos de Jesus; um seguir que não é ainda verdadeiro seguimento, mas antes uma santa curiosidade, um movimento de busca. Na realidade, ambos os discípulos são pessoas à procura; pessoas que, para além do quotidiano, vivem na expectativa de Deus: na expectativa, porque Ele está presente e, portanto, manifestar-Se-á. E a busca, tocada pelo anúncio, torna-se concreta: querem conhecer melhor Aquele que o Baptista designou como o Cordeiro de Deus. Depois vem o terceiro acto que tem início com o

facto de Jesus Se voltar para trás, Se voltar para eles e lhes perguntar: «Que pretendeis?» A resposta dos dois é uma nova pergunta que indica a abertura da sua expectativa, a disponibilidade para cumprir novos passos. Perguntam: «Rabi, onde moras?» A resposta de Jesus – «vinde e vereis» – é um convite para O acompanharem e, caminhando com Ele, tornarem-se videntes.

A palavra do anúncio torna-se eficaz quando existe no homem uma dócil disponibilidade para se aproximar de Deus, quando o homem anda interiormente à procura e, deste modo, está a caminho rumo ao Senhor. Então, vendo a solicitude de Jesus sente-se atingido no coração; depois o impacto com o anúncio suscita uma santa curiosidade de conhecer Jesus mais de perto. Este ir com Ele leva ao lugar onde Jesus habita: à comunidade da Igreja, que é o seu Corpo. Significa entrar na comunhão itinerante dos catecúmenos, que é uma comunhão feita de aprofundamento e, ao mesmo tempo, de vida, onde o caminhar com Jesus nos faz tornar videntes. «Vinde e vereis». Esta palavra dirigida aos dois discípulos à procura, Jesus dirige-a também às pessoas de hoje que estão final do ano, queremos pedir ao Senhor para que a Igreja, não obstante as próprias pobrezaas, se torne cada vez mais reconhecível como sua morada. Pedimos- Lhe para que, no caminho rumo à sua casa, nos torne, também a nós, sempre mais videntes a fim de podermos afirmar sempre melhor e de modo cada mais convincente: encontrámos Aquele que todo o mundo espera, ou seja, Jesus Cristo, verdadeiro Filho de Deus e verdadeiro homem. Neste espírito, desejo de coração a todos vós um santo Natal e um feliz Ano Novo. Obrigado!

ANEXO B – DISCURSO DO PAPA BENTO XVI AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO À SANTA SÉ PARA A APRESENTAÇÃO DOS BONS VOTOS DE ANO NOVO*



A SANTA SÉ

***DISCURSO DO PAPA BENTO XVI
AO CORPO DIPLOMÁTICO ACREDITADO JUNTO À SANTA SÉ PARA A
APRESENTAÇÃO DOS BONS VOTOS DE ANO NOVO****

Segunda-feira, 8 de Janeiro de 2007

Senhor Decano

*Excelências,
minhas Senhoras e
meus Senhores!*

É com prazer que vos recebo hoje, para esta tradicional cerimónia de troca de bons votos. Não obstante ela se repita todos os anos, não se trata contudo de uma simples formalidade, mas de uma ocasião para afirmar a nossa esperança e para nos comprometer cada vez mais ao serviço da paz e do desenvolvimento das pessoas e dos povos.

Em primeiro lugar, desejo agradecer ao vosso Decano, Senhor Embaixador Giovanni Galassi, as amáveis palavras mediante as quais expressou os vossos sentimentos. Dirijo também uma saudação particular aos Embaixadores que participam pela primeira vez neste encontro.

Apresento a todos os meus votos mais cordiais e garanto-vos as minhas orações, para que 2007 vos traga, a vós próprios e às vossas famílias, aos colaboradores, a todos os povos e seus dirigentes, o bem-estar e a paz.

No início do ano, somos convidados a lançar um olhar sobre a situação internacional, para enquadrar os desafios que somos chamados a enfrentar juntos. Entre as questões fundamentais, como não pensar nos milhões de pessoas, especialmente nas mulheres e nas crianças, que não têm água, alimentos, habitação? O escândalo da fome, que tende a agravar-se, é inaceitável num mundo que dispõe de bens, de conhecimentos e de meios para lhe pôr termo. Ele estimula-nos a mudar os nossos modos de vida; recorda-nos a urgência de eliminar as causas estruturais das disfunções da economia mundial e de corrigir os modelos de crescimento que parecem incapazes de garantir o respeito do meio ambiente e um desenvolvimento humano integral para o presente e sobretudo para o futuro. Convido de novo os Responsáveis das Nações mais ricas a tomar as disposições necessárias para que os países pobres, com frequência cheios de riquezas naturais, possam beneficiar dos frutos dos bens que lhes pertencem. Sob este ponto de vista, o atraso na realização dos compromissos assumidos pela comunidade internacional durante os últimos anos é também motivo de preocupação. Por conseguinte, é necessário desejar a retomada das negociações comerciais do "Doha Development Round" da Organização Mundial do Comércio, assim como o prosseguimento e a aceleração do processo de anulação e de redução da dívida dos países mais pobres, sem que isto esteja condicionado a medidas de ajustamento estrutural, negativas para as populações mais vulneráveis.

De igual modo, no campo do desarmamento multiplicam-se os sintomas de uma crise progressiva, ligada às dificuldades nas negociações sobre as armas convencionais assim como sobre as armas de destruição de massa e, por outro lado, ao aumento das despesas militares em escala mundial.

As questões de segurança, agravadas pelo terrorismo, que é necessário condenar firmemente, devem ser enfrentadas de maneira global e clarividente.

No que diz respeito às crises humanitárias, convém observar que as Organizações que as enfrentam precisam de um apoio mais forte, a fim de que sejam capazes de fornecer às vítimas protecção e assistência. Outra questão que assume cada vez mais importância é a da mobilidade das pessoas: milhões de homens e mulheres são obrigados a deixar os seus lares ou a sua pátria por causa de violências ou para procurar condições de vida mais dignas. É ilusório pensar que os fenómenos migratórios poderão ser impedidos ou controlados simplesmente pela força. As migrações e os problemas a que dão origem devem ser enfrentados com humanidade, justiça e compaixão.

Como não se preocupar com os contínuos atentados contra a vida, desde a concepção até

à morte natural? Não evitam estes atentados nem sequer regiões nas quais a cultura do respeito da vida é tradicional, como em África, onde se tenta banalizar sub-repticiamente o aborto, através do Protocolo de Maputo, assim como através do Plano de acção adoptado pelos Ministros da saúde da União Africana, que em breve será submetida à Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo.

De igual modo desenvolvem-se as ameaças contra a estrutura natural da família, fundada sobre o matrimónio de um homem e de uma mulher, e as tentativas de a relativizar conferindo-lhe o mesmo estatuto de outras formas de união radicalmente diferentes. Tudo isto ofende a família e contribui para a desestabilizar, violando a sua especificidade e o seu papel social único. Outras formas de agressão à vida são por vezes cometidas sob forma de pesquisa científica. Difunde-se a convicção de que a pesquisa se submete apenas às leis que ela se deseja dar e que não tem outros limites a não ser as próprias possibilidades. Isto verifica-se, por exemplo, nas tentativas de legitimar a clonagem humana para hipotéticas finalidades terapêuticas.

Este quadro preocupante não impede de entrever elementos positivos que caracterizam a nossa época. Desejo mencionar em primeiro lugar a crescente tomada de consciência da importância do diálogo entre as culturas e entre as religiões. Trata-se de uma necessidade vital, em particular devido aos desafios comuns relativos à família e à sociedade. Ressalto antes de tudo as numerosas iniciativas neste sentido, que têm por finalidade, lançar as bases comuns para viver na concórdia.

Deve-se notar também o desenvolvimento da tomada de consciência da comunidade internacional perante os grandes desafios do nosso tempo, assim como os esforços para que se transforme em actos concretos. No âmbito da Organização das Nações Unidas, foi criado no ano passado o Conselho dos Direitos do Homem, cuja actividade esperamos que se centralize sobre a defesa e a promoção dos direitos fundamentais da pessoa, em particular sobre os direitos à vida e à liberdade religiosa. Ao mencionar as Nações Unidas, sinto o dever de saudar com gratidão Sua Excelência o Senhor Kofi Annan pela obra realizada durante os seus dois mandatos de Secretário-Geral. Formulo os meus melhores votos pelo seu sucessor, Senhor Ban Ki-moon, no momento em que assume as suas funções.

No âmbito do desenvolvimento, diversas iniciativas foram de igual modo lançadas, às quais a Santa Sé não deixou de dar o seu apoio, recordando ao mesmo tempo que estes projectos não devem eliminar o compromisso dos países desenvolvidos a destinar 0,7% do seu produto interno bruto para a ajuda internacional. Outro elemento importante no esforço comum para a

erradicação da miséria exige não só uma assistência, a qual desejamos que se expanda, mas também a tomada de consciência da importância da luta contra a corrupção e a promoção do bom governo. É também necessário encorajar e prosseguir os esforços realizados a fim de garantir a aplicação do direito humanitário às pessoas e aos povos, para uma protecção mais eficaz das populações civis.

Considerando a situação política nos diferentes continentes, ainda encontramos motivos de preocupação e de esperança. Verificamos, em primeiro lugar, que a paz é com muita frequência frágil e até injuriada. Não podemos esquecer o Continente africano. O drama do Darfour continua e expande-se às regiões fronteiras do Chade e da República Centro-Africana. A comunidade internacional parece ser impotente há quatro anos, não obstante as iniciativas destinadas a aliviar as populações provadas e a dar uma solução política. Só mediante uma colaboração activa entre as Nações Unidas, a União Africana, os governos envolvidos e outros protagonistas é que estes meios poderão tornar-se eficazes. Convido-os a todos a agir com determinação: não podemos aceitar que tantos inocentes continuem a sofrer e a morrer deste modo.

A situação no Corno de África agravou-se recentemente, com a retomada das hostilidades e com a internacionalização do conflito. Ao fazer apelo a todas as partes para que abandonem as armas e adotem a negociação, seja-me consentido recordar a memória da Irmã Leonella Sgorbati que deu a sua vida ao serviço dos mais desfavorecidos, invocando o perdão para os seus algozes. O seu exemplo e o seu testemunho inspirem todos os que procuram realmente o bem da Somália.

Em Uganda, é necessário desejar os progressos das negociações entre as partes, em vista do fim de um conflito cruel que vê inclusivamente o recrutamento de numerosas crianças obrigadas a tornarem-se soldados. Isto permitirá aos numerosos prófugos de regressar às suas casas e de reencontrar uma vida digna. A contribuição dos chefes religiosos e a recente designação de um Representante do Secretariado Geral das Nações Unidas são bons auspícios. Repito: não esqueçamos a África e as suas numerosas situações de guerra e de tensão. É preciso recordar que unicamente as negociações entre os diferentes protagonistas podem abrir o caminho a um regulamento justo dos conflitos e fazer entrever progressos rumo à consolidação da paz.

A Região dos Grandes Lagos está ensanguentada desde há anos por guerras sem piedade. É necessário acolher os recentes desenvolvimentos positivos com interesse e esperança, sobretudo a conclusão da fase de transição política no Burundi e mais recentemente na

República Democrática do Congo. Contudo é urgente que os países se dediquem a um regresso ao funcionamento das instituições do estado de direito, para corrigir todos os arbítrios e para permitir o desenvolvimento social. Em Ruanda, faço votos por que o longo processo de reconciliação nacional depois do genocídio encontre a sua saída na justiça, mas também na verdade e no perdão. A Conferência internacional sobre a Região dos Grandes Lagos, com a participação de uma delegação da Santa Sé e dos representantes de numerosas conferências episcopais nacionais e regionais da África central e oriental, deixe entrever novas esperanças. Por fim, gostaria de mencionar a Costa do Marfim, exortando as partes em causa a criar um clima de confiança recíproca que possa levar ao desarmamento e à pacificação, e por outro lado, a África Austral: nestes países, milhões de pessoas encontram-se numa situação de vulnerabilidade, que exige a atenção e o apoio da comunidade internacional.

Sinais positivos para a África vêm também da vontade expressa pela Comunidade Internacional de manter este continente no centro da sua atenção, e também do fortalecimento das instituições continentais e regionais, que dão testemunho da intenção dos países envolvidos a responsabilizarem-se cada vez mais pelo seu destino. É necessário também elogiar a atitude digna das pessoas que, todos os dias, se empenham com determinação para promover projectos que contribuem para o desenvolvimento e para a organização da vida económica e social.

A viagem apostólica que realizarei no próximo mês de Maio ao Brasil dá-me a ocasião de dirigir o meu olhar para este grande País, que me espera com alegria, e para toda a América Latina e as Caraíbas. O melhoramento de determinados índices económicos, o compromisso na luta contra o tráfico de droga e contra a corrupção, os diversos processos de integração, os esforços por melhorar o acesso à educação, para combater o desemprego e para reduzir as desigualdades na distribuição dos bens, constituem índices que se devem realçar com satisfação. Se estas evoluções se consolidarem, poderão contribuir de modo determinante para vencer a pobreza que aflige vastos sectores da população e incrementar a estabilidade institucional. Tratando-se das eleições que foram feitas no ano passado em vários países, convém ressaltar que a democracia está chamada a tomar em consideração as aspirações de todos os cidadãos, a promover o desenvolvimento no respeito de todos os componentes da sociedade, segundo os princípios da solidariedade, da subsidiariedade e da justiça. Contudo, é preciso advertir contra o risco de que a prática da democracia se transforme em ditadura do relativismo, propondo modelos antropológicos incompatíveis com a natureza e a dignidade do homem.

A minha atenção dirige-se agora de modo especial para alguns países, sobretudo a Colômbia, onde o prolongado conflito interno provocou uma crise humanitária, sobretudo no

que se refere aos prófugos. Devem ser feitos todos os esforços para pacificar o país, para que às famílias sejam restituídos os seus parentes dos quais foram privadas, para dar de novo segurança e vida normal a milhões de pessoas. Estes sinais darão confiança a todos, inclusive a quantos foram envolvidos na luta armada. O nosso olhar volta-se para Cuba. Ao desejar que cada um dos seus habitantes possa realizar as suas aspirações legítimas na preocupação pelo bem comum, permiti que eu retome o apelo do meu venerado Predecessor: "Cuba abra-se ao mundo e o mundo a Cuba". A abertura recíproca aos outros países dará benefícios a todos. Não distante dali, o povo haitiano vive sempre numa grande pobreza e na violência. Os meus auspícios são por que o interesse da comunidade internacional, manifestado entre outros pelas conferências dos doadores realizadas em 2006, levem à consolidação das instituições e permita que o povo se torne artífice do seu progresso, num clima de reconciliação e concórdia.

Na Ásia vêem-se principalmente países que se caracterizam por uma população muito numerosa e um grande progresso económico. Penso na China e na Índia, países em plena expansão, desejando que a sua presença crescente no cenário internacional determine benefícios para as próprias populações e para as outras nações. De igual modo, formulo votos pelo Vietname, recordando a sua recente adesão à Organização Mundial do Comércio. O meu pensamento dirige-se às comunidades cristãs. Na maior parte dos países da Ásia, trata-se com frequência de comunidades pequenas mas vivas, que desejam poder viver legitimamente e agir num clima de liberdade religiosa. É, ao mesmo tempo, um direito primordial e uma condição que lhes permitirá contribuir para o progresso material e espiritual da sociedade, e ser elementos de união e de concórdia.

Em Timor Leste, a Igreja Católica deseja continuar a oferecer o seu contributo sobretudo nos sectores da educação, da saúde e da reconciliação nacional. A crise política vivida por este jovem Estado, assim como por outros países da região, põe em relevo uma certa fragilidade do processo de democratização. Existem perigosos focos de tensão na Península Coreana. O objectivo da reconciliação do povo coreano e a desnuclearização da Península, que terão efeitos benéficos em toda a região, devem ser prosseguidos no âmbito de negociações. Convém evitar os gestos que possam comprometer as negociações, sem contudo condicionar os resultados das ajudas humanitárias destinadas às camadas mais vulneráveis da população da Coreia do Norte.

Gostaria de chamar a vossa atenção para outros dois países asiáticos, que constituem motivos de preocupação. No Afeganistão, durante os últimos meses, infelizmente é necessário deplorar um notável aumento da violência e dos ataques terroristas, que tornam difícil o caminho para sair da crise e que pesam em grande medida sobre as populações locais. No Sri

Lanka, a falência das negociações de Genebra entre o Governo e o Movimento Tamoul originou uma intensificação do conflito, que causa imensos sofrimentos entre a população civil. Unicamente o caminho do diálogo poderá garantir um futuro melhor e mais seguro para todos.

O Médio Oriente é também fonte de grandes preocupações. Por isso, quis dirigir uma Carta aos católicos da região por ocasião do Natal, para expressar a minha solidariedade e proximidade espiritual com todos, e para os encorajar a prosseguir a sua presença na região, na certeza de que o seu testemunho será uma ajuda e um apoio em vista de um futuro de paz e de fraternidade. Renovo o meu apelo urgente a todas as partes em causa sobre o complexo quadro político da região, com a esperança de que se consolidarão os sinais positivos entre Israelenses e Palestinos, que se verificaram durante as últimas semanas. A Santa Sé nunca se cansará de repetir que as soluções armadas a nada conduzem, como se verificou no Líbano no Verão passado. O futuro deste país passa necessariamente pela unidade de todos os seus componentes e por relações fraternas entre os diferentes grupos religiosos e sociais. Isto constitui uma mensagem de esperança para todos. Não é possível contentar-se com soluções parciais ou unilaterais. Para pôr termo à crise e aos sofrimentos que ela origina nas populações, é necessário proceder mediante uma abordagem global, que não exclua ninguém da busca de uma solução negociada e que tenha em consideração as aspirações e os interesses legítimos dos diferentes povos envolvidos; sobretudo, os Libaneses têm o direito de ver respeitadas a integridade e a soberania do seu país; os Israelenses têm o direito de viver em paz no seu Estado; os Palestinos têm o direito a uma pátria livre e soberana. Se cada povo da região vir que as suas expectativas são tomadas em consideração e se sentir menos ameaçado, fortalece-se a confiança recíproca.

Esta mesma confiança desenvolver-se-á se um país como o Irão, sobretudo no que diz respeito ao seu programa nuclear, aceitar dar uma resposta satisfatória às preocupações legítimas da comunidade internacional. Os passos dados nesta direcção terão sem dúvida alguma um efeito positivo para a estabilização de toda a região, e do Iraque em particular, pondo termo à assustadora violência que ensanguenta este país e oferecendo a possibilidade de relançar a sua reconstrução e a reconciliação entre todos os seus habitantes.

Mais perto de nós, na Europa, novos países, como a Bulgária e a Roménia, nações de longa tradição cristã, fizeram a sua entrada na União Europeia. Quando nos preparamos para celebrar o cinquentenário dos Tratados de Roma, impõe-se uma reflexão sobre o Tratado constitucional. Faço votos por que os valores fundamentais que estão na base da dignidade humana sejam plenamente protegidos, em particular a liberdade religiosa em todas as suas dimensões e os direitos institucionais das Igrejas. De igual modo, não se pode prescindir do

inegável património cristão deste continente, que contribuiu em grande medida para modelar a Europa das nações e a Europa dos povos. O cinquentenário da insurreição de Budapeste, celebrado no passado mês de outubro, recordou-nos os acontecimentos dramáticos do século XX que estimulam todos os Europeus a construir um futuro livre de qualquer opressão e condicionamento ideológico, a tecer vínculos de amizade e de fraternidade, e a manifestar solicitude e solidariedade para com os mais pobres e os mais pequenos; de igual modo, é importante purificar as tensões do passado, promovendo a reconciliação a todos os níveis, pois só ela permite construir o porvir e abrir-se à esperança. Faço apelo também a quantos, no continente europeu são tentados pelo terrorismo, a cessar qualquer actividade deste tipo, porque comportamentos como esses, que fazem prevalecer a violência e geram medo entre as populações, são um caminho sem saída. Penso também nos diversos "conflitos suspensos", desejando que encontrem rapidamente uma solução definitiva, e nas tensões recorrentes relacionadas hoje sobretudo com os recursos energéticos.

Desejo que a região dos Balcãs alcance a estabilização que todos esperam, sobretudo graças à integração das nações que a compõem nas estruturas continentais e ao apoio da comunidade internacional. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República de Montenegro, que acaba de entrar pacificamente no concerto das nações, e o Acordo de Base assinado com a Bósnia e Herzegovina são provas da atenção constante da Santa Sé pela região dos Balcãs. Ao aproximar-se o momento em que será definido o Estatuto do Kosovo, a Santa Sé pede a quantos são envolvidos um esforço de sabedoria clarividente, de flexibilidade e de moderação, para que seja encontrada uma solução que respeite os direitos e as expectativas legítimas de todos.

As situações que recordei constituem um desafio, que diz respeito a todos nós; trata-se de um desafio que consiste em promover e em consolidar tudo o que há de positivo no mundo e a superar, com boa vontade, sabedoria e tenacidade tudo o que fere, degrada e mata o homem. Só respeitando a pessoa humana é possível promover a paz e é construindo a paz que são lançadas as bases para um humanismo integral autêntico. Nisto encontra resposta a preocupação de tantos dos nossos contemporâneos em relação ao futuro. Sim, o futuro poderá ser sereno se trabalharmos juntos pelo homem. O homem, criado à imagem de Deus, possui uma dignidade sem igual; o homem, que é tão digno de amor aos olhos do seu Criador, que Deus não hesitou em dar por ele o seu Filho. Este é o grande mistério do Natal, que acabámos de celebrar e cuja atmosfera jubilosa prosseguiu até este nosso encontro de hoje. No seu compromisso ao serviço do homem e da construção da paz, a Igreja está ao lado de todas as pessoas de boa vontade e

oferece uma colaboração abnegada. Que juntos, cada um no que lhe compete e com os seus próprios talentos, saibamos trabalhar na construção de um humanismo integral, o único que pode garantir um mundo pacífico, justo e solidário. Acompanho estes votos com a oração que elevo ao Senhor por vós próprios, pelas vossas famílias, colaboradores e por todos os povos que representais.

Obrigado a todos!

**L'Osservatore Romano. Edição semanal em português n. 2 pp.8, 9.*